

Marcos Paulo Dhein Griebeler
Roberto Tadeu Ramos Moraes
Organizadores

VOLUME VI

**DESENVOLVIMENTO
REGIONAL
EM PERSPECTIVA**

Marcos Paulo Dhein Griebeler
Roberto Tadeu Ramos Moraes
Organizadores

**Desenvolvimento Regional
em Perspectiva
Volume VI**

Desenvolvimento Regional em Perspectiva - Volume VI

Direitos reservados desta edição: Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT
Fundação Educacional Encosta Inferior do Nordeste - FEEIN - Mantenedora da FACCAT

Conselho Deliberativo

Presidente: Nicolau Rodrigues da Silveira

Vice-Presidente: Sirlei Terezinha Silva

Secretária: Marisa Deltrudes Dresch

Diretoria Executiva

Diretor-Presidente: Victorio Altair Carara

Júnior

Diretora-Tesoureira: Kira Macedo Thomaz

Diretora-Secretária: Elena Weber

Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT

Diretor Geral: Prof. Delmar Henrique

Backes

Vice-Diretora de Graduação: Profa. Carine

Raquel Backes Dörr

Vice-Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação:

Prof. Roberto Tadeu Ramos Moraes

Vice-Diretor Administrativo e Financeiro:

Prof. Sérgio Antonio Nikolay

Vice-Diretor de Extensão e Assuntos Co-

munitários: Prof. Dorneles Sita Fagundes

Desenvolvimento Regional em Perspectiva, v. VI (e-book) / organizadores Marcos
Paulo Dhein Griebeler e Roberto Tadeu Ramos Moraes. -- 6.ed. -- Taquara, RS:
FACCAT, 2024

Vários autores

ISBN 978-65- 87502-37-3

Disponível em: https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/ckeditorfiles/2024/dr_VI_2024.pdf

1. Desenvolvimento Regional. 2. Artigos - Coletânea. 3. Desenvolvimento econômico.
I. Faculdades Integradas de Taquara. II. Griebeler, Marcos Paulo Dhein. III. Moraes, Roberto Tadeu de.

Catálogo na Publicação: Biblioteca Eldo Ivo Klain
Bibliotecária responsável: Tânia Mayer Evangelista CRB-10/1846

Conselho Editorial

- Aleteia Hummes Thaines (UNESC)
- Angela Ester Mallmann Centenaro (UNEMAT)
- Carlos Fernando Jung (FACCAT)
- Cidonea Machado Deponti (UNISC)
- Claudio Machado Maia (UFPR)
- Daniel Luciano Gevehr (FACCAT)
- Dieila dos Santos Nunes (FACCAT)
- Dilani Silveira Bassan (FACCAT)
- Jorge Luiz Amaral de Moraes (FACCAT)
- Iván G. Peyré Tartaruga (Universidade do Porto -Portugal)
- Hugo René Gorgone (Universidade Tecnológica Nacional – Buenos Aires)
- Marcio Gazolla (UTFPR)
- Marcos Paulo Dhein Griebeler (FACCAT)
- Marlise Amália Reinehr Dal Forno (UFRGS)
- Moema Pereira Nunes (FACCAT)
- Paulo de Martino Jannuzzi (ENCE/IBGE)
- Patrícia Binkowski (UERGS)
- Patrícia Manozzo Colossi (FACCAT)
- Rejane Ines Kieling (ESCOOP)
- Roberto Tadeu Ramos Morais (FACCAT)
- Valdir Roque Dallabrida (UFPR)

Sumário

“Prefácio” na página 7

1. Cidade Criativa como estratégia de desenvolvimento para o município de Taquara/RS na página 10

Fabiane Luiz Oliveira

Dilani Silveira Bassan

2. Alfaiataria Artesanal: o ofício do alfaiate em Porto Alegre, Rio Grande do Sul na página 39

Giovanni Modica E Freitas Cabral

Daniel Luciano Gevehr

3. Meninas e mulheres no futebol e no futsal de Taquara/RS: uma luta contra preconceitos e busca pelo espaço na página 59

Pedro Gabriel Silva de Almeida

Daniel Luciano Gevehr

4. ODS 5 e a Violência contra a mulher em Taquara, RS: percepções dos atores sociais e propostas de ações na página 84

Camila Paviani

Marcos Paulo Dhein Griebeler

5. Vulnerabilidade Social: uma análise sobre a percepção dos beneficiários do Programa Bolsa Família no Município de Taquara/RS na página 104

Caroline Britto da Silva Silveira

Dilani Bassan

6. O papel das Indicações Geográficas no Desenvolvimento Regional: estudo da vitivinicultura no distrito de Boa Esperança, Rolante/RS na página 130

Andressa Soares dos Santos

Aleteia Hummes Thaines

Jorge Luiz Amaral de Moraes

7. Políticas Públicas para Infância e Juventude: uma análise dos Conselhos Tutelares do Vale do Paranhana/RS na página 152

Fernandes Vieira dos Santos

Marcos Paulo Dhein Griebeler

PREFÁCIO

Com reconhecimento da CAPES desde 2013, o Mestrado em Desenvolvimento Regional da FACCAT/RS contribui para o crescente campo do Planejamento Urbano e Regional/Demografia. Ao adotar uma abordagem interdisciplinar, o programa aprofunda a análise das peculiaridades locais e regionais, promovendo pesquisas que abordam uma ampla gama de desafios sociais, econômicos e ambientais.

Nesse sentido, iniciado em 2016 e com o propósito de evidenciar de maneira sucinta os problemas sociais, econômicos e ambientais constantes nas dissertações do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT/RS, chega-se agora à sexta edição do livro “Desenvolvimento Regional em Perspectiva”.

Em linhas gerais, o desenvolvimento regional é um campo de estudo que visa compreender as singularidades locais e propor caminhos por meio de práticas sustentáveis e inclusivas. Por isso, os artigos que compõem a presente obra, abordam questões essenciais, como a importância da cultura, do empreendedorismo e da inclusão social, abordando temas que dialogam com as realidades cotidianas da comunidade e que, ao mesmo tempo, têm eco em debates nacionais e internacionais.

No primeiro artigo, intitulado “*Cidade Criativa como estratégia de desenvolvimento para o município de Taquara/RS*”, das autoras Me. Fabiane Luiz Oliveira e Professora Dra. Dilani Silveira Bassan, expõem que uma cidade criativa é aquela que proporciona conexões entre as pessoas e as instituições, incentivando soluções inovadoras para os problemas tradicionais.

Já no estudo “*Alfaiataria Artesanal: o ofício do alfaiate em Porto Alegre, Rio Grande do Sul*”, a autoria é do Me. Giovanni Modica e Freitas Cabral e do Professor PhD. Daniel Luciano Gevehr. Nesse artigo, abordam os desafios enfrentados pelos profissionais da alfaiataria tradicional em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, analisando a redução no número de profissionais nessa área e atuantes naquele município, buscando compreender as razões de tal diminuição e, em seguida, propondo estratégias para preservar e desenvolver a alfaiataria artesanal.

Em “*Meninas e mulheres no futebol e no futsal de Taquara/RS: uma luta contra preconceitos e busca pelo espaço*”, os autores Me. Pedro Gabriel Silva de Almeida e professor PhD. Daniel Luciano Gevehr realizaram uma análise visando o mapeamento da condição da prática do futebol feminino em Taquara/RS. Ao mesmo tempo, buscaram compreender os fatores que influenciam no baixo número ou até mesmo a própria ausência de espaços para a promoção da prática do futebol e do futsal por meninas e mulheres nesse município.

Na sequência, o artigo “*ODS 5 e a Violência contra a mulher em Taquara,*

RS: percepções dos atores sociais e propostas de ações”, de autoria da Me. Camila Paviani e do Professor Dr. Marcos Paulo Dhein Griebeler, os quais investigaram a violência contra as mulheres em Taquara/RS. O foco esteve na discussão na incidência dos crimes, nos tipos de violência e em seguida, analisando as percepções dos atores sociais envolvidos no combate a essa situação ainda preocupante na sociedade contemporânea.

Por sua vez, “*Vulnerabilidade Social: uma análise sobre a percepção dos beneficiários do Programa Bolsa Família no Município de Taquara/RS*”, escrito por Me. Caroline Britto da Silva Silveira e Professora. Dra. Dilani Silveira Bassan, as quais fazem uma análise da percepção sobre o perfil das beneficiárias do Programa Bolsa Família em relação às dificuldades enfrentadas para superarem a situação de vulnerabilidade.

O sexto estudo, intitulado “*O papel das Indicações Geográficas no Desenvolvimento Regional: estudo da vitivinicultura no distrito de Boa Esperança, Rolante/RS*”, de autoria da Me. Andressa Soares dos Santos e dos Professores PhD. Aleteia Hummes Thaines e do Professor Dr. Jorge Luiz Amaral de Moraes, problematiza sobre a produção vitivinícola no distrito de Boa Esperança, pertencente ao município de Rolante (RS). Ou seja, o artigo analisa se esse lugar apresenta potencial para obter o registro de Indicação Geográfica (IG) dos itens beneficiados pelos produtores locais.

Finalmente, o artigo “*Políticas Públicas para Infância e Juventude: uma análise dos Conselhos Tutelares do Vale do Paranhana/RS*”, dos autores Me. Fernandes Vieira dos Santos e do Professor Dr. Marcos Paulo Dhein Griebeler, discutem a qualidade e a eficácia das políticas públicas de enfrentamento das violações de direito. Ao mesmo tempo, analisam o assunto a partir da perspectiva dos atores sociais envolvidos diretamente no cotidiano dos municípios selecionados, enfatizando as práticas e ações desse setor em defesa das crianças e dos adolescentes, vítimas de violência e, por vezes, invisibilizados.

Pelos estudos constantes nessa edição, reforça-se aqui a importância da interdisciplinaridade, sinônimo de um contributo essencial para o debate sobre o desenvolvimento regional, destacando questões contemporâneas que afetam a sociedade, mas que possuem particularidades locais importantes e intrínsecas à melhora na qualidade de vida.

Neste contexto, gostaríamos de expressar nosso agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro concedido ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Faccat, que viabilizou a publicação desta obra.

Por fim, espera que este livro possa servir como uma fonte de reflexão e inspiração para investidores, pesquisadores e demais interessados em promover um desenvolvimento mais justo e equilibrado para o país.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

Taquara/RS, novembro de 2024.

PROF. DR. MARCOS PAULO DHEIN GRIEBELER
PROF. DR. ROBERTO TADEU RAMOS MORAIS
Organizadores

CIDADE CRIATIVA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO PARA O MUNICÍPIO DE TAQUARA/RS

Fabiane Luiz Oliveira ¹
Dilani Silveira Bassan ²

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O tema principal abordado nessa pesquisa é o conceito de cidades criativas e como suas características podem ser aplicadas no intuito de promover o desenvolvimento do município de Taquara, no Rio Grande do Sul. Uma cidade criativa é aquela que proporciona conexões entre as pessoas e as instituições, incentivando soluções inovadoras para os problemas tradicionais. É onde existe integração das estratégias econômica, social e cultural, respeitando as suas singularidades. O seu principal diferencial é a criatividade, ou seja, o principal ativo de uma cidade criativa é o seu povo.

Esse conceito vem inspirando centenas de cidades ao redor do mundo, reunindo uma abordagem ampla e significativa para a comunidade, no que tange a sensibilização do olhar para temas como inclusão social, criatividade, inovação, qualidade de vida e oportunidades de geração de emprego e renda. Nas cidades criativas, a criatividade é encarada de maneira multidisciplinar, aplicada de forma transversal às atividades econômicas e, estrutural à política de desenvolvimento, abrangendo todos os setores presentes na cidade, com o objetivo de responder aos seus desafios (Landry e Bianchini, 1994).

O foco deste estudo é demonstrar como o conceito de cidade criativa pode ser aplicado ao município de Taquara, o principal município do Vale do Paranhana, no Rio Grande do Sul, que viu seu território diminuir ao longo dos anos, quando cedeu espaço à emancipação de várias cidades vizinhas, como São Francisco de Paula (1889), Canela (1954), Três Coroas (1959), Igrejinha (1964) e Parobé (1982). Com as emancipações, perdeu indústrias, ocasionando uma diminuição considerável de sua arrecadação (Philereno e Arend, 2015).

O município vem implementando ações visando atrair novas empresas, para aumentar a geração de emprego e renda. Contudo esbarra em uma concor-

1 Mestra em Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT – Taquara – RS – Brasil. E-mail: fabianeoliveira@sou.faccat.br

2 Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT – Taquara – RS – Brasil. E-mail: dilanibassan@faccat.br

rência acirrada dos municípios vizinhos, que apresentam uma política de incentivo fiscal mais atrativa. Diante das circunstâncias apresentadas, o estudo sobre cidades criativas poderá auxiliar na implementação de ações que contribuam para o desenvolvimento do município de Taquara.

A finalidade da pesquisa foi demonstrar como a utilização do conceito de cidade criativa pode ser aplicado no município de Taquara, com o objetivo estratégico de melhorar o desenvolvimento econômico, social e cultural. Para isso foi necessário verificar também quais condições que Taquara apresenta para tornar-se uma cidade criativa.

Esta pesquisa se justifica, sobretudo, por seu caráter inovador, visto que a temática das cidades criativas, principalmente com uma abordagem voltada ao desenvolvimento regional, ainda é pouco explorada no meio acadêmico. As publicações que tratam sobre o assunto, abordam questões mais específicas, como por exemplo, casos já reconhecidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). São poucos os estudos encontrados até o momento, que apontam um caminho que respeite as características locais e proponha uma visão sistêmica acerca das ações desenvolvidas pelas cidades.

Ao refletir sobre os desafios atuais enfrentados pelas administrações municipais, na busca de soluções para os problemas comuns à maioria das cidades e, pela população, por melhor qualidade de vida, o conceito de cidade criativa se encaixa como um modelo possível de ser adotado. O tema pode ser um dos caminhos para o desenvolvimento integral de uma cidade no atual cenário, onde se percebe uma maior valorização da cultura local, a busca por melhoria na qualidade de vida, a inovação e a tecnologia. Dessa forma, este estudo sobre as boas práticas adotadas em cidades criativas, refletindo sobre a aplicabilidade em cidades de médio porte, como Taquara, RS, torna-se relevante socialmente.

O estudo se caracteriza como uma pesquisa básica de natureza exploratória quanto à sua finalidade, e possui abordagem qualitativa. Quanto aos meios, classifica-se como bibliográfica, documental e de campo. Em relação ao método, a pesquisa foi dividida em três etapas: a) pesquisa bibliográfica, b) aplicação de questionários, em forma de censo, aos integrantes da sociedade civil, associados ao Lions Clube Inovação (LCI). Esse grupo reúne representantes de três, das quatro hélices e c) entrevistas em profundidade aplicadas aos servidores públicos de primeiro escalão da Administração Pública Municipal, para que fosse possível obter dados da quarta hélice. Como forma de organização dos dados obtidos, foi elaborado um banco de dados, composto pelas múltiplas fontes, facilitando a busca e a comparação, durante a análise, bem como o encadeamento das evidências observadas. Após a tabulação e organização dos dados obtidos, passou-se a análise interpretativa de conteúdo, utilizando-se o embasamento teórico com o objetivo de estabelecer uma relação teórico-empírica, por meio da revisão da literatura e da análise das informações obtidas, para, então, ser realizada a com-

paração e a fundamentação dos resultados alcançados na pesquisa.

Em termos investigativos, buscou-se como objetivo geral sugerir um conjunto de ações que viabilizem o município de Taquara fazer um redirecionamento para o caminho da cidade criativa, compreendendo a percepção dos principais atores sociais, a partir da aplicação de métodos de entrevistas semiestruturadas e questionários. Para isso, objetivou-se: (a) elencar os fatores culturais, sociais e econômicos de Taquara, que favoreçam a aplicação do conceito de cidades criativas; (b) identificar as percepções dos atores sociais sobre a utilização das características de cidades criativas como alternativa de desenvolvimento; e (c) demonstrar como o conceito de cidade criativa, pode ser aplicado em Taquara como estratégia de desenvolvimento.

O território de pesquisa é o município de Taquara, no Rio Grande do Sul. Conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2021) o município possuía 57.740 habitantes, em sua maioria, residentes na área urbana. O Município de Taquara está localizado na Encosta Inferior da Microrregião Colonial da Encosta da Serra Geral, a uma distância de 72 quilômetros de Porto Alegre. Uma das suas principais características é a privilegiada localização geográfica: o município é ponto de ligação entre importantes regiões do Rio Grande do Sul, como a Serra Gaúcha, Litoral, Região Metropolitana e Vale dos Sinos (Prefeitura de Taquara, 2021).

O estudo buscou responder ao seguinte problema: como o conceito de cidade criativa pode ser aplicado no município de Taquara/RS, com o objetivo estratégico de melhorar o desenvolvimento econômico, social e cultural?

Dessa forma, a presente pesquisa mostra-se importante no contexto local e regional devido à necessidade de os municípios encontrarem novas possibilidades para promoverem o seu desenvolvimento. O entendimento do conceito de cidades criativas, como alternativa para redirecionar a cidade, do modelo tradicional, com base na indústria clássica, para um modelo onde a inovação está no centro da estratégia, fomentando a economia criativa, poderá trazer resultados concretos ao município, sob a ótica econômica, social e cultural.

Existe a possibilidade de que as cidades menores, ao construírem um ecossistema inovador e criativo, que seja atrativo aos talentos de diversas áreas profissionais, diminua o êxodo para as grandes metrópoles e, consequentemente, melhore o desenvolvimento local. Ademais, poderá ser um estímulo a novos empreendimentos e fator de atração de empresas, aumentando a receita do município, oportunizando o investimento em novas tecnologias e melhores serviços para o cidadão, gerando um círculo virtuoso.

2 O CONTEXTO DAS CIDADES CRIATIVAS

Antes de abordar as cidades criativas, é essencial contextualizar a economia criativa, definida por Pacheco (2019) como um conceito que engloba setores onde a geração de valor econômico deriva da criatividade, conhecimento e talento. Esse conceito é um potencial gerador de riqueza e empregos, explorando ativos criativos como propriedade intelectual e direitos autorais. Vieira e Vieira (2020) reforçam que, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, a economia criativa utiliza recursos locais e criatividade para gerar emprego e renda, movimentando o comércio e instigando a inovação.

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2023) analisou o impacto da economia criativa no crescimento de empreendimentos, identificando que ela promove diversidade, cidadania e inclusão social, além de estimular conhecimento, inovação e tecnologia. Reis (2011) destaca que, em um cenário global competitivo, o capital humano e a capacidade de produzir bens e serviços diferenciados são altamente valorizados. A economia criativa, por sua vez, contribui com produtos e serviços inovadores que geram direitos de propriedade intelectual, conforme a classificação da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2022).

Além de impulsionar a inovação, a economia criativa pode ser vista como uma estratégia de desenvolvimento social. Reis (2011) argumenta que reconhecer a criatividade humana como ativo econômico cria oportunidades para empreendimentos criativos, valorização de intangíveis culturais e formação de redes de negócios. Com seus treze segmentos robustos, a economia criativa apresenta uma área abrangente e relevante para estudo e desenvolvimento, promovendo uma convergência entre interesses públicos e privados e objetivos sociais, culturais e econômicos.

2.1 Conceitos e principais características de uma cidade criativa

A concentração da população mundial em cidades, ou seja, em perímetros urbanos³ vem crescendo ao longo dos anos e, com isso, observa-se o aumento da complexidade de soluções para suprir as demandas da sociedade (Stoffel, 2018). Conforme o Relatório Mundial das Cidades, publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU), 68% da população mundial será urbana até 2050, muito

3 Este estudo não abordará o conceito geográfico de cidade. Para fins de compreensão, trataremos a cidade como a área urbana de um município, e não qualquer área urbanizada, mas sim aquela delimitada por um perímetro urbano, que também é legalmente estabelecido e separa a cidade do campo. Portanto, o município é composto pelo campo (área rural) e pela cidade (área urbana). Para melhor compreender o conceito de cidades criativas abordado nesta dissertação, trataremos do município de forma integral, não fazendo distinção entre cidade e campo.

embora, tenha havido uma desaceleração no ritmo da urbanização durante a pandemia (ONU HABITAT, 2022). Essa situação impõe às cidades um crescente desafio de encontrar novas alternativas para responder às necessidades que se apresentam. Diante desse cenário, “as cidades são uma organização dinâmica, viva e complexa”, segundo Stoffel (2018). Toda cidade é de alguma forma criativa e inovadora.

Landry (2013) diz que as cidades enfrentam uma crise crescente que não pode ser resolvida por uma atitude de “conformidade”. Ela deve abranger o desafio de conviver com uma grande diversidade, ser capaz de pensar em sustentabilidade e repensar o seu papel com objetivo de equilibrar as agendas econômica, cultural e social, frente a uma grande complexidade. Para Soares e Vieira (2019) as cidades que investem em conexões, cultura, inovações, tecnologia e criatividade possuem um diferencial competitivo frente às demais. As cidades que reúnem tais características têm sido denominadas como “cidades criativas”.

Embora o conceito ainda esteja em construção, pois trata-se de um assunto relativamente novo, o termo “cidade criativa” tem sido amplamente abordado, por vezes de forma equivocada, pois sua utilização dá a conotação de modernidade e, ocorre de ser aplicado sem a devida fundamentação. Num mundo tão dinâmico, vale lembrar que a criatividade é uma poderosa ferramenta para buscar soluções inovadoras para os problemas recorrentes de uma cidade. A cidade criativa se destaca por valorizar as capacidades urbanas e cidadãos nesse processo transformacional (Depiné, 2021).

Reis (2011) defende que cada cidade precisa definir o seu próprio caminho, com base nas suas raízes, na cultura local. Não basta aplicar o modelo utilizado por outra cidade, pois isso não fará sentido para aquela comunidade e não produzirá o efeito esperado. A referida autora faz uma crítica ao mimetismo, que seria a aplicação literal de um modelo já utilizado por outra cidade. A alternativa plausível é a utilização de um caso de sucesso como inspiração, respeitando as características do local. Contudo, algumas características são consenso entre os autores, quando definem uma cidade criativa, tais como: diversidade, inclusão, singularidade, identidade cultural, integração das estratégias cultural, social e econômica, além de estar em constante transformação (Landry, 2013). Para esse autor, o que é mais relevante são os fatores que tornam determinada cidade única, resultado de um conjunto de elementos distintivos.

Florida (2011) também faz a associação de diversidade com criatividade, vinculadas ao local em que essas expressões ocorrem. Ele defende que a criatividade encontra solo fértil em um ambiente aberto e diversificado. É dele a Teoria dos 3 T's – Talentos, Tolerância e Tecnologia, como condições para o reconhecimento de uma cidade criativa. O autor diz que “cada uma dessas condições é necessária, mas sozinha é insuficiente, para atrair indivíduos criativos, gerar inovação e estimular o crescimento econômico”. Para ele, um lugar precisa reunir

os três aspectos em conjunto (Florida, 2011, p. 249).

Segundo essa teoria, o crescimento econômico regional é impulsionado por pessoas criativas. Essa categoria de pessoas prefere lugares tolerantes, abertos a novas ideias e diversificado. Para Florida (2011) a diversidade atrai os indivíduos criativos. Lugares que proporcionam a conexão tendem a estimular que novas combinações criativas surjam. Na visão do autor, a aliança de diversidade, conexões e pessoas criativas acelera a capacidade de inovar, de criar negócios, de gerar empregos e da cidade crescer economicamente.

Na concepção teórica de Florida (2011), para gerar uma mentalidade ou ambiente favorável à criatividade, basta criar facilidades e incentivos com o objetivo de atrair talentos externos. Porém na prática, para que essa cultura organizacional, esse *mindset* criativo se estabeleça, é necessário um conjunto de fatores mais profundos. Entre eles a educação alicerçada na construção do saber e do desenvolvimento integral do indivíduo, no acesso às diversas manifestações culturais, na urbanização e na tolerância à diversidade. Isso, partindo-se do princípio de que as necessidades básicas já estejam atendidas (Reis, 2011; Défine e Teixeira, 2018; Défine *et al.*, 2018; Leipnitz e Lóssio, 2021; Oliveira, 2010).

Com a reunião das características citadas pelos autores estudados, seria possível melhorar a qualidade de vida de um lugar e, conseqüentemente, o seu desempenho econômico. Contudo é preciso cautela para que não haja, conforme Vivant (2012) a banalização da cidade criativa. Parece que a visão de Reis (2011) faz sentido, quando diz que a valorização da criatividade encarada como ativo socioeconômico, em um mundo cujos produtos e serviços mostram-se crescentemente pasteurizados devido à globalização, é uma alternativa de desenvolvimento local. E Landry (2013) traz o elemento nuclear da questão, que consiste na criação das condições para que as pessoas pensem e planejem com imaginação, para então criarem possibilidades de resolver problemas urbanos recorrentes.

2.2 Os atores sociais da cidade criativa

Atualizando o conceito de Etzkowitz e Leydesdorff (1995), que estudaram parques tecnológicos, utilizou-se para esse estudo a teoria proposta por Carayannis e Campbell (2009), que trouxeram a importância da interação entre universidade, empresas, governo e sociedade civil, para o desenvolvimento da cultura de inovação, a teoria chamada de Quádrupla Hélice. Nesse conceito, a universidade atua no desenvolvimento do conhecimento, as empresas são responsáveis pela aplicação prática, o governo desenvolve políticas públicas para financiar e minimizar as dificuldades para a implantação da inovação e, por sua vez, a sociedade civil colabora para criar inovação (Etzkowitz e Leydesdorff, 1995; Etzkowitz, 2008; Etzkowitz e Zhou, 2017).

Na Quádrupla Hélice, as políticas e estratégias de conhecimento e inova-

ção devem reconhecer o importante papel da sociedade civil organizada para a obtenção das metas e objetivos. Para Mineiro e Castro (2020), a combinação das quatro perspectivas, universidades, empresas, governo e sociedade civil organizada, aponta para a implementação dos ecossistemas de inovação e empreendedorismo com crescimento inteligente e sustentável. Pensando em ambientes de inovação de uma forma mais ampla e não apenas em parques tecnológicos, será usado o modelo de quádrupla hélice para pensar na construção de uma cidade criativa.

A articulação entre todos os atores é essencial para a consecução dos objetivos sociais, econômicos e culturais, que possibilitam o reconhecimento de uma cidade como criativa. Cada esfera tem o seu papel na criação de um ambiente favorável à criatividade e à inovação. O conceito de cidade criativa, apesar de provocado pela dimensão econômica, é estritamente ligado a componentes mais subjetivos e intangíveis da mesma, como cultura, tradição e identidade (Landry, 2013).

A criatividade é uma habilidade que pode ser usada como ferramenta para encontrar soluções inovadoras, para isso o poder público, a academia, as empresas e a sociedade civil precisam passar por uma mudança de mentalidade, como afirma Landry (2013), criando uma dinâmica fluida em linhas de concordância.

2.3 Cidades Criativas como alternativa ao desenvolvimento

A administração pública municipal enfrenta cotidianamente diversos problemas estruturais. Conforme os pensamentos de Landry (2013) e Reis (2011), na tentativa de solucionar as dificuldades encontradas, são realizadas inúmeras ações. Porém, na maior parte das vezes, trata-se de iniciativas isoladas, que não estão conectadas entre si. Ao tratar dessa questão, Lerner (2011, p. 41) ressalta a importância de “engendrar equações de co-responsabilidade – unindo o governo, o setor privado e os esforços da sociedade civil – o que possibilitará as soluções”. Nessa perspectiva, o maior desafio é definir uma agenda positiva, fomentando o processo de construção de um sonho coletivo, dar-lhe foco e demonstrar como esse cenário poderá se tornar real (Lerner, 2011).

Os autores citados no parágrafo anterior, sugerem ser raro encontrar gestores municipais que tenham uma estratégia clara para o desenvolvimento local a médio e longo prazo, visto que as soluções apresentadas são momentâneas, pensando na satisfação imediata dos anseios da população, ou no máximo pensadas com o horizonte de um mandato. Com base nessa necessidade de resposta imediata aos problemas identificados, nem sempre as soluções encontradas são as melhores, do ponto de vista do desenvolvimento social, cultural e econômico. Não gerando políticas públicas duradouras e eficientes para o município.

Sob essa ótica e entendendo que vivemos hoje na Era do Conhecimento,

que é caracterizada pela valorização dos saberes, da criatividade, da inovação e da colaboração, em contraponto à Era Industrial, caracterizada pela valorização das máquinas, o conceito de cidade criativa, como sendo o espaço onde convergem os objetivos culturais, econômicos e sociais começa a fazer sentido (Landry, 2013).

Não se pode desprezar a economia tradicional, mas é necessário que as cidades tenham um olhar apurado para a nova economia, baseada em conhecimento, pois conforme Landry (2013) é esta que trará resultados mais expressivos nos campos social e cultural. Nesse contexto, cidades de qualquer tamanho podem percorrer o caminho da criatividade de forma genuína (IJL, 2021).

Howkins (2013) traz o conceito de economia criativa, como sendo aquela que consiste nas transações contidas em produtos criativos. Já para Mirshawka (2016), a economia criativa tem a criatividade, a arte e a cultura como sua matéria-prima e está relacionada aos direitos de propriedade intelectual. Santos (2006) fala que a economia criativa pode se tornar uma estratégia fundamental para promover o desenvolvimento econômico sustentável.

Reis (2011, p. 62) traz uma reflexão importante, quando diz que:

No momento em que os gestores públicos conseguem implantar políticas públicas que favorecem a eclosão da criatividade urbana e promover a resolução de problemas estruturais, especialmente quando as cidades se voltam cada vez mais para seus diferenciais, estará redirecionando a cidade para si e, ao mesmo tempo, dotando-a de novas características.

Soares e Vieira (2019), afirmam que iniciativas nessa linha fizeram com que muitas cidades do mundo se destacassem. Como consequência, o acesso a serviços públicos qualificados favorece a qualidade de vida da população, contribuindo para a atração de pessoas para fixar residência, especialmente profissionais que se interessam por cidades com essas características, pois conforme Landry (2013), o desenvolvimento promovido por valores tornou-se muito importante.

Aqui, considera-se importante ressaltar que a Rede de Cidades Criativas da UNESCO, criada em 2004, para promover a cooperação com e entre cidades que identificaram a criatividade como um fator estratégico para o desenvolvimento regional urbano, serve como uma plataforma internacional de intercâmbio e colaboração entre cidades para a implementação dos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas, principalmente o Objetivo 11 que trata sobre cidades e comunidades sustentáveis. Atualmente a Rede é composta por duzentas e quarenta e seis cidades, em sete áreas criativas: artesanato e arte folclórica, design, cinema, gastronomia, literatura, mídia e música (UNESCO, 2021).

As cidades da Rede estão espalhadas ao redor do mundo, inclusive no Brasil. Essa visibilidade internacional confere à cidade maiores oportunidades de atração tanto de talentos, quanto de empresas do setor criativo (Soares e Vieira, 2019). Nessa perspectiva, conforme os referidos autores, as cidades que conseguem estabelecer um caminho na economia criativa, testemunham a geração de empregos e a atração de

profissionais altamente capacitados, aumentando assim, a captação de impostos de consumo de produtos, dos serviços gerados por essa economia e por outros setores, pois a média dos salários é bem expressiva.

Segundo dados apresentados pela FIRJAN (2019), a média salarial da economia criativa é maior do que a de outros segmentos. Isso, de certa maneira, dá subsídios documentais para sugerir que cidades que possuem uma economia criativa forte, terão menor índice de desemprego, levando em conta que o perfil do trabalhador criativo é de quem busca mais aperfeiçoamento acadêmico. Florida (2011), acrescenta que esse tipo de cidade tem mais condições de enfrentar as crises.

A FIRJAN (2022) traz ainda outra informação relevante, de que mesmo com a pandemia, o setor da economia criativa superou o desempenho geral da economia brasileira em quase todos os anos deste século e passou a representar 2,9% do produto interno bruto (PIB) em 2020, movimentando um total de R\$ 217,4 bilhões. O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) afirma que o total movimentado pela indústria criativa no ano de 2020 foi equivalente ao gerado pela construção civil e superior à produção total do setor extrativista mineral no mesmo ano (IEDI, 2022).

Depiné (2018) defende que a cidade criativa é uma das diversas novas tipologias aplicadas ao espaço urbano, como as cidades inteligentes, as cidades sustentáveis, cidades digitais, cidades educadoras, entre outras. O principal fator de diferenciação é a criatividade, um recurso intangível que é o núcleo desse conceito. Dessa forma, o principal ativo de uma cidade criativa é o seu povo.

2.4 Alguns Modelos de Cidades Criativas

Até o momento, 246 cidades do mundo detém o título de Cidade Criativa, reconhecidas pela UNESCO. A conquista do título torna-se um diferencial competitivo para os municípios contemplados e garante visibilidade internacional. As candidatas submetem-se a rigoroso processo de avaliação nos setores de cultura e indústria criativa, além de demonstrarem seu empenho na busca pelo desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo, comprometendo-se com a implantação da Agenda 2030 (Ministério do Turismo, 2021).

Diversas cidades vêm percorrendo o caminho em busca do reconhecimento como criativa. Mas ao falarmos naquelas que já obtiveram esse título, algumas se destacam em razão de sua trajetória. Nesse estudo serão analisados os modelos adotados por Barcelona, Toronto e Medellín, no âmbito internacional e, Florianópolis, Santos e Paraty, no cenário nacional.

Barcelona é um exemplo de cidade que aproveitou uma oportunidade de investimento, para a preparação dos Jogos Olímpicos de 1992, e desenvolveu um projeto de longo prazo, estabelecendo um planejamento estratégico. A cidade fez com que todos os elementos do sistema social, cultural e econômico, interajam entre si, para gerar va-

lor e proporcionar interação social, qualidade de vida e como consequência, se tornar mais atrativa economicamente.

Toronto possui programas que incentivam a produção artística em diversos formatos, os quais tiveram um efeito transformador na vitalidade da cidade. A principal intenção era enriquecer a experiência urbana dos seus residentes e visitantes, convidando para que a população ocupasse os espaços públicos. Essa intensa produção artística urbana é incentivada também nos empreendimentos privados, integrando assim a paisagem. A estratégia de tornar a cidade mais interessante para seus habitantes, fez com que houvesse uma maior ocupação dos equipamentos públicos pelas pessoas e a consequente redução do vandalismo.

Medellin conseguiu mudar drasticamente o seu contexto social, promovendo uma regeneração com base na cultura, na educação e na inovação. Implementou políticas públicas com o objetivo de fortalecer as instituições culturais e fomentar a indústria criativa. Além disso, foram desenvolvidos projetos focados na redução da desigualdade social, na melhoria da mobilidade urbana e na educação. Também empreendeu para a construção de parques e bibliotecas como forma de inclusão social e estímulo à cidadania, gerando campo fértil para o estabelecimento de uma nova cultura urbana. A resiliência transformadora da cidade encontrou suporte nas conexões estabelecidas na quádrupla hélice, resultando na melhoria da autoestima da população.

Florianópolis desenvolveu uma ampla rede colaborativa entre entidades do comércio, academia, setor público e sociedade civil para consolidar o seu ecossistema. Constituiu espaços que oportunizam a criatividade e a inovação, atraindo *startups* e fomentando o empreendedorismo com foco em áreas de tecnologia. Há um consenso entre profissionais e estudiosos desses ambientes, que o principal diferencial da cidade está no compromisso de toda a comunidade em promover um ecossistema que beneficie a economia local.

Santos utilizou o legado cinematográfico e focou seus esforços na produção audiovisual. Paralelo a isso, implantou intencionalmente um projeto de subsídio para o desenvolvimento da economia criativa do município, propondo diagnósticos, mapeamento e fomento de territórios criativos. Também realiza sistematicamente eventos que proporcionam intercâmbio cultural nacional e internacional, além da difusão das produções oferecendo democratização do acesso. Com a implementação de centros culturais que oportunizam formação profissional em economia criativa, vem mudando a realidade da sua população.

Paraty, uma cidade do interior do Rio de Janeiro, apresenta uma formação étnica diversa que reflete na sua cultura. É uma cidade de pequeno porte que viu a possibilidade de interagir com outras cidades, ampliando conhecimentos, parcerias e aumentando as oportunidades econômicas.

3 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nessa secção apresenta-se os principais resultados sobre como a sociedade percebe a cidade de Taquara inserida no contexto de cidade criativa. Para isso, será apresentada a percepção dos principais atores sociais municipais, bem como, fazer algumas sugestões sobre o que pode ser feito para que Taquara se torne uma cidade criativa.

3.1 Taquara/RS: caracterização do município

Taquara, considerada a cidade-mãe do Vale do Paranhana, foi colonizada predominantemente por alemães e sua emancipação aconteceu em 17 de abril de 1886. O município sempre foi reconhecido como polo regional desde o seu nascimento, principalmente por causa dos setores de comércio e serviços que continuam sendo referência, mesmo com o passar dos anos.

Conforme dados do IBGE (2022), Taquara apresenta o melhor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da região, chamando atenção o número de estabelecimentos de ensino, representando 36% do Vale do Paranhana. A cidade também apresenta bons indicadores sociais, de saúde, saneamento e moradia. Uma das suas principais características é a privilegiada localização geográfica: o município é ponto de ligação entre importantes regiões do Rio Grande do Sul, como a Serra Gaúcha, Litoral, Região Metropolitana e Vale dos Sinos (Prefeitura de Taquara, 2021).

3.2 A percepção dos atores sociais sobre a utilização do conceito de cidade criativa como estratégia de desenvolvimento local

Com o objetivo de aprofundar o entendimento acerca da percepção de diferentes atores sociais em relação ao município de Taquara, partiu-se para as entrevistas e questionários. Os resultados a seguir apresentados foram fruto da participação de 28 pessoas, os quais foram separados em dois grupos, com aplicação de instrumentos de pesquisa diferentes, para o primeiro grupo foi aplicado um questionário e, para o segundo foram realizadas entrevistas. Os dados obtidos serão apresentados segmentados por grupo de participantes, como forma de facilitar o entendimento.

3.2.1 Percepção dos associados ao Lions Clube Inovação de Taquara/RS

O LCI é um clube de interesse específico, que busca congregar ações de voluntariado voltadas para o desenvolvimento de Taquara/RS. Esse tipo de clube é uma novidade dentro do movimento Lions Internacional, sendo um dos primei-

ros a surgir com esse formato. Conta com 28 associados de diferentes segmentos profissionais, que doam seu tempo para planejar e operacionalizar ações que buscam auxiliar o desenvolvimento do município nas áreas econômica, social e cultural.

As cinco principais características positivas levantadas por esse grupo, dizem respeito a pontos importantes quando se pensa em uma cidade criativa. A localização privilegiada é importante tanto para a logística das empresas, quanto para o acesso de moradores e visitantes. A presença de uma rede de ensino abrangente, desde a pré-escola até a pós-graduação atende às necessidades dos estudantes, qualificando o capital humano local e da região. A disponibilidade de comércio e serviços também é percebida como um ponto favorável, associada à qualidade de vida. Chama a atenção uma peculiaridade levantada, o engajamento da população em questões colaborativas e a disposição para o voluntariado. E, por fim, a receptividade do povo taquarense com os imigrantes. Essas características demonstram um solo fértil para o desenvolvimento de proposições que necessitem de participação comunitária.

Nesse sentido, é possível estabelecer uma relação com a referência que Dellagnelo e Nunes (2021) fazem ao capital social, como sendo uma força capaz de fomentar ações coletivas para o bem comum. E essas ações são possíveis quando existem relações de confiança, que são fundamentais para a materialização do capital social. Um dos principais desafios para cidades que desejam criar ecossistemas de inovação é fomentar essas relações de confiança de uma forma inclusiva e democrática, propiciando conexões entre pessoas com diferentes perfis socioeconômicos, de gênero e nível de escolaridade. O elo para conectar as pessoas, e assim enriquecer o ecossistema e a qualidade de vida no território, parte de ações de interesse comum, do engajamento comunitário e do fortalecimento de organizações da sociedade civil (Dellagnelo e Nunes, 2021).

Em relação aos fatores culturais, as seguintes características positivas foram apontadas: 17,40% citaram a diversidade cultural, com a presença de artistas de diferentes segmentos; 26% mencionou o incentivo ao setor cultural; 17,40% apontou a preservação do patrimônio material e imaterial; 30,40% dos respondentes apontou que Taquara deve explorar melhor seu potencial e 8,70% não percebem características positivas.

Conforme as informações levantadas na pesquisa, os participantes elegeram como principais características que podem potencializar a investida de Taquara para o caminho de cidade criativa, a existência de uma rede de educação estruturada, os aspectos culturais que o município apresenta e, principalmente, a colaboração entre os diferentes atores sociais.

Essa última característica, embora sua subjetividade, é percebida por vários respondentes. A questão encontra amparo novamente em Dellagnelo e Nunes (2021) quando falam em capital social. Para os autores o capital social é muito

importante para que haja desenvolvimento econômico e social de um território. O foco em relações de confiança que facilitam a interação e a colaboração entre os diferentes membros da comunidade, que dialogam para impulsionar empresas ou para solucionar problemas sociais comuns, constitui o principal elemento do capital social (Dellagnelo e Nunes, 2021).

A última pergunta investigou se os respondentes reconhecem que sua atividade profissional está inserida dentro do escopo da economia criativa. Com essa pergunta, também é possível avaliar o entendimento acerca dos segmentos que a compõem. Como resultado, 70% dos participantes sabem que sua atividade profissional está inserida na economia criativa. E isso condiz com a realidade, visto que a economia criativa abarca vários segmentos.

Florida (2011) diz que se você é cientista ou engenheiro; arquiteto ou designer; escritor, artista ou músico; ou se emprega a criatividade ao trabalhar com negócios, educação, saúde, direito ou alguma outra profissão, significa que é um integrante da classe criativa. E essas são algumas das profissões que a compõem. O autor diz ainda que a classe criativa produziu e continuará a produzir mudanças profundas no modo de trabalhar, nos valores, nos desejos e na própria configuração do cotidiano.

3.2.2 Percepção dos representantes da Administração Municipal

Para compreender a percepção da administração municipal de Taquara, foram entrevistados cinco servidores do primeiro escalão envolvidos na tomada de decisões estratégicas. Utilizou-se um roteiro semiestruturado, com perguntas adicionais para aprofundar as respostas.

A primeira pergunta abordou a percepção dos entrevistados sobre Taquara. Todos destacaram a localização geográfica privilegiada do município, próximo à capital, serra e litoral, o que pode atrair investimentos. Esse ponto converge com os dados dos questionários aplicados ao LCI. Outro aspecto mencionado é que Taquara é um polo educacional com escolas e instituições de ensino superior, mas que o capital humano é “exportado” para a região metropolitana. Os entrevistados sugerem a atração de empresas e incentivo ao empreendedorismo para diversificar a economia.

Foi observado também um diferencial cultural em Taquara, que é descrita como “cosmopolita” e acolhedora de diversas comunidades e influências, incluindo uma comunidade quilombola. O patrimônio arquitetônico e os museus, como o Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul (Marsul), são destacados como importantes para a atividade turística.

De acordo com Reis (2011), a cultura é o que dá singularidade a uma cidade, gerando impactos econômicos e sociais. Landry (2013) complementa que o ambiente físico deve promover sociabilidade e intercâmbio para aumentar o

potencial criativo da cidade. Criatividade é vista como a exploração de recursos culturais e talentos locais, substituindo recursos físicos das cidades industriais.

Os entrevistados destacam características positivas de Taquara, como o comércio forte e a posição geográfica. No entanto, há preocupação com a descontinuidade das ações, sugerindo a necessidade de articulação entre setor público, privado e sociedade civil para políticas públicas consistentes. A percepção do senso de comunidade e do voluntariado é identificada como um diferencial competitivo importante.

Vivant (2012) questiona se o modelo de cidades criativas pode redirecionar cidades em declínio. Dellagnelo e Nunes (2021) destacam o capital social como essencial para a qualidade de vida e desenvolvimento econômico, interligado ao capital humano e às questões socioeconômicas.

Os entrevistados veem Taquara como um berço cultural com eventos como o Carnaval, a Feira do Livro e o Natal Mágico, que promovem a interação cultural e oportunidades para artistas locais. A fruição cultural é considerada importante para o desenvolvimento econômico e a criação de um ambiente de tolerância (Florida, 2011).

O voluntariado é visto como um diferencial, com a comunidade respondendo positivamente a iniciativas para o bem comum. Landry (2013) defende que a criatividade pode surgir de diversas fontes e que é necessário criar uma cultura de criatividade nas esferas pública, privada e comunitária.

A última pergunta sobre a utilização do conceito de cidade criativa gerou respostas positivas, com a maioria dos entrevistados acreditando que pode atrair empreendedores e talentos. Landry (2013) afirma que a criatividade está relacionada a uma mudança de mentalidade, sendo um processo contínuo e dinâmico.

No Quadro 1 é possível observar um compilado das principais características trazidas nas entrevistas.

Quadro 1 – Síntese dos pontos positivos apontados nas entrevistas

Econômicos	Sociais	Culturais
Posição geográfica	Engajamento social	Tradicionalismo gaúcho
Comério diversificado	Voluntariado	Tropeirismo
		Presença de artistas de diferentes estilos
Rede de serviços	Valores sólidos	
Formação de cluster da indústria de piscinas de fibra de vidro	População acolhedora	Rede completa de ensino
		Museus com acervo relevante internacionalmente
Extensão territorial	Espaços de lazer	Presença de diversas culturas étnicas
Potencial turístico	Qualidade de vida	

Fonte: Dados da pesquisa, elaboração própria (2022).

Quando Reis (2011) analisa a obra de Charles Landry, consegue fazer um apanhado dos principais traços da cidade criativa: valorização dos recursos naturais (incluindo diversidade); a correlação entre os recursos naturais e o potencial de desenvolvimento econômico; políticas públicas transdisciplinares; participação da população; incentivos à criatividade; infraestrutura criativa (comparada ao *hardware*) e estado mental aberto à criatividade (comparado ao *software*), que incentivem as ideias e a busca de soluções criativas por toda a sociedade para os problemas e oportunidades emergentes. Resumindo, a cidade criativa pode ser entendida como “um lugar que estimula e incorpora uma cultura de criatividade no modo como os *stakeholders* urbanos atuam” (Reis, 2011, p. 143).

Observa-se que muitas dessas características estão presentes no município de Taquara, conforme os relatos dos entrevistados, principalmente quando citam que é uma cidade acolhedora e com engajamento comunitário. Para Landry (2013, p. 56), “o pressuposto de uma cidade criativa é que pessoas comuns podem fazer coisas extraordinárias acontecerem, se tiverem uma oportunidade”.

A presença de instituições de ensino, centros de pesquisas e desenvolvimento de produtos, setor de comércio e serviços forte, em uma atmosfera com oferta de atividades culturais, que proporcionam o contato com diferentes segmentos criativos, como as artes, o patrimônio, a música, a pesquisa, dentre outros, tende a estimular a formação de um ambiente propício ao exercício da criatividade e da inovação (Florida, 2011; Reis, 2011; Landry; Biachini, 1994).

Embora Taquara apresente algumas características de uma cidade criativa, outras lhe faltam, as quais merecem receber atenção por parte do ecossistema como um todo, com vistas a minimizar seus impactos. Mas de forma geral, com base nas respostas dos entrevistados às perguntas, observa-se que todos acreditam na viabilidade de utilizar o conceito em estudo como norteador para promover um redirecionamento econômico de Taquara, partindo das singularidades que o município apresenta.

3.3 Conjunto de sugestões para o redirecionamento de Taquara para tornar-se uma cidade criativa

Após analisar os dados coletados frente à bibliografia de referência, pode-se constatar que o município de Taquara apresenta importantes características que podem criar as condições para o incursão no caminho de uma cidade criativa. Para Lerner (2011) qualquer cidade pode tornar-se criativa, ancorando esse processo na construção de uma aspiração coletiva e na mobilização de esforços para a sua realização. Com isso haveria um incremento na qualidade de vida urbana, expressa principalmente nos conceitos de sustentabilidade, mobilidade e solidariedade.

O autor destaca outros conceitos relevantes para a conquista desse obje-

tivo: a “sociodiversidade” (diversidade de idades, rendas e funções); identidade; autoestima e sentimento de pertencimento, como forma de conexão entre as pessoas e o ambiente urbano. O elemento central é a integração, entre lazer e trabalho; entre ambiente natural e construído; entre as camadas do passado, do presente e do futuro; e na recuperação de áreas marginalizadas, intervindo estrategicamente, gerando uma nova energia, o que ele chama de “acupuntura urbana” (Lerner, 2011).

O terceiro objetivo específico deste estudo é a proposição de um conjunto de sugestões que possam auxiliar no desenvolvimento de Taquara, e consequentemente promover o seu redirecionamento para o caminho de uma cidade criativa, como forma de nortear seu desenvolvimento. Para auxiliar na construção de tal proposição, é importante observar os exemplos das cidades criativas reconhecidas pela Unesco apresentadas anteriormente, como forma de inspiração.

A trajetória dessas cidades se dá de forma inspiracional, sem intenção de mimetismo, ou seja, não se trata de copiar aquilo que funcionou para elas. O foco é entender como aconteceu o processo e avaliar o que faz sentido para o município de Taquara tendo em vista as suas peculiaridades. Com base em todos os dados obtidos na pesquisa, chegou-se a um conjunto de ações que poderão ser orquestradas, de forma intencional, almejando esse horizonte.

O principal elemento é a formação de um ecossistema de inovação, que reúna todos os atores sociais dialogando e agindo de forma comprometida para um objetivo comum. Segundo Patel (2021), os ecossistemas ajudam a desenvolver inovações que contribuem para o crescimento da geração de empregos, criação de riqueza e de uma economia vibrante baseada no conhecimento.

Para Audy (2021) a transformação do território deve acontecer a partir de valores próprios da sociedade, levando-se em consideração a economia do século XXI, devendo ser resultado de uma construção coletiva, que articula bem os atores da quádrupla hélice. Para o sucesso de um ecossistema é preciso continuidade das políticas públicas, visão de futuro compartilhada, liderança, profissionais qualificados, boa comunicação e coragem para transformar a sociedade e a economia por meio da inovação e do empreendedorismo.

Diante desses fatos, estruturou-se um diagrama para representar graficamente as etapas que uma cidade poderia percorrer em busca de utilizar a criatividade e a inovação, em prol do seu desenvolvimento.

Figura 1 – Traçando o caminho para uma cidade criativa



Fonte: Elaboração própria (2023).

As conclusões de Reis (2011) sobre o que é fundamental para uma cidade criativa, é muito oportuna para esse estudo e alicerça parte das sugestões. Segundo a autora, o reconhecimento da criatividade e da inovação em caráter transversal ao contexto urbano e a necessidade do desenvolvimento harmônico das políticas, assim como a consideração da cidade como um todo integrado e um processo permanente de transformação, são traços culturais identificados nos debates sobre cidades criativas.

Diante dos dados empíricos, para que o ecossistema de inovação de Taquara prospere, sugere-se pensar em um planejamento de longo prazo, com um desenho de projetos que atuem nos eixos econômico, social e cultural de modo transversal, ou seja, que um projeto gere impacto em outro. A sociedade deve ser convidada a ocupar os espaços públicos, contribuindo para um ambiente pulsante, onde a criatividade permeia os diálogos, fazendo emergir novos olhares e possibilidades para os problemas existentes.

A educação e a cultura deverão ter especial atenção, estimulando a mudança na forma de encarar a realidade e o entendimento acerca da nova economia e da inovação. Para que tais ações não se percam ao longo do tempo e dos governos, parece ser crucial a implementação de políticas públicas que fortaleçam as estratégias.

Os atores sociais organizados na quádrupla hélice, serão os condutores de todo o processo, desenvolvendo os projetos e articulando com todos os envolvidos. Essa rede de colaboração é o fator de sucesso para o desenvolvimento integral de uma cidade criativa.

A seguir, são apresentadas sugestões, organizadas em três eixos de atuação: econômico, social e cultural. Esses eixos subdividem-se em doze áreas desdobradas em trinta e seis projetos, que buscam resultados que terão impacto na

comunidade como um todo. As ações sugeridas foram pensadas com base em todos os materiais analisados.

O eixo econômico abrange a atração de investimentos, o empreendedorismo, a sustentabilidade e o fortalecimento do comércio local. Na atração de investimentos, os seguintes projetos são sugeridos: a) utilizar a localização geográfica como atrativo; b) aprovar política pública para atração de investimentos voltados para a inovação e c) evidenciar e fortalecer o potencial turístico de Taquara como produtor de piscinas de fibra de vidro, aumentando a eficiência do *cluster*.

O empreendedorismo compreende: a) promover ações e eventos com foco nos jovens; b) fomentar as atividades da incubadora e promover a formação de comunidades profissionais que busquem soluções para problemas em comum e c) pensar em soluções inovadoras incentivando a criação de novos negócios.

Na sustentabilidade, sugere-se: a) disseminar boas práticas de ESG; b) buscar a sustentabilidade financeira respeitando o meio ambiente e interagindo positivamente com a comunidade e c) capacitar moradores do interior para o turismo receptivo, diminuindo o êxodo rural e gerando renda.

Fortalecer o comércio local com os seguintes projetos: a) proposição de trabalho em rede (de segmentos e de profissionais); b) especialização dos estabelecimentos do varejo (comércio de nicho), como forma de agregar valor e atrair consumidores de fora e c) incentivar a digitalização dos negócios. Torná-los híbridos, facilitando o acesso de consumidores de todas as gerações.

O eixo social abarca as áreas de segurança, saúde, qualidade de vida e inclusão social. A segurança é composta pelos projetos a seguir: a) utilizar e equipar a guarda municipal como reforço da segurança; b) utilizar o cercamento eletrônico integrado e incentivar o registro de ocorrências e c) promover a ocupação dos territórios pela comunidade.

Para a saúde, as sugestões são: a) facilitar o acesso da população aos serviços de saúde, utilizando tecnologia; b) reduzir o tempo de espera por atendimento e adotar práticas para evitar a evasão dos pacientes e c) tornar os atendimentos mais humanizados.

Na área de qualidade de vida, as sugestões são as seguintes: a) melhoria dos espaços públicos, deixando a cidade mais atraente; b) ampliar a oferta de equipamentos culturais e de lazer e c) proporcionar eventos que possibilitem as conexões entre a comunidade.

Pensando na inclusão social, sugere-se: a) o estabelecimento de um HUB de empregos (aproximação entre empresários e candidatos às vagas); b) capacitar os cidadãos que dependem de auxílios governamentais para o varejo e c) aproximar as instituições sociais, formando uma rede que trabalhe de forma integrada, fortalecendo as ações.

Já o eixo cultural, abrange as seguintes áreas: a) capacitar para a nova economia; b) estabelecer uma cultura de inovação; c) promover a diversidade de

crenças, de gênero e etnia e d) transformação cultural.

A ação capacitar para a nova economia desdobra-se em: a) buscar a transformação digital; b) ações de sensibilização voltadas para a economia do conhecimento e c) fortalecimento da economia criativa.

Para estabelecer cultura de inovação, sugere-se: a) estimular o uso da criatividade nas escolas, com implantação de novas metodologias; b) propor desafios abertos à comunidade, onde todos sintam-se convidados a pensar com criatividade e c) estimular na população um olhar pró-soluções.

Para promover a diversidade de crenças, de gênero e de etnia, são sugeridos os seguintes projetos: a) propor o debate sobre o tema, sensibilizando a construção de “times” diversos nas empresas; b) oportunizar ações de conscientização e respeito nas escolas e c) realizar eventos que abordem a temática, com cunho educativo.

E, por fim, a área de transformação cultural compreende: a) promoção e valorização das iniciativas locais; b) utilização de espaços públicos por artistas locais, promovendo uma ressignificação e constituição de espaços culturais informais e c) preservação e valorização do patrimônio arquitetônico.

Buscar o desenvolvimento integral de uma cidade é uma tarefa complexa, que exige um entendimento coletivo e a união de esforços. O primeiro passo, que talvez seja o mais difícil, consiste na sensibilização das pessoas e das instituições para a necessidade da atuação conjunta para a realização das ações, almejando a potencialização de resultados. Vencida essa etapa, deverá haver uma priorização de projetos, pois é improvável que se consiga dar andamento em todos ao mesmo tempo, devido à complexidade de cada um.

É importante salientar que algumas das sugestões citadas no Quadro 1, já estão sendo desenvolvidas por instituições como Conselhos Municipais, Entidades, Administração Pública e pelo Instituto Taquara Mais.

As estratégias propostas deverão ser implementadas e geridas de modo transversal entre si, considerando que os resultados obtidos em um eixo de atuação impactarão consequentemente nos outros. A coordenação precisará ter uma visão sistêmica, para que o propósito não se perca no caminho. O escopo de projetos deverá estar sempre presente, sendo perseguido incansavelmente.

De outro lado, é importante deixar espaço para a própria criatividade que surgirá no decorrer do caminho e que fará os ajustes necessários para a continuidade do processo. O termo “serendipidade” utilizado por Vivant (2012) que fala sobre o papel do acaso nas descobertas, quando se encontra algo que não se estava procurando, expressa muito bem essa questão. A cidade criativa precisa ter essa condição resiliente, esse caráter de estar sempre se transformando, sendo uma qualidade própria da caminhada, do processo.

Segundo Vivant (2012) a criatividade se alimenta da serendipidade. As associações inéditas e os encontros fortuitos fazem emergir novas ideias e novas

formas de fazer.

Desta forma, é possível tecer algumas explicações acerca das sugestões apresentadas no Quadro 1. O eixo econômico está subdividido em atração de investimentos, voltada para a nova economia, visto que se propõe um redirecionamento de um modelo de indústria tradicional, baseada no setor coureiro-calçadista, para a indústria do conhecimento. Para tanto, questões como empreendedorismo e sustentabilidade devem estar presentes e ser incentivadas. Além disso, a força do setor terciário é reconhecida pelos indivíduos pesquisados, dessa forma, deve-se empreender esforços para fortalecer ainda mais.

Em se tratando do eixo social, o principal objetivo é aumentar a qualidade de vida da população. Para o atingimento desse objetivo, é relevante dar foco para projetos voltados para a melhoria da segurança, da saúde e da inclusão social. Aqui é necessário registrar que o CONSEPRO tem uma forte atuação, colaborando com a administração pública, na proposição e execução de ações relacionadas à segurança.

E, finalmente, no eixo cultural, quatro importantes áreas estão presentes, sendo que do ponto de vista das cidades criativas, talvez a mais importante seja a transformação cultural. Transformação essa que remete à mudança de mentalidade das pessoas, da forma como posicionar-se como sociedade. De como adotar uma atitude resiliente, porém criativa frente aos desafios e, assim, criar uma cultura de inovação.

Como diz Landry (2013), o “pensamento inovador” encarado como parte do paradigma global da criatividade, é visto como providencial para lidar com as constantes mudanças. O pensamento inovador envolve uma capacidade de combinar racionalidade e criatividade com empatia no atendimento às necessidades. O desafio consiste em descobrir onde as “linhas de uma intensa concordância podem fluir e se basear nelas para que as similaridades se tornem mais importantes que as diferenças”.

3.3.1 A experiência de Taquara/RS com o Instituto Taquara Mais

Em 26 de maio de 2021, a constituição do Lions Clube Inovação, formado por 28 profissionais da comunidade taquarense, iniciou a discussão sobre como a comunidade poderia adotar um papel protagonista no desenvolvimento do município. Surgiu, então, um movimento baseado na quádrupla hélice e no conceito de cidade criativa para fomentar redes de desenvolvimento (ITM, 2022).

O grupo visou transformar Taquara em um ambiente colaborativo, apoiando-se no conceito de ecossistema de inovação, definido como uma comunidade colaborativa com diferentes agentes comprometidos com a inovação por meio da interação (Etzkowitz e Zhou, 2017). O conceito de Tríplice Hélice, de Etzkowitz e Leydesdorff (1995), envolve a colaboração entre universidade, empresas e gover-

no para o desenvolvimento baseado no conhecimento.

Existe um consenso na comunidade acadêmica que a inovação é impulsionada pela colaboração entre essas esferas (Etzkowitz e Leydesdorff, 1995). Instituições como a União Europeia e o Banco Mundial também promovem esse modelo. Para enfrentar problemas complexos, incluiu-se a sociedade civil no modelo de Quádrupla Hélice, que combina sociedade civil, universidade, empresas e governo para fortalecer ecossistemas e empreendedorismo (Carayannis e Campbell, 2009; Carayannis e Rakhmatullin, 2014).

A configuração da Quádrupla Hélice promove uma expansão mais robusta do ecossistema de inovação e da economia local. Landry e Bianchini (1994) destacam que a cidade criativa oferece condições para a inovação e solução de problemas urbanos. O conceito de capital social também é relevante, sendo fundamental para a qualidade de vida e ações coletivas (Dellagnelo e Nunes, 2021).

Após um ano de articulação, foi criado o Instituto Taquara Mais (ITM), lançado em 25 de agosto de 2022, para criar um ambiente colaborativo, otimizando as potencialidades de Taquara, voltado para o desenvolvimento socioeconômico e cultural de Taquara (Jornal Panorama, 2022). Os objetivos do ITM incluem desenvolver iniciativas inovadoras, construir parcerias, propor uma agenda comum, fomentar o empreendedorismo e contribuir para políticas públicas (ITM, 2022).

Reis (2011) aponta que a economia criativa exige conexões entre setores e agentes para promover o desenvolvimento regional. O ITM baseia-se em três eixos principais: econômico, social e cultural, e se subdivide em sete linhas de atuação: empreendedorismo, atração de investimentos, segurança pública, saúde, qualidade de vida, educação e transformação cultural.

4 CONCLUSÃO

A cidade criativa pode ser uma alternativa para o desenvolvimento de municípios, visto que promove um ambiente que estimula a colaboração, a sinergia e um entendimento comum sobre onde se quer chegar. É um espaço onde convergem os objetivos culturais, econômicos e sociais. A cidade que se pretende criativa precisa identificar suas potencialidades, mas sem esquecer suas raízes.

Existe um consenso entre os principais autores do tema que uma cidade pode utilizar suas singularidades para fomentar seu desenvolvimento. Uma cidade criativa utiliza elementos de diversas áreas, de uma forma integrada, como base de um cenário favorável ao surgimento de novas ideias, ancorado na criatividade e com um olhar para a inovação.

Esse trabalho buscou elencar os fatores culturais, sociais e econômicos de Taquara, favoráveis a aplicação do conceito de cidade criativa; identificar as percepções dos atores sociais acerca da viabilidade da utilização dessa temática

como alternativa de desenvolvimento; e demonstrar como seria possível aplicar esse conceito no município. Tais objetivos foram alcançados com as respostas trazidas pelos indivíduos participantes da pesquisa. Todas as informações obtidas ao longo do estudo, possibilitaram o atingimento do objetivo geral, de elaborar um conjunto de sugestões para promover o redirecionamento do município para o caminho de cidade criativa.

Para a cidade de Taquara, o que se propõe é uma retórica que perpassa pelos discursos dos diversos autores citados no texto, em que elementos como a tradição, a cultura e a diversidade estejam presentes, que seja um ambiente vivo e atrativo para profissionais da classe criativa, como também para aqueles que não se enquadram nesse grupo, afinal uma cidade tem que ser boa para todos os seus habitantes. Todos podem contribuir para uma cidade mais criativa, descobrindo novas oportunidades e soluções para problemas arraigados.

Outro ponto a desconstruir é de que uma cidade criativa só é possível num ambiente de efervescência cultural, mas sim pensar na sua viabilidade em um local onde exista mobilização social, convergência de propósitos e ações, mas principalmente espaço para o diálogo entre os diferentes atores da sociedade.

Não se trata de “vender” uma ideia comercial de que a partir de agora Taquara é o melhor lugar para se estabelecer, seja uma empresa ou uma pessoa, mas sim de adotar uma ferramenta de programação da ação política, ou seja promover a utilização do conceito de cidade criativa, alinhada às potencialidades do município de forma intencional.

No entanto, para que o desenvolvimento seja alcançado de forma genuína, há que se preservar as tradições e a cultura local, para que não haja uma descaracterização da cidade e que nesse processo, a criatividade se perca. Não se trata de fabricar uma cidade criativa, mas de identificar elementos que possibilitem o incurso nesse caminho.

Nesse sentido, os achados do presente estudo apontam ser possível uma articulação dos atores sociais, dotados de um sentimento de colaboração, empenharem esforços de uma forma orquestrada, em busca de uma causa comum. Essa causa provocaria o engajamento, a ação e o consequente desenvolvimento integral da cidade de Taquara, alicerçado nos conceitos de cidade criativa de forma a potencializar todas as características do município.

Ressalta-se que o presente estudo buscou colocar luz sobre as potencialidades de Taquara, no intuito de amplificar o que o local tem de bom. No entanto, a pesquisa poderá ser aprofundada posteriormente, apresentando como cada ação sugerida pode ser executada, bem como a priorização de execução, com vistas ao impacto que uma ação terá em relação às outras.

A principal característica observada em todos os relatos aponta para o envolvimento das pessoas na construção de uma nova realidade. O aprendizado mais significativo sobre tudo o que foi estudado é que uma cidade pode seguir o

caminho que ela quiser e, seus resultados dependerão da estratégia adotada e do enfoque que for dado às pessoas.

REFERÊNCIAS

AUDY, Jorge. Capítulo de apresentação. *In*: LEIPNITZ, Daniel e LÓSSIO, Rodrigo. **Pontes para a inovação**. Florianópolis: Santa, 2021.

BARBOSA, Newton. **Manual de Métodos Quantitativos de Pesquisa**. Minas Gerais: Centro Universitário UMA, 2015.

BONET, Lluís. **Audiovisuales, artes visuales y diseño urbano. Economía, medios de comunicación y creatividad e innovación**. Porto Alegre: Seminário Internacional “Porto Alegre cidade criativa”, 2009.

CARAYANNIS, Elias. G. e CAMPBELL, David F.J. ‘**Mode 3’ and’ quadruple helix’: toward a 21st century fractal innovation ecosystem**. United Kingdom: International Journal of Technology Management, 2009.

CARAYANNIS, Elias. G. e RAKHMATULLIN, Ruslan. The quadruple/quintuple innovation helixes and smart specialisation strategies for sustainable and inclusive growth in Europe and beyond. **Journal of the Knowledge Economy**, v. 5, p.212–239, 2014.

CARDONA, Marleny *et al.* Homicídios em Medellín, Colombia, entre 1990 y 2002: actores, móviles y circunstancias. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p.840-851, jun. 2005.

DELLAGNELO, Lucia e NUNES, Mariane Maier. **Capital social e inovação**. Florianópolis: Santa Editora, 2021.

DEPINÉ, Ágatha. **O ambiente da cidade criativa: da arte à participação**. VIA REVISTA – Cidades Criativas. Disponível em: <<https://via.ufsc.br/download-revista/>>. Acesso em: janeiro de 2021.

_____. **Classe criativa e o desenvolvimento econômico urbano**. VIA REVISTA – Cidades Criativas. Disponível em: <<https://via.ufsc.br/download-revista/>>. Acesso em: janeiro de 2021.

_____. **A trajetória das cidades criativas.** URBAN STUDIES. Disponível em: <<https://urbanstudies.com.br/home/comunidade/especial-cidades-criativas/>>. Acesso em: 31 de outubro de 2021.

DEPINÉ, Ágatha; MEDEIROS, Denise Ouriques; BONETTI, Giovanni e VANZIN, Tarcísio. **Cidades Criativas e o componente cultural no desenvolvimento urbano.** São Paulo: Perse, 2018.

DEPINÉ, Ágatha; TEIXEIRA, Clarissa Stefani. **Habitats de Inovação: conceito e prática.** São Paulo: Perse, 2018.

ETZKOWITZ, Henry. **The Triple Helix - University-Industry-Government: Innovation in action.** EUA: Routledge, 2008.

ETZKOWITZ, Henry e LEYDESDORFF, Loet. **The Triple Helix University-Industry-Government relations: A laboratory for knowledge based economic development.** Holanda: EASST Review, 1995.

ETZKOWITZ, Henry e ZHOU, Chunyan. **Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo.** São Paulo: USP, 2017.

FACIO, Mônica Juliana; CORRÊA, Diogo da Silva; PAIVA, Carlos Aguedo Nagel. **Estudo sobre a dinâmica econômica do município de Taquara/RS referenciada na metodologia do quociente locacional.** Santa Catarina: Universidade do Contestado, 2020.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). **Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil.** Rio de Janeiro: SENAI, 2019.

_____. **Informações.** Rio de Janeiro: SENAI, 2020.

FERREIRA, VICTOR MOURA SOARES. **A rede de cidades criativas da UNESCO: uma perspectiva das cidades brasileiras.** Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2017.

FLORIDA, Richard. **A ascensão da classe criativa.** Porto Alegre: L&PM, 2011.

FREITAS, Ernani Cesar de e PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>> Acesso em: 23 jun. 2021.

HOWKINS, John. **Economia criativa: como ganhar dinheiro com ideias criativas**. São Paulo: M Books do Brasil Editora, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Informações sobre Taquara**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/taquara/panorama>> Acesso em: 25 set. 2021.

_____. **Estatísticas**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=conceitos-e-metodos>> Acesso em: 15 jan. 2022.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). Disponível em: <<https://www.iedi.org.br/>> Acesso em: 03 mar. 2023.

INSTITUTO JAMIE LERNER (IJL). **Para pensar a Cidade: Elementos para o planejamento territorial**. Curitiba: Edição independente, 2021.

INSTITUTO TAQUARA MAIS (ITM). **Informações**. Disponível em: <<https://taquamais.org.br/>> Acesso em: 21 set. 2022.

JOSÉ FILHO, Mário; DALBÉRIO, Osvaldo. (Org.). **Desafios da pesquisa**. Franca: UNESP FHDSS, 2006.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Taquara vai lançar instituto para fomentar novos projetos**. Disponível em: <<https://www.jornaldocomercio.com/jornal-cidades/2022/08/859765-taquara-vai-lancar-instituto-para-fomentar-novos-projetos.html>>. Acesso em: 15 nov. 2022.

JORNAL PANORAMA. **Autoridades e Entidades municipais se reúnem no lançamento do Instituto Taquara Mais**. Disponível em: <<https://www.radiotaquara.com.br/novo/autoridades-e-entidades-municipais-se-reunem-no-lancamento-do-instituto-taquara-mais/>>. Acesso em: 15 nov. 2022.

LANDRY, Charles. **Origens e futuros da cidade criativa**. São Paulo: SESI, 2013.

LANDRY, Charles e BIANCHINI, Franco. **The Creative City. Working paper 3: Indicators of a Creative City. A methodology for assessing urban viability and vitality.** London: Comedia, 1994.

LEIPNITZ, Daniel; LÓSSIO, Rodrigo. **Pontes para a inovação.** Florianópolis: Santa, 2021.

LERNER, Jaime. **Qualquer cidade pode ser criativa.** Cidades Criativas - perspectiva. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011.

MAPME. **Ecossistema de Inovação.** 2016. Disponível em: <<https://mapme.com/ecossistema-de-inovacao-de-florianopolis>>. Acesso em: 14 ago. 2021.

MELGUIZO, Jorge. **Medellin, uma cidade criativa.** Cidades Criativas - perspectiva. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011.

MINEIRO, Andreia Aparecida da Costa; CASTRO, Cleber Carvalho de. A Hélice Quádrupla e sua relação com a visão de futuro dos Parques Científicos e Tecnológicos consolidados no Brasil. **Revista de Administração, Sociedade e Inovação**, Volta Redonda, v. 6, n. 2, p. 71-89, mai./ago. 2020.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Informações.** Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/municipios-brasileiros-ja-podem-se-candidatar-ao-titulo-de-cidade-criativa>>. Acesso em: 24 out. 2021.

MIRSHAWKA, Victor. **Economia Criativa: fonte de novos empregos.** São Paulo: DVS, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Informações.** Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br>> Acessado em 10 de outubro de 2022.

OLIVEIRA, Elialdo Rodrigues de. **Cidade Criativa: perspectiva de desenvolvimento socioeconômico para Boa Vista (RR).** 2010. 134 f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciência Econômicas da UFRGS, Porto Alegre, 2010

PACHECO, Adriano Pereira de Castro. **A economia criativa no Brasil: Conceitos, Políticas Públicas e Desenvolvimento.** Campo Grande, 2019.

PACTO ALEGRE. **Informações**. 2019. Disponível em: <<https://pactoalegre.poa.br/noticias/espanhol-josep-pique-diz-que-o-pacto-alegre-ja-criou-um-projeto-de-futuro-para-capital>>. Acesso em: 24 out. 2021.

PARDO, Jordi. **Gestão e Governança nas cidades criativas**. Cidades Criativas - perspectiva. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011.

PATEL, Hitendra. Capítulo de apresentação. *In*: LEIPNITZ, Daniel; LÓSSIO, Rodrigo. **Pontes para a inovação**. Florianópolis: Santa, 2021.

PHILERENO, Deivis Cassiano; AREND, Silvio Cezar. A dinâmica de longo prazo e o potencial de desenvolvimento socioeconômico do município de Taquara-RS. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 11, n. 2, 2015.

PREFEITURA DE PARATY. **Informações**. Disponível em: <<https://www.paraty.rj.gov.br/paraty-cidade-gastronomica>>. Acesso em: 31 out. 2021.

_____. **Paraty - Cidade Criativa da Gastronomia**. Disponível em: <<http://paraty.com.br/cidade-criativa-gastronomia/dossie-paraty-cidade-criativa-gastronomia.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2021.

PREFEITURA DE SANTOS. **Informações**. Disponível em: <<https://www.santos.sp.gov.br/>>. Acesso em: 31 out. 2022.

PREFEITURA DE TAQUARA. **Informações**. Disponível em: <<https://www.taquara.rs.gov.br/>> Acesso em: 25 set. 2021.

RÁDIO TAQUARA. **Museu Cimol**. Disponível em: <<https://www.radiotaquara.com.br/novo/museu-do-cimol-e-indicado-para-receber-mencao-honrosa-pelo-iphan-rs/>>. Acesso em: 29 jan. 2023.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Cidades Criativas. Análise de um conceito em formação e da pertinência de sua aplicação à cidade de São Paulo**. Tese de Doutorado USP. São Paulo, 2011.

REIS, Ana Carla Fonseca e KAJEYAMA, Peter (orgs). **Cidades Criativas - perspectiva**. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011.

SANT'ANNA, Lourival. Como Medellín virou a cidade-modelo que está vencendo o crime. **Revista Exame**, out. 2017. Disponível em: <<https://exame.com/revista-exame/menos-violenta-e-mais-prospera/>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

SANTOS, Moisés dos. **O papel estratégico da economia criativa e das novas tecnologias de comunicação para o desenvolvimento regional**. Brasil: Caderno de Pesquisa em Comunicação e Inovação, 2006.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Perfil Socioeconômico COREDE Paranhana Encosta da Serra**. Disponível em: <<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134135-20151117103226perfis-regionais-2015-paranhana-encosta-da-serra.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Informações**. Disponível em: <<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

SHBARCELONA. **O que é o distrito 22@ de Barcelona?**. 2021. Disponível em: <<https://www.shbarcelona.com.br/blog/pt/distrito-22-barcelona/>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

SOARES, Douglas de Souza; VIEIRA, Edson Trajano Conexões, cultura e inovações nas cidades criativas: diferenciais para o desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 2, 2019.

STOFFEL, Hiparcio R. **A criatividade em cidades por meio do design estratégico**. Brasil: 13º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design, Univille, Joinville, 2018.

STREETART TORONTO. **Informações**. s.d. Disponível em: <<https://streetarttoronto.ca/>>. Acesso em: 14 ago. 2021.

TAQUARA MAIS. **Informações**. Disponível em: <<https://taquaramais.org.br>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Rede de Cidades Criativas**. Disponível em: <<https://pt.unesco.org>>. Acesso em: 26 set. 2021.

UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME (ONU-HABITAT). **Relatório Mundial das Cidades**. Disponível em: <<https://uhhaitat.org/wcr>> Acesso em: 31 jan. 2023.

VIA ESTAÇÃO CONHECIMENTO. **Toronto um líder global em arte pública.** Disponível em: <<https://via.ufsc.br/toronto-lider-em-arte-publica/>>. Acesso em: 29 out. 2021.

VIEIRA, Leandro Félix e VIEIRA, Edson Trajano. **Economia criativa como vetor para o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Convibra, 2020.

VIVANT, Elsa. **O que é uma cidade criativa?** São Paulo: Senac, 2012.

WITTMANN, Tatiana. **Cidades criativas: ativos intangíveis como recurso central de criação de valor.** Santa Catarina: Via Estação Conhecimento, 2019.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZANELLA, Maria Eduarda. **Arte Urbana em Toronto: Graffiti Alley.** Santa Catarina: Via Estação Conhecimento, 2018.

ALFAIATARIA ARTESANAL: O OFÍCIO DO ALFAIATE EM PORTO ALEGRE, RIO GRANDE DO SUL

Giovanni Modica E Freitas Cabral¹

Daniel Luciano Gevehr²

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Segundo Cabrera (1984) a alfaiataria artesanal é uma técnica para confecção de roupas muito antiga: desenvolvida entre os séculos XII e XIV, ela preza pelo bom corte e acabamento das peças, tornando a experiência do cliente a mais exclusiva possível. Nela são empregados todos os conhecimentos e técnicas do alfaiate, e o cliente escolhe todos os detalhes e gostos que vão ser confeccionados na peça, tais como o tipo de colarinho, tamanho de lapela, quantos botões, número de aberturas traseiras do paletó, estilo do punho, silhueta e até mesmo a cor de linha.

O vestuário masculino sofreu grandes transformações ao longo do tempo, principalmente do início do século XIX ao início do século XX. A vestimenta cheia de adereços e volumes deu lugar ao tradicional traje usado no século XXI que constitui de paletó, calça, camisa, gravata e sapato.

Com a revolução industrial e o avanço da tecnologia, a invenção da máquina de costura foi um fator crucial para a transformação da indústria do vestuário. A partir da introdução das fábricas de costura, que passaram a confeccionar as roupas em grande escala - construindo-as com numerações que vestissem variados tamanhos de corpos, fez com que o preço das roupas ficasse mais acessíveis, fazendo com que a procura por roupas sob medida caíssem muito diante das crises econômicas advindas da Primeira e Segunda Guerra Mundial.

A moda de roupas prontas fez com que os alfaiates sob medida perdessem a clientela e procurassem outras atividades profissionais, tais como ajuste de roupas, emprego em grandes fábricas ou até mudando de profissão. Com o passar do tempo, os homens começaram a consumir mais itens de luxo e a alfaiataria artesanal voltou a ganhar espaço novamente: os alfaiates que não estavam mais com suas atividades estão retornando para o mercado de trabalho. A moda masculina está retornando com a alfaiataria sob medida não somente para atender noivos e advogados, mas também atender homens que se preocupam em se des-

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional-FACCAT. Especialista em Gestão e planejamento de modelagem: alfaiataria industrial – SENAI CETIQT

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional-FACCAT. Doutor em história UNISINOS

tacar em suas atividades, e que utilizam o corte da alfaiataria e sua exclusividade para se diferenciarem na sua imagem pessoal.

No Rio Grande do Sul, segundo o levantamento da Firjan (2020) há 45 alfaiates em exercício, enquanto o número de designers de moda é de 246 profissionais. Foi necessário entender o porquê não há um aumento de integrantes deste ofício e analisar o que precisa ser feito para que este cenário mude. O cenário de pesquisa escolhido para a análise foi o município de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, utilizando o método de amostragem bola de neve, foram entrevistados dez alfaiates, que responderam a 23 perguntas objetivas e discursivas, a fim de compreender o mercado da alfaiataria na cidade, seus métodos de trabalho e como aprenderam o ofício.

O tema desta pesquisa centrou-se no ofício do alfaiate em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, com foco nos desafios enfrentados pelos profissionais da alfaiataria tradicional para permanecerem e crescerem no contexto atual da cidade. O problema principal que motiva esta investigação foi a diminuição do número de alfaiates em exercício no município de Porto Alegre. Busca-se compreender as razões por trás dessa redução e explorar estratégias que possam ser empregadas para manter viva a tradição da alfaiataria artesanal e promover o desenvolvimento regional da profissão.

A questão norteadora que guia esta pesquisa indaga sobre a existência de cursos específicos ou de graduação na área da alfaiataria que tenham capacidade de formar novos profissionais do ramo na região. Os objetivos deste estudo são divididos em geral e específicos. O objetivo geral é pesquisar a alfaiataria como ofício, examinando seus processos artesanais e seus praticantes em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Os objetivos específicos incluem a identificação dos alfaiates ativos na cidade para analisar suas trajetórias por meio de entrevistas usando o método de amostragem bola de neve; a análise e identificação das diferenças entre a alfaiataria artesanal e industrial; a pesquisa sobre a transformação do vestuário de alfaiataria masculino desde o início do século XIX até o século XXI; e a identificação e análise das ementas dos cursos de graduação em moda na região, verificando se abordam a alfaiataria artesanal, bem como a existência de cursos livres.

Justificando que o ofício do alfaiate acompanhou a transformação do vestuário masculino ao longo dos anos, de maneira que foi necessária uma adaptação para que essa profissão não fosse extinta. A revolução industrial e a invenção da máquina de costura foram avanços tecnológicos notáveis para que houvesse uma diminuição de trabalhadores artesanais.

As fábricas de vestuário, equipadas com essas novas tecnologias e muitos funcionários, fizeram com que o custo e o preço dos trajes ficassem mais acessíveis, destinando a alfaiataria artesanal apenas para a elite. A alfaiataria artesanal tem algumas diferenças entre a alfaiataria industrial, pois ela é feita somente

sob encomenda, para uma pessoa específica, com suas medidas e escolhas de materiais; já a outra é feita para abrigar vários tamanhos de corpos em uma modelagem de roupa, geralmente encontrada em lojas de departamento e sites de compras *online*. Essa exclusividade mostra o quanto a alfaiataria artesanal é diferente, suas técnicas precisam ser preservadas e o conhecimento deve ser passado adiante para que este ofício não se acabe.

A cada ano que passa, conforme o banco de dados da Firjan (2020), novos profissionais se formam em design de moda; porém o número de alfaiates não cresce. Ao analisar estes dados, é necessário saber o porquê da falta de crescimento do número de profissionais, e o que as universidades e cursos livres têm feito para que esse número mude.

A pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolveu inúmeras fases, e tem como objetivo principal obter respostas aos problemas que estão propostos (Gil, 2002). Para a realização deste estudo foram escolhidos diferentes tipos de pesquisa, com o intuito de delinear o desenvolvimento do trabalho a fim de nortear as análises sobre o ofício da alfaiataria. Ela é uma pesquisa exploratória, de caráter qualitativo, baseada na revisão bibliográfica do tema sugerido. O pesquisador buscou realizar entrevistas em profundidade com os entrevistados, presencialmente e em local e hora estabelecidos pelos participantes.

A escolha pela pesquisa qualitativa para este trabalho justifica-se por permitir a produção de ideias sobre o tema pesquisado, e também o entendimento do objeto de estudo proposto, a partir das informações que os entrevistados forneceram ao pesquisador. Na visão de Pereira (2019, p. 88), pesquisa qualitativa é “parte do entendimento de que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicos no processo de pesquisa qualitativa. Não requerem o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para a coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave.

Essa ideia é compartilhada por Mascarenhas (2018, p. 47), quando afirma que na pesquisa qualitativa “o pesquisador fica à vontade para desenhar o estudo da forma que julgar

mais adequada”. Assim, o pesquisador pode ser a principal ferramenta que vai coletar os dados, detalhar a realidade observada e trabalhar com suas interpretações. (Lozana e Nunes, 2018).

Após a escolha de um tema de pesquisa, foi necessária a realização de um levantamento bibliográfico preliminar, para que se obtenha uma familiaridade com a área de estudo e sua delimitação, sendo essa essencial para que se tenham objetivos claros e precisos para nortear os próximos passos da

pesquisa. (Gil, 2002).

A pesquisa documental seguiu os mesmos passos que uma pesquisa bibliográfica, porém neste tipo de pesquisa as fontes são mais diversificadas analisando documentos que não receberam nenhum tipo de tratamento analítico. Além disso, com base nas entrevistas feitas, a relação entre os alfaiates e o trabalho que cada um desenvolve ou desenvolveu foram de grande importância para os resultados da pesquisa (Gil, 2002).

2 TRAJETÓRIA E INSPIRAÇÃO DO ALFAIATE GIOVANNI MODICA

Giovanni Modica nasceu no dia 26 de agosto de 1991 no município de Ponta Grossa, no estado do Paraná. Antes de completar um ano, seus pais e ele se mudaram para o Rio Grande do Sul. Sua trajetória na moda começou no ano de 2011, quando chegou o inverno e precisava comprar roupas quentes. Ao não encontrar nada que o agradasse, lembrou que o vizinho de seu pai, Máximo Simone, confeccionava moletons para colégios. Nisso, encomendou algumas peças, que, ao ficarem prontas, Máximo questionou se não gostaria de estampar ou bordar algo nas peças. Daí surgiu a ideia de bordar “ekons” que, em um primeiro momento, não era para ser uma marca de roupas. Na época Giovanni cursava a faculdade de sistemas de informação na PUCRS.

Ao vestir as peças, alguns amigos questionaram onde havia comprado, respondendo em tom de brincadeira que era sua marca de roupas *streetwear*, logo eles desejavam adquirir alguns moletons. Giovanni conversou com Máximo, que prontamente confeccionou as encomendas. Ao aumentar seus pedidos, disse que não estava mais dando conta de fazer seus próprios pedidos e mais os do Giovanni. Foi então que decidiu ensinar a cortar e riscar os tecidos com os moldes, eles então compraram quatro banquinhos altos e uma porta para montar um pequeno atelier com uma mesa de corte, logo comprou uma boa tesoura para cortar os moletons.

Passado algum tempo, os clientes e amigos que haviam comprado seus moletons perguntaram se poderia ter um aumento no tamanho da gola, capuz e comprimento. Ao questionar Máximo sobre essas questões, ele respondeu “...eu não vou mexer nas minhas modelagens, eu uso elas há anos e nunca me deram problema...”. Ao não ter os conhecimentos necessários para fazer estes ajustes, Giovanni procurou se informar sobre cursos na área e achou o Tecnólogo em Design de Moda na Faculdade SENACRS em Porto Alegre. Ligou e marcou uma reunião com a coordenadora do curso, que explicou como funcionava a matriz curricular e tirou todas as dúvidas. Foi aí que decidiu trocar a faculdade de sistemas de informação pela moda.

Sua mãe, Sônia Modica, perguntou se não queria fazer um curso de costura antes de começar as aulas, então optou por fazer um curso de corte e costura no

SENAC no município de Canoas, onde residia, para ver se gostava ou até se levava jeito para essa nova carreira escolhida. Foi aí que se apaixonou pela arte de criar e construir roupas. No seu primeiro dia de aula na faculdade, ao chegar na sala de desenho de moda, suas colegas vinham chegando e perguntando se era a sala certa, pois era curioso ver um homem naquela época fazendo faculdade de moda. Nas aulas de confecção foi monitor, pois já sabia costurar por conta do curso feito anteriormente, o que o fez aprofundar ainda mais nas técnicas, revendo os conteúdos de aula.

O interesse de Giovanni pela alfaiataria nasceu quando chegou a hora de fazer o trabalho de conclusão de curso. Ele pesquisou e escreveu sobre seu avô materno Luigi Modica. O avô, alfaiate, o qual não teve o privilégio de observar a forma como trabalhava, porém, muito imaginada pelas histórias contadas por Gaetano Modica, tio de Giovanni.

Nascido na Sicília, na cidade de Caltagirone, localizada ao sul da Itália, no dia 19 de outubro de 1922, filho de Gaetano Modica e Ignazia Cannizzaro, Luigi Modica aprendeu o ofício da alfaiataria ainda na adolescência, com seus mestres alfaiates. Serviu como alfaiate do ditador Benito Mussolini quando este visitava a Sicília. Ele fazia seus trajes com Luigi e dizia que o corte do paletó era excelente, pois tinha um caimento muito bom para o seu corpo, que necessitava de uma modelagem sob medida pois precisavam ser feitas intervenções posturais por conta de sua cintura protuberante. Benito Amilcare Andrea Mussolini foi um político italiano que liderou o Partido Nacional Fascista, e é creditado como sendo uma das figuras-chave na criação do Fascismo.

Luigi foi convocado aos 18 anos para o exército italiano durante a Segunda Guerra Mundial, onde exerceu a função de cozinheiro. Nos campos de concentração fez alguns consertos e costuras nas fardas dos seus colegas combatentes.

Após retornar da Segunda Guerra Mundial, abriu sua própria alfaiataria em 1946 e casou-se com Caterina Accardi Modica em 1947. Em 1948 na cidade de Caltagirone nasceu Gaetano, primeiro filho do casal. Com a crise pós-guerra na Europa, embarcaram em um trem na Sicília - Gaetano, Caterina e Luigi - no qual atravessaram o estreito de Messina, até chegarem na cidade de Nápoles em abril de 1953. Ali embarcaram no navio Eugênio Toscanelli, emigrantes no porão do navio misto, no lugar da carga, com apenas uma hora por dia de sol no convés, no horário em que a 1ª e 2ª classe almoçavam. O resto do tempo dançavam e jogavam cartas no salão destinado a carga, no andar mais baixo do “Eugênio Toscanelli”. Desembarcaram no porto de Santos, São Paulo, aproximadamente 35 dias após deixarem a Itália.

Luigi, encontrou-se com seu irmão Emílio Modica, que havia vindo para o Brasil trabalhar com sua esposa Amália Matarazzo na Usina Hidrelétrica em Mogi Mirim, São Paulo. Mas tiveram de fugir porque haviam sido escravizados, assim como todos os outros que tinham vindo com ele. Foram para Ponta Gros-

sa, Paraná, porque um dos fugitivos tinha um parente na cidade, família Tonetti.

Em Ponta Grossa, Luigi conseguiu um emprego como alfaiate na melhor alfaiataria do lugar, a Alfaiataria Gomes, do alfaiate Alfredo Gomes. A alfaiataria era tão famosa que vinham cavalheiros até de outros estados para vestir-se lá. Pouco tempo depois, muitos clientes preferiam fazer os trajes somente com Luigi, cujo corte e confecção eram diferentes por conta das suas referências italianas. Alfredo Gomes sugeriu a Luigi, com a destacada capacidade e competência no ramo, que abrisse sua própria alfaiataria. Deu-lhe alguns tecidos e uma máquina de costura que estava sobrando, e assim Luigi abriu sua alfaiataria, cujo nome era Alfaiataria Modica, em 1956, seu logotipo era uma tesoura de alfaiate com o nome “Alfaiataria Modica” escrita nas navalhas, ficava na Rua General Carneiro.

Sua esposa Caterina, ajudava-o na confecção de tailleurs para as senhoras. Gaetano, seu filho mais novo, que não chegou a ser aprendiz dele, mas também o ajudava na alfaiataria quando criança. Fazia pequenos trabalhos, um deles era de desmanchar costuras, algo que ele não gostava, pois como ele mesmo dizia “...teu avô alinhavava os trajes com um ponto tão pequeno, que eram muito difíceis de descosturar...”. Outra curiosidade sobre Luigi, é que às vezes ele nem precisava tirar as medidas dos clientes, ele os observava e dizia para voltar no outro dia para provar a roupa, ele estava tão acostumado com a antropometria humana que ele abdicava das medidas para cortar no tecido, e ajustava na prova. Seu público era sofisticado e com alto poder aquisitivo: o preço dos trajes eram justos, quanto a qualidade do corte, que era seu diferencial, cortava direto no tecido com as medidas do cliente, que fazia sempre duas provas do traje antes de confeccioná-lo na máquina. Seu alinhavo era tão fino e preciso, que a costura se acomodava fácil no tecido. Os tecidos de sua preferência eram o tropical inglês, a lã pura italiana, o cashmere inglês e a lã pura inglesa. O próprio Alfredo Gomes, que era seu antigo patrão, fazia seus ternos pessoais com Luigi, pois gostava muito das técnicas e do corte de Luigi. Com o tempo, anexou uma revistaria na alfaiataria. Luigi e Caterina tiveram mais três filhos: Salvador em 1956, Maria Christina em 1961 e Sônia em 1966, mãe de Giovanni.

Depois de alguns anos, cansado da profissão e com limitações na visão pelos longos anos de costura, mudou de ramo diversas vezes, tivera uma fábrica de sorvetes, confeitaria e por último uma floricultura. Morreu no dia treze de abril de 1995 na cidade de Esteio, Rio Grande do Sul.

Após apresentar o seu trabalho de conclusão de curso em 2015, o pesquisador, ao mergulhar no mundo da alfaiataria com as pesquisas, desenvolvimento de peças e a história de seu avô, teve muito interesse em buscar mais sobre o assunto. Com isso, começou a procurar cursos de alfaiataria na região, porém não encontrava nada. Então fez algumas aulas particulares com o professor Nilo, que lhe ensinou a costurar um paletó, dois coletes e duas calças de alfaiataria de forma industrial, mas o que realmente queria era aprender a construção destas

peças de forma artesanal.

Foi conversar com o alfaiate Rovídio Colatto: seu atelier ficava na rua Jerônimo Coelho, próximo à Praça da Matriz no centro de Porto Alegre. Ao questioná-lo se poderia ser aprendiz dele, logo respondeu que não, disse que estava velho e que demoraria pelo menos 5 anos para aprender o ofício, mesmo insistindo de que era realmente isso que queria, ele se recusou.

Seu Colatto tinha oitenta e oito anos na época, disse que queria se aposentar aos noventa, pois seu tato e sua visão já não eram os mesmos. Ele começou a aprender a profissão com dezessete anos de idade em 1945, e seu aprendizado durou cerca de seis anos, na cidade de Vacaria, interior do estado do Rio Grande do Sul, onde trabalhou por vinte e cinco anos. Já em 1975 se mudou para Porto Alegre onde viveu e trabalhou até o seu último dia de vida, como disse: “eu quero morrer na minha alfaiataria e trabalhando” (WEISSHEIMER, 2015).

Continuando sua busca por aprender a profissão, Giovanni foi até a alfaiataria de JK que fica no bairro Bela Vista em Porto Alegre. JK gostou da ideia de ensinar a profissão e disse para iniciar na segunda-feira seguinte. Lá teve os primeiros contatos com a alfaiataria artesanal, aprendendo os pontos manuais, entretelamento com crina, preparação da gola, e preparação de camisas. Ficou aproximadamente um ano (2015 a 2016) trabalhando com JK até que no final de 2016 abriu seu próprio atelier na rua Sofia Veloso no bairro Cidade Baixa em Porto Alegre.

O atelier ficava em uma casa colaborativa chamado Complexo de ideias, onde também havia outras empresas instaladas: em sociedade com CV, criavam e costuravam alfaiataria, vestidos de noiva e debutantes. Foram inúmeros trabalhos desenvolvidos até o fechamento do atelier no final de 2017.

No dia três de janeiro de 2018 começou um aprendizado na alfaiataria de Sérgio Juliani, no centro da cidade, onde trabalhava o também alfaiate IL. Giovanni aperfeiçoou seus conhecimentos em acabamentos manuais, ajustes de peças, e com o alfaiate SC aprendeu a cortar um paletó direto no tecido, só com as medidas, sem moldes, assim como seu avô fazia, foi uma realização profissional inenarrável. Ficou aproximadamente um ano aprendendo e observando estes alfaiates trabalharem.

Em 2019 conheceu Natália Forte, designer, estilista, companheira de vida e da moda. Juntos possuem um atelier criativo onde atuam desde a alfaiataria, até aos itens em couro da marca Natália Forte, como bolsas, acessórios, itens de decoração para casa e escritório. Ela carrega consigo o legado da costura de sua família, que fabricavam máquinas de costura em Novo Hamburgo, da marca Atílio Forte, nome de seu avô. O atelier também tem uma proposta de ser transformado em museu, conta com uma exposição de máquinas de costura antigas, ferramentas e formas de sapateiro, ferros a carvão e obras de arte.

Em 2021 Giovanni iniciou uma pós-graduação no SENAI-CETIQT em

Gestão e Planejamento de Modelagem: alfaiataria industrial, onde pode ampliar seus conhecimentos e identificar as diferenças entre o trabalho industrial e o artesanal.

Em 2022/2023 ministrou cursos de corte e costura no SENAC Canoas, onde formou quatro turmas, totalizando aproximadamente 30 alunos. E junto a Natália ministra o curso de corte e costura na FACCAT, onde capacitaram mais de 100 alunos para o mercado de trabalho.

Em setembro e novembro de 2023 ministrou as disciplinas de acabamentos de alfaiataria e experimentação em modelagem sob medida, na pós-graduação de gestão em modelagem: alfaiataria industrial do Senai Cetiqt no formato online.

Em 2024 Giovanni foi convidado pelo coordenador da moda do SENAC Canoas para ministrar a primeira turma do curso de alfaiataria sem gênero, onde aborda a alfaiataria artesanal e seus processos, história da alfaiataria e modelagem, e a ministrar a unidade curricular de alfaiataria no curso técnico em modelagem da mesma instituição.

3 ALFAIATARIA

Uma nova geração de jovens começou a consumir no mercado de luxo, itens de alfaiataria sob medida e sapataria artesanal, aquecendo o mercado. Isso é resultado de uma demanda crescente por produtos personalizados, feitos à mão. (Istoé 2021).

É importante compreender por que esses consumidores preferem artigos de luxo e de alfaiataria artesanal, ao invés de comprar roupas prontas. Para responder essa questão foram elaboradas três perguntas, a fim de contextualizar e entender os motivos pela preferência de consumo. Em uma conversa informal pelo aplicativo de mensagens Whatsapp, foi perguntado para alguns contatos do autor desta pesquisa quem era consumidor deste mercado, e quatro pessoas responderam que consumiam este segmento.

Foram criados nomes fictícios para proteger a identidade dos entrevistados: o Pedro é cliente do autor desta pesquisa, o Marcelo é professor na área da moda, o Rafael é estilista em Porto Alegre e Kalliel é influenciador digital, eles responderam às seguintes perguntas:

- 1) Por que você consome itens de alfaiataria artesanal, é para uma ocasião específica ou para o dia a dia?
- 2) O que te faz optar por um traje sob medida ao invés de um *prêt à porter* comprado em loja?
- 3) Você acha importante o trabalho do alfaiate artesanal no século XXI?

Pedro conta que optou por fazer seu traje de casamento sob medida, pois como se tratava de uma data especial, merecia que a roupa também transmitisse o mesmo sentimento. Também destaca que encomenda camisas sob medida para uso no dia a dia. O que faz Pedro optar por roupas sob medida é principalmente o conforto, especialmente em trajes de passeio, usar uma calça sob medida, por exemplo, que ao mesmo tempo que é justa ela é confortável e veste bem. Ele completa dizendo que o trabalho artesanal nunca perderá a sua importância, pela exclusividade e tradução da personalidade de quem consome, e o privilégio de ter algo que não está sendo industrializado.

Marcelo utiliza as peças tanto para o dia a dia quanto para ocasiões especiais: ele conta que sabe da qualidade e do rico trabalho artesanal feito “por dentro”, entre o forro e o tecido externo. Vestir uma peça feita sob medida artesanalmente o faz sentir-se especial e único, e no dia a dia aumenta a autoestima (para os dias que ela anda baixa). Prefere o artesanal por ser criado para a pessoa, com as suas medidas e gostos, que demanda tempo de produção, conhecimento, dedicação e provas. É a exclusividade (não fala da exclusividade pelo lado do luxo), mas de ter algo só seu, único, que com o tempo aprendeu a valorizar este trabalho, comparando ao *prêt à porter* que parece “frio”. Ele destaca que o trabalho do alfaiate artesanal é extremamente importante, que a técnica não deve desaparecer, em termos de processos de construções e até mesmo acabamentos. Também complementa que a moda está perdendo a sensibilidade e a dedicação que uma peça de vestuário merece para esse processo rápido e “frio” de produção industrial. Entende que a tecnologia faz parte do nosso dia a dia, mas que é necessário parar por um momento e entender para que lado estamos indo e, talvez, recalcular a rota.

Rafael faz o uso de peças sob medida no seu dia a dia, tanto para o trabalho, quanto para os eventos que prestigia, como casamentos e baile de debutantes. Ele descreve ser de baixa estatura, porém com os ombros largos, destacando que se comprasse roupas prontas, teria que fazer ajustes que muitas vezes ficam aparentes como reformas. Por isso, optou por fazer seus trajes com um alfaiate em Porto Alegre e suas camisas com um camiseiro de São Paulo, que personaliza suas peças bordando à mão uma monograma com seu nome. Ele ressalta que o trabalho do alfaiate artesanal é muito importante e está sendo valorizado novamente no século XXI, que suas técnicas não devem ser extintas e precisam ser preservadas.

Kalliel é influenciador digital e produz conteúdo de imagem pessoal masculina. Ele manda produzir sob medida todos os tipos de peças do vestuário de seu guarda-roupa que faz o uso no dia a dia. As peças vão desde trajes de alfaiataria, calças, moletons e bermudas, destacando a personalização que só podem ser feitas neste formato de compra, escolhendo os tecidos, botões, zíperes e outros acabamentos. Como ele possui 1,90m de altura, ele comenta que se fosse com-

prar roupas prontas em lojas precisaria mandar fazer ajustes, e suas experiências em lojas são que as calças e camisas ficavam sempre curtas. Ressalta que o ofício de alfaiate é importante pois é o profissional que molda o corpo com um tecido, destacando seus pontos, suas qualidades e melhorando sua postura.

O relatório de inteligência do SEBRAE (2021) mostra que no Brasil os homens estão consumindo cada vez mais no mercado da moda e beleza. O país está na oitava posição entre as nações com as maiores receitas geradas pelo setor da moda no vestuário masculino, com o valor de US\$13,2 bilhões de dólares em 2020, a projeção para o segmento é que alcance uma receita mundial de US\$705 bilhões de dólares até 2026.

O cenário de crescimento promissor na economia destaca a necessidade de analisar o trabalho e a contribuição destes alfaiates para o desenvolvimento da economia e suas habilidades. As entrevistas feitas deram uma boa visão de mercado e identificaram seus fatores positivos e negativos para a geração de novos empregos desses profissionais no setor.

A alfaiataria no Brasil teve sua origem durante o período colonial, com a chegada dos portugueses. Com a necessidade de vestimentas adequadas para a elite colonial e a corte portuguesa, trouxeram consigo seus alfaiates, impulsionando a prática da alfaiataria no país (Braga, 2021). As características mais distintivas da indumentária masculina são influenciadas pela função e status do homem, que teve um impacto significativo no desenvolvimento do estilo de vestimentas masculinas. As roupas servem tanto a um propósito prático quanto desempenham um papel estético. Um dos princípios subjacentes que tem definido a indumentária masculina ao longo do tempo é o ato de se vestir para comunicar quem somos em termos de gênero, status social e cultura. (Hopkins, 2013).

As indumentárias contam histórias, revelam gostos e é uma expressão de comportamento social, elas traduzem o que queremos demonstrar de dentro para fora, seja em algum detalhe, acabamento, cor de aviamento, até de humor (Motta, 2016).

As roupas no século XIX exigiam um trabalho meticuloso feito à mão: todas as roupas eram não só produzidas manualmente como também eram feitas sob medida, cada peça era feita uma a uma com as medidas exatas das pessoas (Frings, 2012).

Nenhuma outra roupa representa tão bem a magnificência do vestuário masculino do que um terno sob medida, feito à mão, para uma única pessoa, desenhando sua silhueta, escondendo seus pontos fracos, realçando os fortes e valorizando o corpo. Somente o talento de um alfaiate(a) é capaz de traçar todos estes atributos no tecido, tirando do papel todas as vontades e gostos do cliente, transformando um tecido plano em uma forma tridimensional (Sims, 2014).

Sendo o terno a peça do guarda-roupa de maior permanência em todos os tempos, especialmente o feito sob medida por um alfaiate que além de valorizar

o corpo, coloca vida em detalhes e acabamentos escolhidos pelo cliente, como o número de botões e cores, o estilo de lapela e colarinho, o tipo de punho e fechamento, a escolha da bainha e do cós (Blackman, 2014).

O guarda-roupa masculino de alfaiataria constitui-se de paletó, camisa, calça, gravata, colete e sobretudo. Essas vestimentas colocaram fim aos trajes espalhados do século XVIII, perpetuando assim o padrão formal da vestimenta masculina (Hollander, 2003).

As técnicas de construção de roupas utilizadas pelos(as) alfaiates(as) tradicionais são consideradas as melhores formas de confeccionar uma roupa, e costumavam ser passadas de geração para geração; porém os filhos e netos deles não possuem mais interesse em continuar essa tradição, fazendo com que esta profissão possa se tornar extinta. (Motta, 2016).

As técnicas de alfaiataria, que envolvem cortar e costurar tecidos para criar roupas, foram desenvolvidas lenta e gradualmente na Europa entre os séculos XII e XIV. A primeira menção da palavra “alfaiate” no Oxford English Dictionary data de 1297, e nessa época as guildas de alfaiates, tecelões e comerciantes de tecidos já estavam bem estabelecidas no continente. (Boyer, 1996).

Na Idade Média, as roupas eram usadas para cobrir o corpo, não para exibi-lo. As pessoas usavam mantos soltos, que eram fáceis de fazer com uma ou duas peças de tecido. Esses mantos eram geralmente feitos de materiais simples, como lã ou linho, e eram usados para proteção contra o clima. Com o Renascimento, no entanto, houve uma mudança na atitude em relação às roupas, as pessoas começaram a se interessar mais pela forma humana e queriam exibi-la: os mantos soltos foram substituídos por roupas mais ajustadas, que eram cortadas e costuradas para acentuar os contornos do corpo. Essa mudança na moda foi impulsionada por dois fatores: o primeiro fator foi o aumento da influência da cultura clássica, que valorizava a beleza física e o outro foi o desenvolvimento de novas técnicas de alfaiataria, que permitiram que as roupas fossem mais ajustadas ao corpo (Köhler, 2009).

O desejo de acentuar a forma humana exigiu novas habilidades - os cortadores, que criavam os moldes das roupas, e os alfaiates, que as costuravam, começaram a trabalhar juntos e tornaram-se membros importantes da comunidade. Antes disso, as pessoas costumavam fazer suas próprias roupas, usando seus próprios tecidos. Mas, com o tempo, os alfaiates começaram a assumir mais responsabilidade pelo design e pela costura das roupas: aos poucos, eles se tornaram tão importantes quanto os tecelões, e começaram a dominar a arte de criar roupas que se ajustassem perfeitamente ao corpo. Nas cidades em crescimento, os mestres alfaiates se tornaram responsáveis por vestir toda a sociedade, tornando-se um ofício altamente especializado e complexo (Hollander, 2003).

O luxo das técnicas tradicionais de alfaiataria está no tempo, no artesanal e na experiência, embutidos em cada peça confeccionada pelo alfaiate, comparado

a um escultor que utiliza o tecido como material para moldar a forma humana tridimensionalmente. É um serviço único no qual são usadas as medidas individuais do cliente, que são aplicadas juntamente com técnicas de costura, para a criação de uma peça do vestuário feita de acordo com as especificações exatas de cada pessoa (Almond, 2011).

A democratização da moda ocorreu no século XIX com a revolução industrial, na qual a introdução das roupas prontas para vestir (*ready to wear*) contribuiu para a massificação da indústria do vestuário. Com isso, a alfaiataria sofreu muitas adaptações: as roupas produzidas em série fizeram com que diminuíssem o custo e se tornaram opções mais baratas para o consumo, também diminuindo a qualidade da matéria prima utilizada. A confecção industrial dos trajes fez com que alguns processos fossem deixados de lado, as principais diferenças entre elas é a introdução do uso de entretela com cola, chamada de *fully fused*, que significa literalmente totalmente fundida, ao invés da crina para a estruturação. (Cabrera, 1984).

A partir de estudos antropométricos feitos em diferentes tipos de corpos, foi criada uma tabela de medidas com o intuito de padronizar os tamanhos de vestuário para a indústria. A norma ABNT NBR 16060:12, que foi criada para a vestibilidade para homens com corpo tipo normal, atlético e especial. Junto com o desenvolvimento dessa tabela de medidas, os moldes são feitos para que abrigasse o maior número de corpos, contendo as principais medidas de circunferências e alturas, assim diferenciando da alfaiataria artesanal que usa a medida dos clientes como base para a confecção dos trajes (ABNT, 2012). O principal objetivo desta e de outras normas desta série é o estabelecimento de um sistema de designação de tamanho que indique (de maneira simples, direta e significativa) o tamanho do corpo masculino em que uma peça de vestuário deve servir exatamente. Desde que a forma do corpo (conforme indicado pelas dimensões apropriadas) tenha sido determinada com exatidão, este sistema facilitará a escolha de roupas que se adaptem exatamente ao usuário. (ABNT NBR 16060:12, pág. 6)

Segundo a norma, o sistema de tamanhos se baseia nas medidas do corpo, não nas da roupa. Ou seja, a escolha das medidas da roupa geralmente fica a cargo do estilista, modelista e fabricante, que se preocupam com o estilo, corte e outros elementos da moda. Eles também devem levar em consideração as roupas que normalmente são vestidas sob uma roupa externa específica. Isso faz com que cada loja de roupas, cada marca, tenha o livre arbítrio de escolher as medidas, o que se percebe quando, por exemplo, se compra o tamanho M na marca X e em outra marca precisa comprar o tamanho Y, o que deveria ser uma facilidade na hora da compra na verdade confunde o usuário sobre o seu verdadeiro tamanho de roupa, sem esta padronização.

Em 2019 foi criado o comitê técnico da ABNT responsável pela elaboração da norma ABNT NBR 16933:2021 que abrange a vestibilidade para mulheres,

biótipos retângulos e colher, retirando o mito de que a mulher brasileira em sua maioria teria o corpo ampuheta. Em 2020 foi realizado um estudo antropológico com 6.840 mulheres em todo o território nacional para escanear seus corpos para análise das medidas e elaboração das tabelas, o estudo foi publicado em novembro de 2021 (ABNT, 2021).

4 O ENSINO DO DESIGN DE MODA E CURSOS LIVRES NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

A fim de compreender se no âmbito acadêmico estão sendo passados os conhecimentos para a preservação do ofício da alfaiataria artesanal de forma efetiva, foram analisadas as matrizes curriculares dos cursos livres, técnicos e de graduação em atividade na região metropolitana de Porto Alegre. Foi utilizada a plataforma do Emec para a pesquisar as universidades, e os cursos foram pesquisados no google com a palavra-chave alfaiataria. Foram encontrados quatro cursos de graduação em design de moda, um curso livre e um curso técnico. As quatro graduações encontradas foram: Faculdade Senac Porto Alegre; Unisinos; Feevale; Uniritter.

Após análise das matrizes curriculares e em contato com os coordenadores dos cursos pode-se concluir que nenhum dos cursos de graduação possuem disciplinas de alfaiataria artesanal e/ou é historicamente abordada, não suas técnicas. A alfaiataria artesanal só é apresentada no curso técnico em modelagem e no curso de alfaiataria sem gênero, ambas da instituição Senac Canoas, onde são trabalhados acabamentos e técnicas de montagem artesanal das peças. É importante analisar, através das entrevistas com os alfaiates, como eles aprenderam o ofício, para que se possa compreender mais sobre o ensino da alfaiataria.

5 OS ALFAIATES DE PORTO ALEGRE: ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

A análise dos dados seguiu o roteiro das perguntas do questionário de entrevista. As questões dissertativas foram organizadas em eixos temáticos de discussão de acordo com o assunto abordado. O método de amostragem bola de neve previu que o alfaiate fizesse uma sugestão de quem deveria ser o próximo entrevistado, até que houvesse saturação de dados, quando o último alfaiate não tivesse indicação.

Analisando as respostas obtidas no processo de entrevistas, na questão onde foi perguntado sobre a idade dos participantes, o mais novo com 31 anos de idade e o mais velho com 91 ano de idade. Quando perguntado a cidade onde residiam, oito alfaiates responderam que moram em Porto Alegre, um em Bom Principio e um em Viamão. O valor do salário-mínimo em 2023 era de R\$1320,00, a renda familiar de seis participantes é de quatro salários-mínimos

(R\$5.280) ou mais, e três salários-mínimos (R\$3.960) a renda dos outros quatro alfaiates. A resposta dos participantes quanto a seu estado civil foi que quatro são casados, três estão separados, dois estão solteiros e um tem união estável. Sobre a quantidade de filhos dos alfaiates, quatro participantes têm dois filhos, enquanto três têm um filho, um tem três filhos e dois não tem filhos. Perguntando sobre a escolaridade deles, quatro participantes têm o ensino fundamental completo, enquanto três têm o ensino médio completo e três o ensino superior completo.

Após a análise das perguntas de respostas curtas, foram analisadas as respostas das questões dissertativas com os eixos de discussão: O primeiro eixo de discussão considerou as respostas obtidas através das questões nove, dez e onze: Como ele se tornou alfaiate? De onde veio o interesse pelo ofício? Quanto tempo de profissão? E se existem ou existiram alfaiates na família? O que mais chamou a atenção nas respostas dos alfaiates entrevistados são de que a maioria herdou essa profissão da família, pais, avós e até bisavós, e que também iniciaram a sua dedicação com a alfaiataria quando crianças, com oito, nove anos de idade. O fato curioso é que todos estão em exercício ainda, mesmo com noventa e um, oitenta e seis, e setenta e dois anos de idade, isso mostra a verdadeira paixão com o ofício.

O segundo eixo de discussão considerou as respostas obtidas através das questões doze e treze: O que a alfaiataria significa para você? Qual a maior dificuldade no exercício desta profissão? Os entrevistados relataram que a alfaiataria é a vida deles, e que todos não veem trabalhando em outro segmento. São apaixonados pelo que fazem e gostam muito de todos os processos que se têm na alfaiataria artesanal. Quando questionados sobre as dificuldades, alguns relataram que não tinham dificuldades, mas sim facilidade de aprender a profissão; outros disseram que a maior dificuldade é encontrar mão de obra qualificada para que consigam dar conta da demanda de trabalho.

O terceiro eixo de discussão considerou as respostas obtidas através da questão quatorze: Qual a sua visão para o mercado da alfaiataria atualmente e sua visão de futuro? Eles relatam que estão muito otimistas, que existem muitos clientes que gostam do trabalho artesanal. Também se destaca a proposta de ter peças que tenham uma durabilidade maior, e que sejam feitas realmente sob medida. Observa-se também que os clientes gostam muito do processo de prova e da aproximação que tem com a escolha dos materiais e aviamentos das peças. Relataram também uma preocupação quanto a continuidade do trabalho, como a pouca mão de obra especializada disponível ou de pessoas que queiram aprender a profissão.

O quarto eixo de discussão considerou as respostas obtidas através das questões quinze e dezesseis: Existem pessoas que procuram você para entrar como aprendiz na alfaiataria? Você estaria disposto a ter aprendizes atuando na sua alfaiataria? A maioria dos alfaiates tem planos de terem aprendizes dentro de

suas alfaiatarias, para levar os seus conhecimentos e experiências adiante. Entretanto, os jovens não querem seguir em uma profissão que leva muito tempo de estudo para aprender: eles relatam que querem algo mais rápido, e muitos dizem que quando tiveram aprendizes eles desistiram no meio do caminho, ora não se encontravam na profissão, ora achavam muito difícil.

O quinto eixo de discussão considerou as respostas obtidas através da questão dezessete que perguntou: Qual faixa etária do seu público? Há uma diversidade de idade dos clientes que optam por fazer roupas de alfaiataria sob medida, com uma média de vinte e cinco a setenta anos de idade. Na maioria das vezes são para casamentos, formaturas ou para o dia a dia profissional.

O sexto eixo de discussão considerou as respostas obtidas através das questões dezoito e dezenove: Você fez ou já ouviu falar sobre cursos específicos de alfaiataria aqui na região? Quais incentivos você acha importantes para que tenha um maior número de profissionais no setor? Nenhum dos alfaiates fizeram ou conhecem cursos específicos de alfaiataria artesanal na região, com exceção do entrevistado JK que fez curso de alfaiataria na Itália. Os demais aprenderam na prática em alfaiatarias, sendo aprendizes e subindo de nível hierárquico. Quando questionados sobre os incentivos para que tenha maior número de alfaiates, eles relatam que seria necessária uma maior divulgação de que a profissão ainda existe e de que estão dispostos a terem aprendizes. Também sugeriram abrir uma escola de alfaiataria, e até cogitaram pedir ajuda do governo para capacitações envolvendo políticas públicas.

O sétimo eixo de discussão considerou as respostas obtidas através da questão vinte: Como você aprendeu as técnicas de alfaiataria e qual o método de trabalho que você utiliza, as técnicas clássicas e artesanais ou você também utiliza técnicas industriais para a confecção dos trajes? Todos os alfaiates trabalham com técnicas artesanais na confecção dos trajes, mostrando a importância de a preservação do saber fazer tradicional. Dois alfaiates utilizam uma mescla de artesanal e industrial, destacando que para ter uma maior produtividade aliaram ambas as técnicas, que a roupa não deixou de ser sob medida, mas que pulam algumas etapas para serem mais rápidos na confecção.

Finalmente, quando questionados a respeito de possíveis comentários abertos, o oitavo eixo de discussão considerou as respostas obtidas através das questões vinte um e vinte e três: O que mais gostariam de acrescentar sobre alfaiataria e alguns outros comentários. Os alfaiates destacaram que deveria haver uma valorização maior do trabalho manual por serem técnicas específicas na construção dos vestuários sob medida e que não são encontradas facilmente pois não há muitos alfaiates em exercício. Enfatizaram que a profissão deve ser mais divulgada para gerar interesse em pessoas que queiram aprender esse ofício, mencionam também a criação de políticas públicas para que esse ensino seja democrático a qualquer pessoa que queira aprender. O principal destaque é de que

cada roupa sob medida é personalizada para aquele único cliente, e que a maior valorização dessa profissão vem além do pagamento, mas sim com a satisfação do seu cliente em vestir uma peça em que escolheu todos os detalhes, acabamentos e vontades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os consumidores entrevistados preferem a alfaiataria artesanal para diversas ocasiões e para o uso do dia a dia, destacando o conforto, a exclusividade e a expressão única de personalidade proporcionados por roupas sob medida. Ambos valorizam o trabalho minucioso do alfaiate artesanal, apreciando a qualidade e a atenção aos detalhes. A exclusividade das peças feitas sob medida, que demandam tempo, conhecimento e dedicação, é vista como um privilégio em contraste com a produção industrial rápida e “fria”. Ambos concordam que o trabalho do alfaiate é importante no século XXI para preservar a sensibilidade na moda, mesmo diante do avanço tecnológico, e destacam a importância de manter viva as técnicas artesanais.

No Brasil, alguns alfaiates utilizam uma mescla de elementos da alfaiataria inglesa, americana e italiana, criando assim o estilo de alfaiataria brasileira, com a ombreira imponente e o corte curvilíneo da italiana, as duas fendas e as abas dos bolsos do corte inglês, e alguns preferem apenas uma fenda nas costas do americano.

O aprendizado do ofício é de muita prática e observação: fez-se a análise da hierarquia da alfaiataria, traçando toda a trajetória que um candidato percorre para se tornar um alfaiate, apresentando as técnicas artesanais, os pontos manuais, a tomada de medidas, as intervenções posturais dos clientes, e a estruturação da peça.

É possível perceber o quanto a moda precisa de um consumo mais consciente e sustentável. É importante entender que roupas industrializadas visam o lucro das empresas, diminuindo a qualidade da matéria prima utilizada e a vida útil das peças, gerando cada vez mais resíduos. Em contrapartida, a roupa sob medida tem o valor elevado, porém a vida útil das peças possui uma durabilidade que passa por gerações na família.

Com a criação das normas da ABNT 16060:12 e 16933:2021 que visam a padronização de medidas, ela se baseia nas medidas do corpo, não nas das roupas, permitindo que as marcas de vestuário criem os seus produtos com as medidas que eles quiserem, confundindo o cliente na hora de comprar seus produtos.

Pesquisando as ementas dos cursos de graduação e cursos livres da região metropolitana de Porto Alegre, foi possível constatar que as universidades não abordam a temática nem as técnicas de alfaiataria artesanal. Esse dado explica o porquê todos os anos o número de designers de moda se formando cresce, mas o

número de alfaiates não acompanha o mesmo ritmo. Nas ementas do curso livre de alfaiataria sem gênero e no curso técnico de modelagem do vestuário, ambos do SENACRS, abordam as técnicas manuais de alfaiataria artesanal, sendo assim, os únicos cursos da região metropolitana a abordar este conhecimento. É necessário que seja feita uma apresentação dos dados gerados com esta dissertação para as universidades adicionarem às suas matrizes a alfaiataria artesanal até em forma de disciplinas eletivas, que proporcionem um elo de ligação entre os alunos e os alfaiates que querem receber aprendizes em suas alfaiatarias, para estágios curriculares.

A escolha do método de amostragem bola de neve foi essencial para esta pesquisa, pois o intuito não era entrar em um site de pesquisa da internet, utilizar palavras chaves para as buscas e marcar entrevistas, isso deve-se ao fato de que algumas das alfaiatarias constatadas anteriormente só faziam atendimentos, ou seja, eles recebem o cliente, tiram as medidas, escolhem o tecido e terceirizam a mão de obra. A principal motivação do pesquisador era entrevistar esses atores: os alfaiates que realmente cortam, costuram, utilizam as técnicas. Esse era um dos principais objetivos que, com o uso desta metodologia, foi possível conhecer e mapear estes profissionais que não estão em evidência na internet.

Ao documentar e compartilhar as histórias e os saberes técnicos dos alfaiates de Porto Alegre a partir das entrevistas, construiu-se um registro histórico importante para a memória da cidade e do estado. Essa memória, por sua vez, alimenta a identidade cultural do ofício e ressalta a necessidade de transmitir o conhecimento. Cabe destacar o amor pela profissão colocada à prova no decorrer das entrevistas, pois todos os alfaiates disseram que não se vêm exercendo outra profissão na vida do que essa.

Com exceção de um alfaiate que fez um curso de alfaiataria artesanal na Itália, os outros nove aprenderam a profissão desde criança, fossem como herdeiros do ofício familiar, ou porque na época os pais gostariam que eles já trabalhassem. São alfaiates de todas as idades, partindo do mais novo com trinta e um anos ao mais experiente de noventa e um. É uma profissão com uma rentabilidade de 3 salários-mínimos ou mais. Importante destacar que a maioria deles têm somente o ensino fundamental completo, e explicaram que largaram os estudos porque começaram a trabalhar.

A pouca mão de obra especializada é preocupante para eles, pois mesmo estando abertos a terem aprendizes em suas alfaiatarias, muitos desistem no meio do caminho: alguns acham difícil, outros não conseguem se sustentar durante todo o período de aprendizado, que leva no mínimo 4 anos, segundo eles. Oito alfaiates utilizam somente técnicas artesanais e dois trabalham com uma mescla entre o artesanal e industrial, utilizando a entretela colante ao invés de crina, mas mantendo o sob medida.

Espera-se que esta pesquisa, assim como alguns alfaiates sugeriram, sirva

como base para a criação de políticas públicas e iniciativas privadas que visem fortalecer o ensino da profissão de alfaiate e promover o desenvolvimento regional da mesma. Esta pesquisa serve como uma ponte entre o passado, o presente e o futuro da alfaiataria em Porto Alegre, ao compreender as práticas, analisar a situação atual e propor medidas para o futuro buscando contribuir para a sustentabilidade e a preservação do patrimônio cultural imaterial da profissão.

REFERÊNCIAS:

ABNT. **Abnt catálogo**, 2012. Disponível em: <www.abntcatalogo.com.br> Acesso em: 10 nov. 2023.

ALMOND, Kevin. **Bespoke tailoring: the luxury and heritage we can afford**. The Internatuinal Journal of Technology Knowledge and Society, 7 (2). PP. 77-88. ISSN 1832-3669. 2011.

BLACKMAN, Cally. **100 anos de moda masculina**. [Traduzido por Cristina Band]. São Paulo: Publifolha, 2014.

BOCKORNI, Beatriz Rodrigues Silva; GOMES, Almiralva Ferraz. **A AMOSTRAGEM EM SNOWBALL (BOLA DE NEVE) EM UMA PESQUISA QUALITATIVA NO CAMPO DA ADMINISTRAÇÃO**. Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR, [S. l.], v. 22, n. 1, 2021. DOI: 10.25110/rec.v22i1.8346. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/empresarial/article/view/8346>. Acesso em: 23 jun. 2023.

BOUCHER, François. **História do vestuário no Ocidente**: das origens aos nossos dias. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

CABRERA, Roberto; MEYERS, Patricia Flaherty. **Classic tailoring techniques**: a construction guide for men's wear. Fairchild Publications, 1984. 239 p.

FEEVALE. **Graduação em design de moda**. Disponível em:< https://www.feevale.br/s/conteudo/85c85754-5c9a-4ccc-8783-dc9d9222092d/MODA_-_BACHARELADO_-_202401_-_MANH%c3%83.pdf>. Acesso em 15 jan 2024.

FIRJAN. **Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil**. Disponível em: <<https://firjan.com.br/economiacriativa/pages/consulta.aspx>> Acesso em 02 nov. 2022.

FRINGS, Gini Stephens. **Moda: do conceito ao consumidor**. [Traduzido por Mariana Belloli] - 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

GIL, Antônio Carlos, 1946. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOLLANDER, Anne. **O sexo e as roupas: a evolução do traje moderno**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

HOPKINS, John. **Moda masculina**. Porto Alegre. Bookman, 2013.
ISTOÉ. Feito à mão. Disponível em: <<https://istoe.com.br/feito-a-mao-2/>>
Acesso em 10 nov de 2022.

KÖLER, Carl. **História do vestuário**; editado e atualizado por Emma von Sichart; tradução Jefferson Luiz Camargo. - 3ª. ed. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

LOZADA, Gisele; NUNES, Da Silva Karina. **Metodologia Científica**. 1. ed. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

MASCARENHAS, Sidnei A. **Metodologia Científica**. 2º ed. - São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018.

MOTTA, Eduardo. **Alfaiatarias: radiografia de um ofício incomparável**. Fortaleza: Senac Ceará, 2016.

PEREIRA, José Matias. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 2019. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/cfi/6/10!/4/2@0:0>>. Acesso em 4 nov. 2022.

SEBRAE SC. **Relatório de INTELIGÊNCIA 2021**. Disponível em: <<https://www.sebrae-sc.com.br/observatorio/relatorio-de-inteligencia/moda-masculina-um-mercado-em-alta>> Acesso em 21 nov 2022.

SENAC RS. **Curso superior de tecnologia em design de moda**. Disponível em: <https://senacrs.com.br/cursos/curso-superior-de-tecnologia-em-design-de-moda_WyIxmZAIIixudWxsLG51bGwsbnVsbF0> Acesso em 15 jan. 2024.

SENAC RS. **Alfaiataria sem Gênero - Técnica e Interpretação de Modelo.** Disponível em: <https://www.senacrs.com.br/cursos/alfaiatariasem-genero--tecnica-e-interpretacao-de-modelo_WyI2Mzg5MyIsIjI1IixudWxsLCIxIl0>. Acesso em 15 jan 2024.

SENAC PE. **Técnico em modelagem do vestuário:** plano de curso. Disponível em: <https://www6.pe.senac.br/planocurso/planos/PC_T%C3%A9cnico%20em%20Modelagem%20do%20Vestu%C3%A1rio_MPS.pdf> Acesso em 15 jan 2024.

SENAC RS. **Técnico em modelagem do vestuário.** < https://senacrs.com.br/cursos/tecnico-em-modelagem-do-vestuario_WyIxMjQ5IixudWxsLG51bGwsljIiXQ > Acesso em 15 jan 2024.
SIMS, Josh. Ícones da moda masculina. [Traduzido por Débora Isidoro]. São Paulo: Publifolha, 2014.

STEVENSON, NJ. **Cronologia da moda:** de Maria Antonieta a Alexander McQuenn. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

UNIRITTER. **Tecnólogo em Design de Moda.** Disponível em: <https://www.uniritter.edu.br/wp-content/uploads/2023/02/PPC_R_E2A_EAD_CST.Design-de-Moda_UNIRITTER.pdf>. Acesso em 15 jan 2024.

UNISINOS. **Graduação em design de moda.** Disponível em:< https://www.unisinos.br/graduacao/moda/porto-alegre?gad_source=1&gclid=CjwKCAiA2pyuBhBKEiwApLaIO7uQa78TdfQzlYvVTWVNJRJ5dTgyIEasI-aIb3SJjGIDJKGwEWN_BoCMygQAvD_BwE >. Acesso em 15 jan 2024.

VINUTO, J. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa:** um debate em aberto. Tematicas, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014.

DOI: **10.20396/tematicas.v22i44.10977.** Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>> Acesso em: 2 jun. 2023.

MENINAS E MULHERES NO FUTEBOL E NO FUTSAL DE TAQUARA/RS: UMA LUTA CONTRA PRECONCEITOS E BUSCA POR ESPAÇO.

Pedro Gabriel Silva de Almeida¹
Daniel Luciano Gevehr²

1 FUTEBOL: UM FENÔMENO NACIONAL

A origem do futebol não possui uma data precisa. Porém, inúmeras são as histórias contando o surgimento da modalidade. Segundo Morelli (1986 apud Voser, 2010, p.17), há contrariedade a respeito do surgimento do futebol, em razão dos registros de jogos com bolas adaptadas que eram disputados na Antiga China, Japão Antigo, Grécia e Itália. Embora a origem seja imprecisa, o que é muito preciso é o fato de que o futebol é o esporte mais popular do mundo, segundo aponta a Federação Internacional de futebol (FIFA), com cerca de 4 bilhões de simpatizantes e aproximadamente 270 milhões de profissionais diretamente ligados ao esporte.

No Brasil, o esporte foi trazido pelo estudante brasileiro Charles Muller em 1894. Desde então, o esporte, que inicialmente era praticado pela elite do país, foi crescendo exponencialmente, sendo acessado pelas camadas mais pobres da população. E assim, foi dado início aos primeiros clubes de futebol, ginásios e competições.

Com o futebol ganhando notoriedade e adeptos em todo território nacional, e tornando-se o esporte mais praticado a partir da década de 30, os clubes preocupavam-se cada vez mais em ter melhores jogadores para vencerem suas partidas, mantendo seus torcedores aficionados.

Embora, no Brasil, o futebol tenha se tornado profissão apenas no ano de 1933, antes mesmo dessa regulamentação, há relatos nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro de jogadores, até então amadores, recebendo dinheiro como forma de incentivo para ganharem suas partidas de futebol (Bretas, 2006).

Sobre o assunto, Ianni (2008) aponta que em sua origem, o futebol no Brasil foi um esporte elitista, praticado por brancos da alta sociedade do país. Essa realidade começou a se transformar apenas no ano de 1923, quando o Clube Vasco

1 E-mail: pedroalmeida@sou.faccat.br; Mestre em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara/RS (FACCAT)

2 Email: danielgevehr@hotmail.com; Dr., Professor Faculdades Integradas de Taquara/RS (FACCAT)

da Gama inseriu em seu elenco jogadores negros, pobres e analfabetos, contrariando toda elite carioca que primava pelo esporte elitizado. Coincidentemente, naquele mesmo ano, o Vasco da Gama sagrou-se campeão carioca. Essa quebra de paradigma abriu as portas para o acesso das camadas à margem da sociedade possibilitando que elas se tornassem protagonistas no futebol, e por consequência pudessem se profissionalizar, fazendo do esporte sua profissão (Santos, 2010).

Segundo Caldas (1989), a prática de remunerar jogadores antes mesmo do esporte se tornar profissão, retrata a popularidade e impacto social que o futebol proporcionava desde seus primeiros anos. A aristocracia brasileira resistia à profissionalização do futebol, pois via na remuneração dos atletas o fim da essência de um esporte destinado até então para a classe burguesa. A imprensa, por sua vez, se dividia entre apoiadores da profissionalização e os que concordavam em manter o esporte no amadorismo.

Esse impasse prejudicou o Brasil em suas duas primeiras participações em edições da Copa do Mundo. Em 1930, no Uruguai, a primeira Copa do Mundo contou com a participação de um Brasil desfalcado, pelos conflitos políticos entre cariocas e paulistas. A missão de representar o país na primeira Copa do Mundo coube a atletas do Rio de Janeiro, após os cariocas impedirem a participação de paulistas na comissão técnica. Já em 1934, a Copa realizada na Itália viu a seleção brasileira novamente desconfigurada, pois as brigas entre a utilização de atletas amadores e profissionais resultou em uma participação decepcionante da seleção canarinho (Duarte *apud* Voser, 2010, p.22). Camargo (2002), explica que após a pausa por 12 anos, entre 1938 e 1950, em função da guerra que assolava o mundo, a edição da Copa do Mundo no Brasil, realizada em 1950, e vencida pela seleção uruguaia, marcava o retorno da competição mundial e colocava o futebol como maior esporte do planeta.

Prochnik (2010) salienta que, com a profissionalização, popularidade e grande adesão de público, o futebol passou a tornar-se um negócio lucrativo, atraindo investimentos da mídia e pagando altos salários aos melhores jogadores, os quais se tornavam celebridades e heróis do imaginário popular. Esse fenômeno nos ajuda a compreender o crescimento do esporte, fazendo com que o mesmo passasse a ser o esporte mais praticado no país, tornando o Brasil conhecido como país do futebol. Segundo Guterman (2013) o futebol passou a ser fenômeno global. Equipes se mobilizavam para ter os melhores jogadores, para tanto, os altos salários eram pagos a fim de atrair os melhores desportistas. Ter o melhor futebol do mundo passou a ser objeto de desejo e, por isso, muitos países investiam em ligas e campeonatos, com clubes reunindo atletas de diversas nacionalidades.

Diante dessa perspectiva, Soares *et al.* (2011) afirma que muitos jovens brasileiros começam a sonhar com a possibilidade de atuar profissionalmente fora do Brasil. Isso ocorre em virtude de existirem clubes e centros de treinamen-

tos atentos ao mercado global, os quais passam a formar jovens com o intuito de estimular que potencializem suas carreiras em outros países. Esse comportamento se sustenta com a grande visibilidade que a mídia proporciona e devido aos padrões salariais que, apesar de variarem de acordo com o destino dos atletas, em média são mais elevados que no Brasil. Foi então, a partir da Copa de 1950, que o futebol assumiu o papel de destaque que continua até os dias de hoje e que o consolida como esporte mais popular do mundo.

Todavia, a representação por meio das mídias se deu de forma amplamente relacionada à prática masculina do esporte. Mulheres praticantes de futebol enfrentaram muitos desafios para seguir na carreira esportiva, sofrendo preconceitos e questionamentos acerca da sua participação no espaço futebolístico.

O preconceito e a discriminação contribuem com a visão de esporte masculinizante, pois ao ser praticado por mulheres, provoca a desaprovação de parte da sociedade. Lamentavelmente, mesmo com o aumento da prática do futebol, também nos espaços escolares, o preconceito não deixou de existir (Darido, 2002).

Diante disso, faz-se necessário entender o conceito de gênero, ponto fundamental para a compreensão de como os impedimentos sofridos por mulheres se relacionam diretamente com o termo. Assim, gênero compreende as preferências, escolhas, comportamentos, e interesses do indivíduo, conflitando a ideia de corpo imutável ou fixo, nasce homem e morre homem, nasce mulher e morre mulher. Essa definição não se encontra no dicionário, discussão que Louro (1997) retrata ao dizer que no sentido específico, gênero não aparece no Aurélio.

Gênero pode ser entendido também como uma categoria analítica e como um organizador social e de cultura. Scott, Louro e Silva (1995) definem que a categoria analítica de gênero se refere ao conceito acadêmico e está apoiada nas rejeições acerca das explicações biológicas para as desigualdades sociais. Mulheres no futebol/futsal, em geral, ainda são vistas de forma preconceituosa. Essa visão se apoia na cultura de que mulheres são naturalmente frágeis e sensíveis porque nasceram para a maternidade, e as que se opõem a isso têm sua sexualidade questionada. Historicamente mulheres não recebem o mesmo espaço na sociedade quando comparadas aos homens.

2 FUTEBOL E FUTSAL FEMININOS NO BRASIL: ATRAVESSAMENTOS DE GÊNERO

País do futebol, essa definição dada ao Brasil de forma recorrente é relatada por Martins, Silva e Vasquez (2021), que apontam a fala no senso comum, definindo o Brasil como o país do futebol. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (IBGE, 2017) apontam que o futebol é a modalidade esportiva mais praticada no país e isso reforça a prerrogativa.

Contudo, é preciso salientar que nesses dados que colocam o Brasil como país do futebol, as mulheres são contabilizadas para as estatísticas somente para um maior volume dos números absolutos. Entretanto, essa realidade não se repete quando se trata de investimentos, representação na mídia ou oferta para a prática e ensino da modalidade. Martins, Silva e Vasquez (2021) ressaltam que, quando se observa a ampla maioria masculina no futebol, a problemática das relações de gênero precisa ser trazida à luz para elucidar as desigualdades de oportunidades que as mulheres possuem em relação aos homens.

Portanto, gênero compreende as preferências, escolhas, comportamentos, e interesses do indivíduo. Essa linha conflita com a ideia de corpo imutável ou fixo, “nasce homem e morre homem”, “nasce mulher e morre mulher”. Essa definição não se encontra no dicionário, discussão que Louro (1997) retrata ao dizer que, no sentido específico, gênero não aparece no Aurélio. Gênero pode ser entendido como uma categoria analítica e como um organizador social e da cultura. Scott (1995) define que a categoria analítica de gênero se refere ao conceito acadêmico e está apoiada nas rejeições acerca das explicações biológicas para as desigualdades sociais.

Desde sua chegada ao Brasil em 1894, o futebol foi praticado livremente por homens. Contudo, por se tratar de uma prática elitista, negros, pobres e mulheres não tinham acesso ao esporte. Na Inglaterra, em meados de 1880 já havia relatos de partidas de futebol feminino. Todavia, a primeira partida oficial entre mulheres, ocorreu em *Crouch End*, Londres, quando duas equipes foram divididas entre Norte e Sul para representar as duas partes da cidade.

Este fato foi somente um ano após o futebol chegar ao Brasil. A primeira partida oficial de futebol de mulheres no nosso país só foi ocorrer em 1921, na Serra da Cantareira, atual Zona Norte de São Paulo. A partida foi disputada entre as senhoritas dos Bairros Tremembé e Cantareira e teve descrição, na época, pelo jornal A Gazeta. Como a partida ocorreu entre as festas de comemoração Junina, o periódico a descreveu como curiosa e cômica, comparando-a a uma atividade circense da época (Teles, 2017).

Franzini (2005) relata que nas décadas de 30 e 40 eram comuns jogos de futebol feminino pelo país, havendo cerca de, no mínimo, dez equipes femininas. Assim, a prática de futebol por mulheres começava a ter maior popularidade acompanhando o crescimento da modalidade em termos mundiais e a profissionalização do futebol no Brasil. Mulheres realizavam partidas preliminares aos já tradicionais jogos masculinos.

O Fluminense, clube carioca composto inicialmente pela elite do Rio de Janeiro, contava em seus jogos com grande presença de mulheres. O jornalista Coelho Netto, pai de dois jogadores que atuavam no clube, atribuiu às mulheres o termo “torcedoras, citando em sua crônica “Enquanto eles jogam, elas torcem”. Essa versão, embora que de forma controversa, é considerada como o primeiro

emprego do termo torcedor relacionado ao futebol.

A presença de mulheres nos espaços destinados ao futebol era cada vez mais frequente, além de participarem como torcedoras, também foram conquistando espaços como jogadoras, mas não pararam por aí. Em 1941, em um amistoso entre Serrano de Petrópolis contra a equipe América do Rio, o então árbitro da partida passou mal e precisou ser substituído. Na ocasião, uma atleta da partida preliminar assumiu o apito do amistoso e entrou para a história como a primeira mulher brasileira a apitar uma partida de futebol masculino.

Segundo Franzini (2005), no dia 17 de maio de 1940, São Paulo, clube do estado homônimo e Flamengo, clube do Rio de Janeiro, realizaram um amistoso no estádio Pacaembu, na cidade de São Paulo. Para a partida preliminar da grande atração supracitada, foi agendada uma partida de futebol feminino. Duas equipes do subúrbio carioca foram escolhidas para o evento, Casino do Realengo e Sport Club Brasileiro.

A partir do anúncio da atração, a partida causou enorme polêmica dividindo opiniões da sociedade e imprensa. Embora parte dos jornais manifestasse apoio quanto a prática das mulheres, outra metade repudiava a iniciativa, considerando uma depreciação à imagem feminina da mulher. Essa rejeição motivou José Fuzeira, cidadão carioca, a enviar diretamente ao presidente Getúlio Vargas uma carta solicitando que a realização da partida fosse impedida. No documento, argumentava que a mulher não poderia praticar tal atividade sem prejudicar o equilíbrio psicológico das funções orgânicas, devido à natureza que a dispôs a ser mãe. Goellner (2005) aponta que apesar de incipiente, a participação das mulheres no futebol era a representação de uma transgressão hegemônica da identidade feminina fortemente vinculada à maternidade.

Apesar da rejeição de parte da população e imprensa, a partida ocorreu em um estádio lotado com cerca de 65 mil torcedores. As atletas do Sport Club Brasileiro venceram a partida por dois a zero, gols marcados pelas atletas Zizinha e Sarah. Vale salientar que essa participação feminina no futebol gerava incômodo na classe aristocrata das famílias conservadoras, que não concordavam com a ideia de mulheres jogando futebol. Esse desconforto foi motivador para que, em 1941, Getúlio Vargas assinasse o decreto-lei número 3.199 que proibia a prática de esportes incompatíveis com a natureza feminina.

Mourão (2000) aponta para a figura de fragilidade associada à mulher, com função limitada a um corpo objeto de reprodução. Essa visão preconceituosa, que tirou da mulher a possibilidade de praticar inúmeros esportes, se sustentava no discurso de “preservação do corpo feminino” para que não houvesse um desgaste físico capaz de prejudicar a real função da mulher, que estava fadada ao encargo da função reprodutiva.

A proibição por meio do decreto-lei impedia jogos em campos oficiais e também que federações promovessem partidas entre mulheres. Contudo, enten-

deu-se haver uma brecha para que se pudessem realizar partidas com caráter benéfico ou espetáculos. Razão para o futebol feminino virar atração. Ao longo dos anos 1958 e 1964, as partidas de futebol de mulheres eram realizadas como atração aos homens, com equipes formadas por vedetes, artistas de teatro.

Segundo Silva (2015), empresários organizavam jogos com grande público, como o jogo patrocinado pelo empresário Lover Ibaixe, na partida entre atrizes, realizada no estádio Pacaembu, no estado de São Paulo. O objetivo do evento era angariar fundos para a construção do Hospital dos Atores, razão vista como suficiente para ludibriar a proibição. Com a colocação de mulheres consideradas bonitas em campo, se pretendia promover um show para o público masculino. A partida teve grande adesão do público, que lotou o estádio e gerou grande lucro financeiro, servindo como motivador para realização de outras partidas em território nacional.

Na tentativa de justificar o cerceamento e restrições por aspectos biológicos, a folha de São Paulo, em 16/07/1961 publicou uma nota: “As mulheres tem ossos mais frágeis; menor massa muscular; bacia oblíqua; centro de gravidade mais baixo; coração menor; respiração menos apropriada a esportes pesados; menor resistência nervosa e de adaptação orgânica (Museu do Futebol, 2018).”

Goellner (2005) descreve que em 02 de Agosto de 1965, já em regime de Ditadura Militar, a deliberação de número 7, do Conselho Nacional de Desportos (CND) redigia novamente o decreto-lei de 3.199 de 1941, detalhando as modalidades proibidas para mulheres, impedindo de vez qualquer tipo de partida de futebol praticado por mulheres, citando nominalmente os esportes proibidos, como o Futebol, Futebol de Salão (hoje Futsal), Futebol de Praia, Rugby, Lutas de qualquer natureza, Pólo entre outros. A proibição durou até 1979, quando o então presidente João Figueiredo revogou o decreto-lei que impedia a prática do futebol por mulheres. Entretanto, mesmo tendo chegado ao fim a proibição, a modalidade só foi regulamentada em 1983, quatro anos mais tarde.

De acordo com Almeida (2012), durante a década de 70, oito clubes de futebol de mulheres surgiam pelo país. Dentre eles, destaca-se o Esporte Clube Radar, fundado em 1981 no estado do Rio de Janeiro, sediado no bairro Copacabana. A equipe foi o principal clube do país, sendo hexacampeão da Taça Brasil de Futebol Feminino, campeão do Torneio Brasileiro de Clubes em 1989 e representando a Seleção Brasileira no mesmo ano em um Campeonato Mundial, que serviria dois anos depois como modelo para a primeira Copa do Mundo de Futebol Feminina. Em meados dos anos 90, times femininos começaram a “emplacar” de vez no Brasil, a partir da adesão das grandes equipes, que passaram a montar uma categoria feminina em seus clubes. Embora ainda seja em menor escala, conforme estudo realizado por Souza e Knijnik (2007), a mulher atleta passou a ter maior aceitação no futebol, e com isso uma visibilidade maior.

No entanto, mesmo com essa visibilidade, a presença da mulher como mera

atração ainda permanece. A existência desse discurso pode ser comprovada ao analisarmos o trecho do regulamento de futebol do campeonato paulista do ano de 2001, “Desenvolver ações que enalteçam a beleza e a sensualidade da jogadora para atrair o público masculino”. Claramente as exigências como sensualidade são usadas para delimitar o papel da mulher como um objeto de atração aos homens, em nada se preocupando com seu desempenho dentro de campo. Ao contrário, se limitam em aspectos que em nada alteram a performance feminina, de modo a regulamentar uma competição que prima unicamente mulheres bonitas e sensuais que possam atrair olhares do público masculino.

A Federação Paulista de Futebol realizou um draft com mais de 200 jogadoras, a fim de dividi-las em 12 equipes para realização da competição. Beleza era um dos critérios para escolha das atletas que formariam as equipes, admitido pelo próprio Eduardo José Farah, presidente da Federação Paulista de Futebol na época. Em entrevista para o jornal Folha, Renato Duprah, então vice-presidente da entidade, afirmou que cabelo também era um dos critérios. Segundo ele, “com cabelo raspado não joga”.

De acordo com Bezerra (2008), o que vale é a aparência formada através de imagens, a fim de gerar retorno financeiro e aumento de audiência. Desse modo, a erotização do corpo da mulher passa a ser usado com intuito comercial. Nesse processo de comercialização a televisão exerce importante papel, tendo em vista que vende sua produção de entretenimento e firma contratos com patrocinadores, que rotulam e definem os estereótipos de beleza e comportamento social. Carmen Rial (2010) atribui ainda uma invisibilidade às mulheres brasileiras praticantes de futebol, segundo a autora, além de invisíveis, elas são pressionadas em um comparativo direto, a obter resultados semelhantes aos adquiridos pela equipe masculina.

Almeida (2019) descreve que a partir das denúncias da Justiça americana e instauração de investigações também por parte da justiça Suíça, que apontaram corrupção nas realizações das Copas do Mundo de Futebol de homens, tanto da África do Sul, em 2010, como no Brasil, em 2014, iniciou-se um movimento por parte da Federação Internacional de Futebol (FIFA) para a implantação de políticas de igualdade de gênero, em uma espécie de cortina de fumaça como subterfúgio aos escândalos provenientes das investigações.

Com base na mobilização por parte da FIFA em promover o futebol feminino, a Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL), por meio de uma mudança no seu regulamento ocorrida em 30 de setembro de 2016, passou a exigir que os clubes participantes das competições organizadas pela entidade, tivessem obrigatoriamente a categoria feminina ou se associassem a equipes que já possuíam a categoria (Novais, 2022). Os grandes clubes do Brasil passaram a investir na criação ou vinculação de categorias de base e na categoria adulta voltada ao futebol de mulheres. Com adesão do naipe feminino nos plantéis das

maiores equipes do país, a modalidade passa a ter maior visibilidade.

O espaço dado ao futebol feminino teve um crescimento importante após as veiculações por parte das emissoras de televisão, de materiais relacionados à mulher praticante de futebol. Esse estímulo fez com que uma nova geração de meninas crescesse com o sonho de se tornar atleta de futebol. A partir da transmissão de jogos femininos, principalmente da seleção nacional, o esporte ganhou maior destaque, tornando possível a realização de competições nas categorias de base, algo impensável sem apoio das grandes mídias.

Ferreti (2011) cita que a erotização da mulher seja ela onde estiver, é um apelo feito na mídia há bastante tempo. Ter uma seleção feminina heterossexual, com imagem bela e de corpo a ser desejado por homens heterossexuais, é de longe o desejo desses veículos de comunicação. Acontece que a realidade não se assemelha em nada com isso, salvo algumas exceções, a imagem da mulher esteticamente perfeita para atração masculina é suprida pelas apresentadoras que em grande maioria são saradas e belas.

O crescimento do futebol feminino no Brasil coloca a mulher como protagonista em um país que por muito tempo teve no futebol um ambiente masculinizado. Conforme dados do Relatório de Gestão da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) (2017), realizado em 2017, houve um significativo aumento no registro de contratos de mulheres. Constatando uma ocupação das mulheres em trabalhos tradicionalmente considerados masculinos (Kopanakis *et al.*, 2021).

Por essas razões, se torna imprescindível o mapeamento acerca da condição da prática do futebol feminino em Taquara, bem como buscar a compreensão dos fatores que influenciam o baixo número ou a ausência de espaços para a promoção da prática do futebol e do futsal por meninas e mulheres e mesmo, identificar se as meninas e mulheres praticantes da modalidade recebem as mesmas oportunidades/que os jogadores do sexo masculino.

3 A REALIDADE LOCAL: FUTEBOL E FUTSAL EM TAQUARA/RS

Taquara é um município da região metropolitana de Porto Alegre, localizado na encosta inferior do nordeste do Rio Grande do Sul (figura 1), com colonização predominantemente alemã, o município tem como características sua privilegiada localização geográfica, sendo ponto de ligação entre as regiões da Serra Gaúcha, Litoral Norte, Região Metropolitana e Vale do Sinos. Segundo Barros (2005) a colonização oficial da região ocorreu a partir de 16 de Maio de 1846, com a imigração alemã, contudo parte da região era ocupada por Portugueses, que foram se instalando nas proximidades das águas navegáveis e estrada de tropeiros.

O município dista 72 quilômetros da capital, Porto Alegre, fazendo divisa com os municípios de Araricá, Glorinha, Gravataí, Igrejinha, Parobé, Rolante,

São Francisco de Paula, Santo Antônio da Patrulha. Segundo dados do último censo IBGE, em 2010, sua população é de 54.643 habitantes, sendo que as estimativas populacionais apontam que, em 2022, a população aproximada do município seja de 57.584 habitantes. O município possui uma área de 457,130 quilômetros quadrados e possui densidade demográfica de 119,5 hab/Km².

Taquara está situada no Vale do Paranhana, uma microrregião que é composta pelos municípios de Igrejinha, Parobé, Riozinho, Rolante, Três Coroas e Taquara. A região foi predominantemente colonizada por alemães, em virtude do fluxo imigratório ocorrido na primeira metade do século XIX.

O estudo apresentado sinaliza aos demais municípios a importância de um olhar mais atento para projetos, programas e parcerias que promovam o respeito e a promoção do esporte de forma inclusiva. Outro motivador foi a ausência de espaços pensados para meninas e mulheres jogarem futebol, tendo em vista a grande quantidade de centros de treinamentos, escolas de formação e clubes de futebol voltados para prática de meninos, reforçando a ideia de esporte masculinizado.

3.1 Contexto de estudo e perfil de participantes

Nesta seção, traremos os resultados obtidos através da aplicação de questionários aos participantes e a discussão dos dados supracitados. Na cidade de Taquara, local da pesquisa, um projeto voltado para a prática de futebol e futsal por mulheres foi criado há 10 anos. Grande parte dos entrevistados e entrevistadas, de alguma forma estão ou estiveram vinculados a este projeto.

A União Taquarense de Futsal, a UTF como é popularmente conhecida, é uma Associação sem fins lucrativos, fundada em novembro de 2014. A equipe inicialmente dedicava-se apenas ao público feminino adulto, porém ampliou o seu público alvo diante da procura de muitas mulheres com interesse em colocar suas filhas para participarem.

Com a consolidação dos grupos adultos, o projeto estendeu seus atendimentos para categorias de base, atendendo também o público masculino infantil e adulto. Atualmente o grupo atende cerca de 45 (quarenta e cinco) atletas nos grupos adultos feminino, e 15 (quinze) no grupo adulto masculino. Já nas categorias de base, atende 110 (cento e dez) meninas entre seis e dezessete anos (06-17 anos) e 150 (cento e cinquenta) meninos entre seis e quinze anos (06-15 anos).

A escola de futsal, desenvolvida pela Associação Taquarense, tem por objetivo a integração social de jovens e adolescentes, bem como a utilização do esporte como ferramenta de auxílio na formação de bons cidadãos. Por meio de ações afirmativas, busca atender meninas e meninos sem pré-julgamentos ou acepções, fazendo do esporte um meio democrático e inclusivo.

A Associação atua também na promoção de eventos, trazendo frequente-

mente equipes renomadas para o município de Taquara, como o Grêmio FBPA. Deste modo, contribui para o fomento do esporte na sociedade em que se insere, sobretudo dando visibilidade à meninas e mulheres praticantes de futebol e futsal.

O projeto tem como objetivo abordar de forma eficiente a importância do trabalho em grupo, respeito ao próximo e empatia, desenvolvidos por meio de atividades específicas nos treinos com conteúdos e dificuldades proporcionais a cada categoria. Nas categorias Sub-07 e Sub-09 os treinos são voltados ao ensino dos fundamentos do futsal, utilizando métodos globais e atividades lúdicas, para melhor compreensão do conteúdo a ser ensinado.

Desta forma, evita-se a robotização dos treinos, mantendo a aluna motivada. Nas categorias Sub-11 e Sub-13 se dá início de forma mais específica às atividades técnicas e táticas, nessa faixa etária ocorre a puberdade, a fase de alterações físicas e psicológicas que exigem maior atenção aos comportamentos das atletas, de modo a mantê-las focadas nos treinos, respeitando suas individualidades.

Nas categorias Sub-15 e Sub-17 os treinamentos começam a abordar sistemas de jogo mais complexos, os treinamentos são aprofundados nas táticas coletivas e individuais, exigindo total compreensão das atletas nos sistemas táticos trabalhados, percepção de situações no decorrer do jogo, e capacidade para tomada de decisão, dentre outros aspectos do jogo.

Em todas as categorias os treinos são desenvolvidos respeitando as individualidades de cada atleta. Diferenciando as atividades de cada categoria pelos fatores físicos, técnicos e táticos abordados em cada idade de modo que as atletas que passam por todas as categorias, chegam na categoria adulta no auge físico, tático e técnico do futsal.

Os treinamentos são realizados duas vezes por semana para cada categoria, ocorrendo no Ginásio do Colégio Municipal Theóphilo Sauer e no Ginásio do Centro Sinodal Dorothea Schäffe.

Apesar do projeto ter como objetivo geral a iniciação às práticas esportivas, como fruto do trabalho já realizado, os grupos adultos já participam de diversas competições, como torneios, copas e campeonatos em várias regiões do estado, tendo como melhor participação o quarto lugar da série prata, competição organizada pela Federação Gaúcha de Futsal, conquistado pela equipe principal feminina. Além de participar de competições no futebol sete e futebol onze e obter mais de cem conquistas entre grupos femininos e masculinos.

A Associação conta, atualmente, com uma comissão técnica formada por oito professores:

- Larissa Rafaela de Souza, Professora de Educação Física;
- Macksuel Augusto Stenert, Professor de Educação Física;
- Bruno Müller Marques, acadêmico do curso de Educação Física;

- Diego Flores Lemos, acadêmico do curso de Educação Física;
- Geovane de Oliveira Lunardi, acadêmico do curso de Educação Física;
- Jonathan Mateus Machado, acadêmico do curso de Educação Física;
- Ramon Pedrozo da Silva, acadêmico do curso de Educação Física;
- Pedro Gabriel Silva de Almeida, Licenciado e Bacharel em Educação Física, Pós graduado em Gestão de pessoas, Pós graduado em Futebol e Futsal e Mestrando em Desenvolvimento Regional neste Programa.

3.2 Metodologia, resultados e discussões

Participaram da pesquisa mulheres praticantes de futebol ou futsal e familiares de meninas que praticam futebol ou futsal gestores, professores e treinadores de futebol ou futsal. No sentido de melhor apresentar os dados, adotou-se a utilização de tabelas e gráficos, visando melhor compreensão acerca dos resultados obtidos na amostragem.

Para discussão dos dados, os participantes da pesquisa receberam um codinome cada, de modo a preservar a verdadeira identidade dos mesmos e proporcionar maior fluidez ao texto. Para as mulheres e familiares de meninas que participaram da pesquisa, adotou-se nome de cidades internacionais. Foi elaborado um quadro informativo, para caracterizar os indivíduos participantes do estudo, suas idades, escolaridade, profissões, tempo em que estão inseridos na temática abordada e a cidade que residem.

A pesquisa foi aplicada em 2 grupos de pessoas, o quadro a seguir (quadro 1) caracteriza gestores, professores e treinadores de futebol ou futsal que participaram deste estudo. O quadro 2 caracteriza o segundo grupo com o qual foram feitas entrevistas e questionários, compostos por mulheres que praticantes de futsal ou futebol e familiares de meninas que praticam o esporte. Adotou-se nomes de países como codinome.

Quadro 1 - Professores, educadores e treinadores que participaram da pesquisa

Nome	Idade	Escolaridade	Profissão	Tempo atuando no futebol	Cidade
BÉLGICA	25	SUPERIOR INCOMPLETO	EDUCADOR	2 ANOS	PAROBÉ
GANÁ	52	SUPERIOR INCOMPLETO	PROFESSOR	25 ANOS	TRÊS COROAS
GRÉCIA	24	SUPERIOR INCOMPLETO	EDUCADOR	5 ANOS	TAQUARA
LÍBIA	38	SUPERIOR COMPLETO	PROFESSOR	9 ANOS	CANOAS
MÉXICO	32	SUPERIOR COMPLETO	PROFESSOR	6 ANOS	ROLANTE
RÚSSIA	44	SUPERIOR COMPLETO	TREINADOR	11 ANOS	TAQUARA
SUIÇA	37	SUPERIOR INCOMPLETO	TREINADOR	20 ANOS	PAROBÉ

Fonte: Elaborado pelo autor

A pesquisa revelou que 86% dos participantes reside em Taquara ou em cidades vizinhas. Já em relação a idade, o estudo indicou que 71% tem mais de 30 anos e 86% atua com futebol há mais de 5 anos. Foi possível constatar que 57% dos participantes da pesquisa possuem ensino superior completo.

Foram entrevistadas mulheres praticantes de futebol ou futsal e familiares de meninas que praticam futebol ou futsal que participaram deste estudo. A opção de entrevistar familiares de meninas que praticam futebol e não as próprias meninas, se deu em razão da faixa etária de 18 anos escolhida como recorte neste estudo. Haja vista que os questionários possuem questões que poderiam deixar estas meninas em situação desconfortável ou contragedora. Veja a caracterização deste grupo no Quadro 2.

Foi possível constatar que 56% das participantes da pesquisa praticam futebol ou futsal pelo menos há 15 anos. A pesquisa revela que 81% das participantes reside em Taquara ou em cidades vizinhas, já em relação a idade, 81% tem entre 20 e 35 anos, o que indica que essa é a faixa etária de maior amostragem no estudo.

Quadro 2 - Mulheres e familiares de meninas praticantes

Nome	Idade	Escolaridade	Profissão	Condição	Tempo praticando futebol	Cidade
AMSTERDÃ	30	Superior incompleto	Auxiliar de produção	Atleta	20 ANOS	Taquara
ATENAS	23	Superior completo	Auxiliar administrativo	Atleta	11 ANOS	Parobé
BERLIM	31	Superior completo	Professora	Atleta	22 ANOS	Parobé
COPENHAGUE	32	Superior completo	Contadora	Atleta	25 ANOS	Taquara
DACAR	40	Ensino fundamental	Operadora de caixa	Familiar	-	Três coresas
FLORENÇA	23	Ensino fundamental	Auxiliar de produção	Atleta	11 ANOS	Taquara
FRANKFURT	31	Ensino médio	Auxiliar de comunicação	Atleta	20 ANOS	Canela
JACARTA	23	Ensino fundamental	Autônoma	Atleta	13 ANOS	Parobé
JERUSALÉM	22	Médio completo	Empresária	Atleta	14 ANOS	Rolante
LIMA	27	Superior completo	Personal trainer	Atleta	15 ANOS	Taquara
LISBOA	32	Superior completo	Médica veterinária	Atleta	20 ANOS	Taquara
MOSCOU	40	Superior completo	Merendeira	Familiar	-	Taquara
PARIS	31	Superior incompleto	Artesã	Atleta	6 ANOS	Taquara
PORTO	35	Ensino médio	Operadora de caixa	Atleta	27 ANOS	Canela
TJUANA	26	Superior incompleto	Auxiliar administrativo	Atleta	12 ANOS	Taquara
TÓQUIO	37	Ensino médio	Gestora de qualidade	Atleta	27 ANOS	Taquara

Fonte: Elaborado pelo autor

Nossa pesquisa inicia com a pergunta que buscou saber se muitas meninas buscavam escolas para treinarem futebol ou futsal. Os resultados obtidos através do questionário mostraram que para 57,1% existe a procura mas não é com frequência, 42,9% afirmaram que constantemente existe a procura por parte de meninas.

O resultado apresentado evidencia o crescimento do número de meninas que desejam praticar futebol ou futsal, indo até centro de treinamentos e escolas

que ofertam estas modalidades.

Já quando questionados sobre quando uma menina entra para a escolinha, por quanto tempo ela costuma permanecer, 42,9% dos participantes da pesquisa afirmaram que quando uma menina entra na escolinha costuma ficar pelo período de um mês a três meses, 42,9% dos participantes da pesquisa afirmaram que quando uma menina entra na escolinha costuma ficar no período de três meses a um ano e apenas 14,3% informaram que elas permanecem por mais de um ano.

Com base nos dados obtidos, constatou-se que, embora haja a procura de meninas por escolas de futebol, a permanência das mesmas dentro destes espaços em sua grande maioria é de um curto prazo. Estes dados podem ser compreendidos mediante os resultados dos questionamentos que veremos logo abaixo, nos permitindo entender os fatores que desmotivam a continuidade das meninas em espaços de treinamento de futebol.

Ao serem questionados acerca de quem acompanha a menina quando a mesma procura escolas de futebol ou futsal, 42,9% responderam que pai e mãe acompanham a chegada até os espaços de treinamento, 28,6 % responderam que apenas o pai acompanha e a mesma porcentagem respondeu que apenas a mãe acompanha a menina quando ela entra para uma escolinha, não houve resposta apontando outro responsável acompanhando meninas ao entrarem para a escolinha.

Este resultado possibilita analisar que a inconstância na frequência de meninas em escolas de futebol não se deve ao fato da mesma não possuir suporte familiar, visto que a amostra aponta para uma constante procura, que em sua maioria é acompanhada por pai e mãe.

Quando questionados sobre a idade que as meninas possuem ao procurar escolinhas de futebol, em 42,9% dos casos as meninas possuem de 6 a 9 anos de idade, já em 28,6% dos casos a procura ocorre entre os 09 e 12 anos, mesma porcentagem que procura escolinhas de futebol e possui entre 12 e 15 anos. Em relação ao questionamento se, quando uma menina entra para a escolinha, ela geralmente possui noções básicas de fundamentos e técnicas de futebol e futsal, 57,1% dos participantes respondeu que geralmente meninas que procuram escolinhas não possuem nenhuma noção básica de Futebol ou Futsal, 42,9% possuem noções de forma superficial e não houve nenhuma resposta apontando para meninas que possuem grandes habilidades no futebol ou futsal ao procurarem escolinhas.

Com base nos dados obtidos, constatou-se que, embora haja a procura de meninas por escolas de futebol, a permanência das mesmas dentro destes espaços em sua grande maioria é de um curto prazo. Estes dados podem ser compreendidos mediante os resultados dos questionamentos que veremos logo abaixo, nos permitindo entender os fatores que desmotivam a continuidade das meninas em espaços de treinamento de futebol.

Ao serem questionados acerca de quem acompanha a menina quando a mesma procura escolas de futebol ou futsal, 42,9% responderam que pai e mãe acompanham a chegada até os espaços de treinamento, 28,6 % responderam que apenas o pai acompanha e a mesma porcentagem respondeu que apenas a mãe acompanha a menina quando ela entra para uma escolinha, não houve resposta apontando outro responsável acompanhando meninas ao entrarem para a escolinha.

Este resultado possibilita analisar que a inconstância na frequência de meninas em escolas de futebol não se deve ao fato da mesma não possuir suporte familiar, visto que a amostra aponta para uma constante procura, que em sua maioria é acompanhada por pai e mãe.

Quando questionados sobre a idade que as meninas possuem ao procurar escolinhas de futebol, em 42,9% dos casos as meninas possuem de 6 a 9 anos de idade, já em 28,6% dos casos a procura ocorre entre os 09 e 12 anos, mesma porcentagem que procura escolinhas de futebol e possui entre 12 e 15 anos

Com base na amostragem, pode-se relacionar os dados com os vistos anteriormente, onde parte das meninas são inseridas com meninos abaixo de sua idade, para que de certa forma haja equilíbrio entre meninos e meninas. Em contrapartida, ao serem inseridas em turmas de meninos abaixo de sua idade, as trocas sociais podem não corresponder suas expectativas, visto que não são inseridas em turmas que correspondam sua faixa etária.

Ao serem questionados sobre quando uma menina entra para a escolinha, se percebe rejeição ou algum tipo de preconceito por parte dos meninos, 85,7% responderam que não há nenhuma manifestação de preconceito, já 14,3% responderam que por parte dos meninos mais velhos há manifestação de preconceito.

Contudo, o esporte de alto rendimento requer investimento desde as categorias de base, para que na fase adulta seja possível atingir bons resultados como fruto de um processo formativo completo. Ou seja, não há altos investimentos na formação de base nem na categoria adulta, com equipes da elite do futebol brasileiro pagando atletas com ajuda de custos inferior a um salário mínimo (Alves; Barlem, 2023). É necessário a inversão desta ordem, havendo antes da exigência por desempenho um investimento forte na base a fim de formar atletas de alto nível e posteriormente garantir um salário que seja proporcional à dedicação e desempenho das atletas profissionais adultas.

Uma possibilidade para atrair o público para os jogos de futebol de mulheres, é colocar o futebol feminino como jogo preliminar das equipes masculinas, para que os clubes possam vender eventos em que os ingressos permitiriam assistir partidas do futebol feminino antes do início das partidas de futebol masculino, com o objetivo de familiarizar e vincular seus torcedores aos times de futebol de mulheres, podendo assim reverter os recursos para investir nas categorias

de base e profissional do futebol feminino.

3.3 Mulheres praticantes de futebol ou futsal e familiares de meninas que praticam futebol ou futsal

Das dezesseis participantes, quinze afirmam não acreditar que há qualquer tipo de influencia sexual em razão da pratica da modalidade, o que resulta em 93,7%. 62,5% das participantes acreditam existir espaço suficiente para meninas e mulheres que praticam Futebol e Futsal, já 37,5% consideram ser insuficiente a quantidade de espaços que ofertam futebol e futsal para meninas e mulheres.

A pergunta que buscou saber se a atleta ou os familiares assistiam a jogos de Futebol e/ou Futsal feminino, teve como resposta 56,3% assistem com frequência, 37,5% responderam que sempre assistem e 6,2 % responderam que raramente assistem. Considerando as duas alternativas mais votadas, foi possível constatar por parte das participantes da pesquisa que 93,8% das mesmas acompanham os jogos de futebol feminino.

Na pergunta que se referia a alguém da família praticar futebol e/ou futsal, 68,8% responderam que algum membro da família, que não era o pai ou a mãe, praticam o esporte. 12,5% afirmaram que o pai praticava futebol ou futsal, apenas 6,2% responderam que a mãe praticava a modalidade, porcentagem menor do que a encontrada na alternativa: ninguém da família pratica futebol ou futsal, que obteve 12,5% das escolhas das participantes.

Ao ser questionado se para a atleta ou para sua família fazia diferença jogar com homens/meninos, 68,8% responderam que não faz diferença, mas prefere jogar com meninas/mulheres, já 31,3% afirmaram que faz diferença, mas mesmo assim preferem jogar com meninas/mulheres. Havia outras duas alternativas, sendo estas: faz diferença, mas prefere jogar com homens/meninos e não faz diferença, mas prefere jogar com homens/meninos, contudo nenhuma das duas alternativas foi escolhida pelas participantes.

Ao serem perguntadas sobre qual é a maior dificuldade para as meninas e mulheres que jogam futebol e/ou futsal, AMSTERDÃ relata que no futebol e/ou futsal são inúmeras dificuldades que não tem como dizer qual é a maior. Ex: a valorização, o preconceito, chances de participação do esporte, família.

COPENHAGUE diz:

Falta de apoio e incentivo ao esporte, desde categorias de base até o profissional. Falta de escolinhas para meninas, falta de profissionais qualificados para atuar com o futebol feminino, falta de interesse e investimento, descaso dos clubes brasileiros (e digo aqui não só de grandes clubes, mas clubes de todas as cidades desse país, pequenos e grandes, deveriam ter times masculinos e femininos) Se fala muito em futebol feminino de uns anos pra cá, mas somente se fala porque agir realmente e fazer o futebol feminino acontecer, muito pouco.

Ao serem questionadas se a representação nas mídias, como transmissão

de jogos de futebol feminino na TV aberta, ajuda a promover o futebol feminino, todas foram unânimes em afirmar que ajuda a promover a modalidade.

COPENHAGUE acredita que ajuda a promover o futebol de mulheres e afirma:

Esse é o meio de divulgação com maior alcance ao público em geral. Porém a TV aberta divulga e transmite o futebol feminino somente em “momentos especiais” que são lucrativos para seus bolsos. Tem muito discurso de empoderamento do futebol/futsal feminino, mas na prática, o caminho na luta para ocupar esses espaços ainda é longo.

Quando questionadas sobre o que acreditavam que deveria ser feito para que as meninas e mulheres tenham mais espaço e não sofressem preconceito por jogarem futebol. As entrevistadas elencaram diversos fatores que julgavam ser determinantes para uma mudança de cenário no ambiente futebolístico.

Entre as respostas, TIJUANA afirma que *“devem existir mais incentivos , maior valorização e maior informação/conhecimento sobre o futebol feminino.* JACARTA, MOSCOU e PARIS também sustentam em suas respostas que ter maior incentivo é ponto chave para possibilitar que meninas e mulheres tenham mais espaço no futebol.

AMSTERDÃ, por sua vez, adota um posicionamento que confronta o discurso do futebol como algo para os homens, indo ao encontro do que diz Damo (2005) ao tratar o futebol como culturalmente masculino. Em parte de sua resposta, AMSTERDÃ cita que *“Devemos trocar o discurso de que futebol é coisa de meninos e que o futebol influencia na opção sexual. O esporte é para todos, e a opção sexual nasce com a gente e com o tempo vamos descobrindo o que somos”.*

ATENAS, BERLIM, COPENHAGUE e FLORENÇA trazem em suas respostas a necessidade de que haja mais projetos voltados para o futebol feminino, mais do que isso, sugerem que os mesmos sejam implantados não só nas grandes equipes, por obrigatoriedade junto as suas federações, mas em bairros e cidades do país, bem como o que já existe para o naipe masculino.

Sugerem ainda que os projetos atendam as categorias adultas, mas que também trabalhem com as categorias de base, atendendo desde cedo meninas que demonstram ter interesse no ingresso à modalidade. Como podemos verificar na íntegra das respostas, onde ATENAS diz *“Projetos implantados nas cidades, não só para adultas, mas também para que desde criança tenha uma base e vivência no esporte. Visibilidade nas mídias e apoio dos times masculinos para promover esta categoria.*

BERLIM relata que *“Aos poucos as mulheres estão ganhando espaço, tem uma questão cultural por trás disso, o machismo ainda está muito presente, já estão sendo feito mais projetos e criando mais visibilidade, acredito que estamos no caminho.”*

FLORENÇA, por sua vez, *“Acho que uma das ideias que o time da UTF de Taquara já faz, com a abertura da escolinha para as meninas, la podem aprender*

e jogar sem preconceitos. Deveria ter mais escolinhas femininas em outras cidades e divulgarem.”

Outro ponto citado pelas entrevistadas, foi a importância de maior divulgação do futebol de mulheres, não apenas nas representações nas grandes mídias, através por exemplo, da transmissão de jogos, algo cada vez mais comum em canais abertos no Brasil, mas também em veículos regionais e municipais, dando ao futebol de mulheres o mesmo espaço dado aos homens.

Esse fator apontado pelas entrevistadas pode ser visto em um trecho da resposta de JERUSALÉM *“No âmbito do futebol/futsal profissional, penso que deveria existir mais divulgação e transmissão dos jogos na tv aberta, pois assim o futebol feminino conseguiria, além do apoio do público, arrecadar mais dinheiro para investir nas meninas, deixando o futebol feminino cada vez mais bonito de se ver.”*

DACAR cita o respeito para com a escolha do próximo em praticar o esporte que desejar, afirmando que *“As pessoas tem que entender que o esporte é para todos.”* LIMA também sustenta a ideia de que é necessário uma mudança de comportamento, onde haja mais respeito, como podemos acompanhar em seu relato:

Acho que o futebol feminino deveria ter mais visibilidade, para assim ampliar as oportunidades dadas as meninas. Em relação aos preconceitos, é tudo questão de respeito ao próximo. Os clubes e organizações podem e devem fazer campanhas contra o preconceito, mas cada pessoa deve se conscientizar e entender que hoje em dia não existe mais espaço para isso, seja no futebol ou em qualquer lugar.

TÓQUIO e PARIS, citam o apoio da família como motivador para meninas e mulheres não abrirem mão do desejo de praticar futebol.

BERLIM e LISBOA demonstram otimismo com a evolução do futebol feminino, com quebra de algumas barreiras, com aumento de exposição do futebol de mulheres, transmissão de jogos e representatividade, como pode ser visto nestes trechos das suas entrevistas.

BERLIM fala que, *“Aos poucos as mulheres estão ganhando espaço, tem uma questão cultural por trás disso, o machismo ainda está muito presente, já estão sendo feito mais projetos e criando mais visibilidade, acredito que estamos no caminho.”*

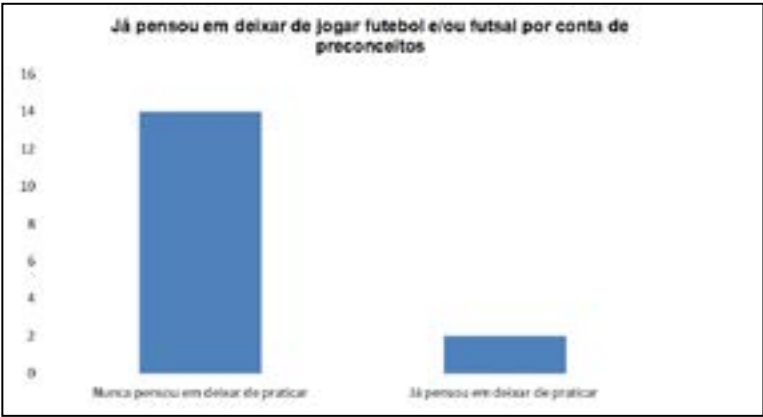
LISBOA *“As mudanças estão ocorrendo, aos poucos, mas hoje já estamos num patamar muito além daquilo que um dia pensamos que chegaríamos. Isso me deixa muito feliz!!! Creio que cada vez mais ganharemos espaço, e, quem sabe um dia, teremos igualdade de gênero em todos os aspectos!!!*

Na pergunta que buscou saber se já pensou em deixar de jogar futebol e/ou futsal por conta de preconceitos, AMSTERDÃ afirma que *“Jamais pensei parar por este motivo.”* ATENAS, BERLIM, JACARTA, JERUSALÉM, LIMA, MOSCOU, PARIS, PORTO reponderam que nunca pensaram em deixar de praticar a modalidade. (Figura 1).

COPENHAGUE relata *Não, nunca deixei e nem não vou deixar de praticar meu esporte favorito*” já para TÓQUIO o amor pela modalidade fala mais alta *“Não, meu amor pelo futsal é maior”*, FRANKFURT por sua vez, afirma que *“jamais, se não lutarmos por nossos direitos, seremos seres humanos incompletos”*.

LISBOA cita que o apoio da família foi fundamental para que não pensasse em deixar de praticar futebol ou futsal, quando diz *“Eu particularmente, não. Mas o que me fez seguir em frente, de cabeça erguida nas minhas escolhas, com certeza, foi o apoio de incentivo dos meus pais”*

Figura 1 - Pergunta parte do questionário/entrevista

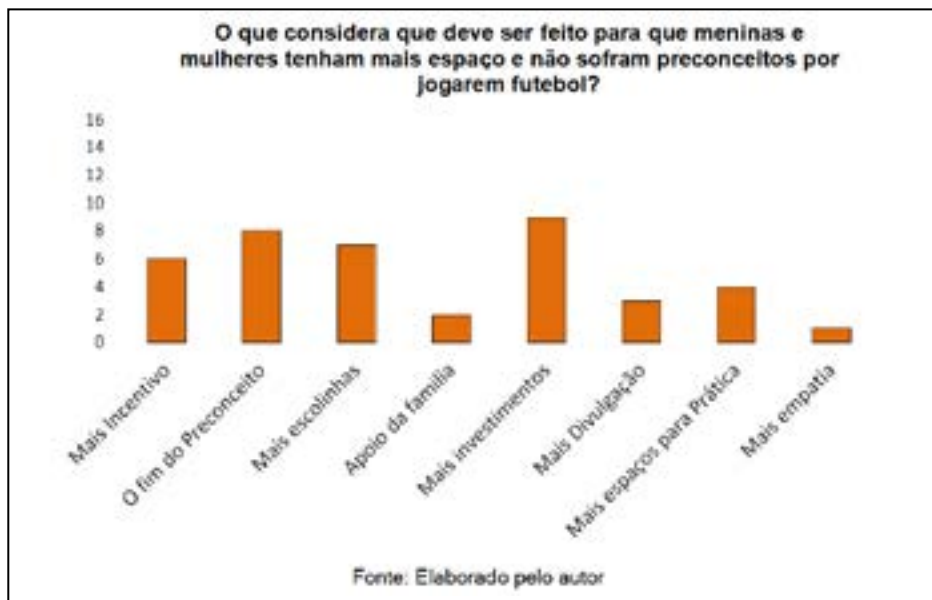


Fonte: Elaborado pelo autor

Os resultados revelam que meninas e mulheres que praticam futebol ou futsal ainda enfrentam uma série de dificuldades e limitações. A falta de apoio familiar, a ausência de espaços para prática da modalidade e o preconceito são barreiras ainda presentes no Futebol de mulheres.

Dentre as soluções sugeridas, foi possível verificar que grande parte das participantes considera o investimento no futebol feminino um caminho para mudança do cenário. O aumento de escolinhas de futebol e futsal para meninas é visto como possibilidade para evitar a evasão e o preconceito com meninas que desejam praticar futebol ou futsal (Figura 2).

Figura 2 - Sugestões indicadas pelas participantes



Fonte: Elaborado pelo autor

Deste modo os resultados obtidos apontam que 56,2% das participantes acreditam que para meninas e mulheres terem mais espaço e não sofrerem preconceitos por jogarem futebol deve se ter mais investimentos, enquanto 50% afirmam ser o fim do preconceito, 43,7% mais escolinhas, 37,5% mais incentivo, 25% mais espaços para prática, 18,7% mais divulgação, 12,5% apoio da família e para 6,3% o caminho é ter mais empatia.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O futebol, bem como futsal, são paixões da nação brasileira. Embora sejam esportes diferentes, são modalidades homogêneas e extremamente populares, com milhões de praticantes em nosso país.

Em um país que tem sua identidade atrelada ao futebol, é comum que existam muitos lugares ofertando a prática desta modalidade. Contudo, em se tratando de futebol praticado por mulheres, as ofertas não são as mesmas.

Futebol e futsal se assemelham em muitos aspectos, sendo que por vezes um torna-se complementar ao outro. Portanto, muitas escolas e centros de treinamento de futebol e futsal atuam ofertando vagas para crianças a partir de 4 anos.

Por ter se tornado um mercado lucrativo, o futebol passou a ser visto como negócio e gera diversos investimentos. Empresários garimpam atletas em potencial para terem a carreira agenciada, na expectativa de uma mudança de vida e de

encontrar um caminho mais curto para o sucesso e a independência financeira.

Porém, este estudo evidenciou que são restritos os espaços para meninas e mulheres praticarem futebol. Se para meninos e homens a oferta supre a demanda, dada a quantidade de quadras, espaços públicos, escolas e centros de treinamentos voltados a esta modalidade, no caso de meninas e mulheres praticantes de futebol a realidade é destoante.

No vale do Paranhana, região onde está situada a cidade de Taquara, há mais de vinte e cinco projetos que trabalham futebol ou futsal tendo como público alvo meninos. Número assustadoramente maior do que os projetos que tem como público alvo meninas, que dentre as seis cidade que compõe a região, constatou-se a existência de apenas dois projetos que objetivam o trabalho com meninas.

Para além da falta de oferta para meninas praticarem futebol, outra constatação é do preconceito estrutural a respeito de mulheres que jogam futebol. Mesmo tendo rompida a barreira de decretos e proibições legais que afastaram as mulheres da modalidade por longos anos, o preconceito segue sendo um entrave se manifestando transvestido de piadas e brincadeiras que rotulam meninas e mulheres que praticam futebol.

A procura de meninas por escolas e centros de treinamento de futebol, aumentou nos últimos anos. Não por acaso, coincide com o aumento da representatividade que o futebol de mulheres recebeu nos últimos anos das mídias tradicionais.

As transmissões do Campeonato Brasileiro Feminino, tendo mulheres representando os grandes clubes brasileiros de futebol masculino, e a transmissão da Copa do Mundo Feminina, competição que reúne as melhores jogadoras das melhores seleções do Futebol mundial, contribuíram para que mulheres recebessem apoio da torcida dos grandes clubes, que antes só tinham no naipe masculino a condição de torcer pelas suas equipes.

A popularização da modalidade leva meninas a buscarem espaços para jogarem, algumas na expectativa de se tornarem jogadoras profissionais, outras visando a prática por recreação. Contudo, este estudo revelou um alto índice de evasão por parte destas meninas, em razão da baixa existência de espaços voltados para prática do futebol de mulheres.

Se na fase da infância e adolescência meninas evadem por não encontrarem um ambiente para a prática de futebol e futsal, restou evidenciado que, enquanto adultas, não pensam em deixar de praticar a modalidade.

A ampla maioria das entrevistadas alega já ter sofrido algum tipo de preconceito, o mais comum deles diz respeito a orientação sexual. Manifestações preconceituosas comparando mulheres que tem boa desenvoltura na modalidade com homens e piadas insinuando que praticar futebol ou futsal fará com que se tornem homossexuais são refutadas pelos resultados dos questionários, que

apontam para uma expressiva maioria que nega a prática de futebol ou futsal tenha influenciado sua orientação sexual.

Com base nos resultados obtidos neste estudo, é possível apontar para algumas iniciativas a fim de contribuir para um cenário que proporcione maior equidade entre o futebol masculino e o futebol feminino.

Entre as possibilidades para alavancar o futebol de mulheres está a inclusão dos jogos femininos como preliminares aos jogos oficiais das equipes masculinas. Partindo do princípio que as equipes masculinas levam até o estádio seus torcedores nos dias de jogos, utilizar a mesma data para que possam assistir partidas de futebol feminino ajuda na vinculação da torcida com as equipes feminina, tornando possível nos grandes jogos que as equipes femininas venham a ter, como finais, o estádio cheio para prestigiar suas partidas.

Deste modo, gera renda para o clube investir em equipes mais competitivas, infraestrutura e suporte para que suas equipes femininas possam apresentar um espetáculo ainda mais atrativo ao público, justificando a venda de ingressos.

Importa ressaltar que o aumento de receitas permite aos gestores o investimento nas categorias de base feminina, a fim de proporcionar a formação de atletas dentro de seus próprios clubes, incentivando também o fomento aos espaços que tenham como público alvo o futebol feminino em categorias de base.

Estas iniciativas podem não resolver a totalidade dos problemas enfrentados por meninas e mulheres que praticam futebol ou futsal, mas visam minimizar algumas das dificuldades que são fruto de anos enfrentando limitações, proibições e preconceitos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Lacy Maria; CASADO, Irene Luciana, **Taquara de Tristão José Monteiro**. Taquara; Porto Alegre: Pratika; Palloti, 1986.

ALMEIDA, Marina Oliveira de. Do amadorismo à profissionalização: de 1930 até hoje. **Ludopédio**, São Paulo, v. 42, n. 8, 2012.

ALMEIDA, Caroline Soares. O Estatuto da FIFA e a igualdade de gênero no futebol: histórias e contextos do Futebol Feminino no Brasil. **FuLiA/UFGM**, v. 4, n. 1, p. 72- 87, 2019.

ALVES, Camila; BARLEM, Cíntia. **Orçamento específico, estrutura diferente: veja o que mudou nos times da A1 após regra no Brasileiro**. 2023. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/futebol-feminino/noticia/2023/03/17/orcamento-especifico-estrutura-diferente-veja-o-que-mudou-nos-times-da-a1-apos-regra-no-brasileiro.ghtml>. Acesso em: 07 fev. 2024..

BARROS, Paulo Heitor Leal. **O Mundo do Trabalho**. Das senzalas às atafonas: a memória do trabalho escravo e do negro liberto em Taquara. In: REINHEIMER, Dalva (Orgs.). Terra, gente e fé: aspectos históricos de Taquara do Mundo Novo. Taquara: FACCAT, 2005.p. 37-42

BEZERRA, Patrícia Rangel Moreira. **O Futebol Midiático**: Uma reflexão crítica sobre o jornalismo esportivo nos meios eletrônicos. Faculdade Cásper Líbero, Mestrado em Comunicação, São Paulo – 2008.

BRETAS, A. O football e a barbaria de atitudes a visão de Otto Prazeres em 1944. In: **Anais ... CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA. ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS, X**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

CALDAS, Waldenyr. **Pontapé inicial**: contribuição à memória do futebol brasileiro (1894-1933). 1989. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **A cultura do futebol**. NOGUEIRA, Armando et. al. 38 Técnicos: Deuses e Diabos da Terra do Futebol. São Paulo: Sesc, 2002.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. **Relatório e Gestão**. 2017. Disponível em: <https://portaldegovernanca.cbf.com.br/relatorio-gestao> Acesso em: 28 fev. 2024.

DARIDO, S. C. **Futebol feminino no Brasil**: do seu início à prática pedagógica. **Motriz**. Rio Claro, abr-ago/2002, v. 8 (2), p. 43-9.

FERRETTI, Marco Antônio de Carvalho et al. **O futebol feminino nos Jogos Olímpicos de Pequim**. Motriz: Revista de Educação Física (Online), v. 17, n. 1, p. 117- 127, 2011.

FRANZINI, Fábio. Futebol é” coisa para macho”? : Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. **Revista brasileira de história**, 2005, vol. 25, p. 315-328.

GALLUCCI, D.R. **Há quase 100 anos as brasileiras invadiram os gramados**. 2010. In: Brasil: Almanaque de Cultura Popular. Disponível em: <https://almanaquebrasil.com.br/files/curiosidades-esporte/6404-ha-quase-100-anos- as-brasileiras-invadiram-os-gramados/> Acesso em: 28 fev. 2024.

GOELLNER, S. V. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 143-151, 2005.

GUTERMAN, Marcos. **O futebol explica o Brasil**: uma história da maior expressão popular do país. Editora Contexto, 2013.

IANNI, F. **“O profissionalismo do futebol brasileiro: uma abordagem histórica.”** Universidade do Futebol. 2008. Disponível em: <http://universidadedofutebol.com.br/o-profissionalismo-do-futebolbrasileiro-uma-abordagem- historica> Acesso em: 10 fev. 2024.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** (PNAD). 2017. Disponível em: www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html Acesso em: 20 fev. 2024.

IBGE. Cidades: **Taquara**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/taquara> Acesso em: 28 fev. 2024.

KOPANAKIS, Annie Rangel; SILVA, Gustavo Renan de Almeida da; AIELLOVAISBERG, Tânia Maria José. **Impedimentos no país do futebol**. Revista Estudos Feministas, v. 29, 2021.

LOURO, Guacira Lopes. Olhares atrevidos: ensaios foucaultianos sobre Educação. **Educação & Realidade**, v. 21, n. 1, 1996.

LOURO, G.L. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: vozes, 1997.

MARTINS, Mariana Zuaneti; SILVA, Kerzia Railane Santos; VASQUEZ, Vitor. As mulheres e o país do futebol: intersecções de gênero, classe e raça no Brasil. **Movimento**, v. 27, 2021.

MOURÃO, Ludmila. Representação social da mulher brasileira nas atividades físico- desportivas: da segregação à democratização. **Movimento**, 2000, v. 6, no 13, p. 5-18.

MUSEU DO FUTEBOL. **Visibilidade para o Futebol Feminino**. 2018. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/story/7wWxL29yflWzIQ?hl=pt-BR> Acesso em: 28 fev. 2024.

NOVAIS, Mariana Cristina Borges et al. Treinadoras e auxiliares do futebol feminino no Brasil: subversão e resistência na liderança esportiva. **Movimento**, v. 27, pág. e27023, 2022.

PROCHNIK, L. O futebol na telinha: a relação entre o esporte mais popular do Brasil e a Mídia. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, XV, Vitória, 2010. **Anais ...** São Paulo: Intercom, 2010.

RIAL, Carmen. Women's. **Football in Brazil**: invisible but under pressure. Copenhagen: Sport as a Global Labor market; Male and Female athletes as migrants, 2010.

SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. **Revolução Vascaína**: a profissionalização do futebol e inserção sócio-econômica de negros e portugueses na cidade do Rio de Janeiro (1915-1934). 2010. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2010.

SOARES, A. J. G. al. **Jogadores de futebol no Brasil**: mercado, formação de atletas e escola. Revista Brasileira de Ciências do Esporte [online]. 2011, v. 33, n. 4.

SCOTT, J. O enigma da Igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 216, p.11-30, 2005.

SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. **Educação & realidade**. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99, 1995.

SOUZA, Juliana Sturmer Soares; KNIJNIK, Jorge Dorfman. A mulher invisível: gênero e esporte em um dos maiores jornais diários do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, 2007, v. 21, no 1, p. 35-48.

TELLES, Gabriela Pereira. País do futebol... feminino?: a (in) visibilidade das mulheres nas quatro linhas. **A (In) Visibilidade das Mulheres Nas Quatro Linhas**, v. 65, 2017.

VOSER, Rogério da Cunha et al. **Futebol**: História, técnica e treino de Goleiro. Porto Alegre: Edipucrs, 2010. 262p.

ODS 5 E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM TAQUARA, RS: PERCEPÇÕES DOS ATORES SOCIAIS E PROPOSTAS DE AÇÕES

Camila Paviani¹

Marcos Paulo Dhein Griebeler²

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A problemática da violência contra mulheres é um fenômeno global que não apenas afeta diretamente as mulheres, mas também reverbera em toda a comunidade onde estão inseridas. Na busca pela igualdade de gênero³ o Brasil ainda enfrenta muitos desafios. Segundo Louro (2001) e Gross (2013), mesmo após muitas lutas e conquistas, as mulheres ainda enfrentam a desigualdade salarial, a dupla jornada de trabalho e a limitação de oportunidades profissionais, que restringem sua autonomia e independência financeira. Além disso, os autores também destacam que as mulheres são frequentemente responsabilizadas pela família e pelo cuidado com os filhos, o que limita sua participação em outras esferas da vida social e política.

Com base nessas considerações, o estudo tem como objetivo geral analisar a percepção dos atores sociais acerca do enfrentamento da violência contra a mulher no município Taquara/RS e como objetivos específicos: a) Investigar a incidência e os diferentes tipos de violência contra mulheres no local estudado; b) Analisar as percepções dos atores sociais diretamente envolvidos no combate à violência contra a mulher, no município pesquisado; c) Oferecer ações que contribuam para efetivação da política pública de proteção à mulher nesta localidade.

Dessa forma, a pesquisa sobre violência contra as mulheres em Taquara pode contribuir para a construção de um conhecimento mais aprofundado sobre as particularidades desse problema na região, permitindo a identificação de fatores de risco e proteção específicos e o desenvolvimento de intervenções direcionadas às necessidades das mulheres locais.

1 Mestra em Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT – Taquara – RS – Brasil. E-mail: camilapaviani@faccat.br

2 Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT – Taquara – RS – Brasil. E-mail: marcosdhein@faccat.br

3 Importante destacar que na questão de Gênero: “mulher” é um termo que se refere a indivíduos que se identificam com o gênero feminino, geralmente associados ao sexo biológico feminino. No entanto, a definição de mulher não é estritamente biológica, pois também abrange aspectos de identidade de gênero e autopercepção, permitindo que pessoas transgênero, que não foram designadas como mulheres ao nascer, mas que se identificam como tal, sejam reconhecidas como mulheres.

O município de Taquara, no Rio Grande do Sul, apresenta um nível de desenvolvimento sustentável considerado baixo, com uma pontuação geral de 46,53 em 100 e uma classificação de 2.797 de 5.570 municípios. Em particular, o indicador do ODS 5, que se refere à igualdade de gênero, está alarmantemente baixo, refletindo a urgência de intervenções políticas e sociais para promover a equidade e o empoderamento das mulheres.

Ao estudar atos violentos direcionados às mulheres em Taquara, é possível avaliar as consequências e propor medidas para minimizá-las, gerando conhecimento local sobre o problema. Estas Informações podem ser utilizadas para desenvolver políticas e campanhas de prevenção específicas para esse tipo de violência. Além disso, a pesquisa pode ajudar a identificar quais grupos de mulheres são mais vulneráveis à violência e quais serviços e recursos são mais necessários para atender às suas necessidades.

A identificação das barreiras que impedem as mulheres de denunciar a violência e buscar ajuda são algumas das informações importantes para garantir que as políticas e os serviços locais sejam acessíveis e eficazes para todas as mulheres, independentemente de sua idade, etnia, religião ou orientação sexual.

Com base nisso, é importante questionar qual é a percepção dos atores sociais acerca do enfrentamento da violência contra a mulher em Taquara/RS? É preciso ouvir as vozes da rede de enfrentamento para que se possa construir políticas públicas efetivas e sensibilização a população sobre a importância de combater a violência contra as mulheres.

A estrutura desta pesquisa, além desta introdução, compreende uma seção dedicada à exploração do conceito de igualdade de gênero, seguida pela análise do desenvolvimento das políticas públicas de combate à violência contra a mulher no Brasil. Posteriormente, serão examinadas as implicações da Lei Maria da Penha na questão da violência contra a mulher. Por fim, serão apresentadas a análise dos dados coletados e as considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Igualdade de Gênero

A definição da Organização das Nações Unidas (ONU, 2021) para gênero abrange uma ampla gama de elementos, incluindo papéis, comportamentos, atividades e expectativas associadas a homens e mulheres. O termo transcende aspectos biológicos, concentrando-se na forma como a sociedade percebe e delimita as identidades e funções de gênero. A ONU, em consonância com seus compromissos globais, destaca a relevância de promover a igualdade de gênero e combater a discriminação de gênero como objetivos fundamentais.

A teoria feminista parte do pressuposto de uma identidade unificada na

categoria “mulheres”, essencial para seus objetivos políticos. No entanto, os termos “política” e “representação” são complexos. Representação é essencial para conceder visibilidade política às mulheres, mas também pode distorcer essa identidade. Assim, o feminismo tem em vista desenvolver uma linguagem que represente adequadamente as mulheres, dada a falta de representação ou representação inadequada que enfrentam culturalmente (Butler, 2018).

Gevehr, Facio e Carvalho (2021) comentam que é ainda muito recente as políticas públicas voltadas ao gênero feminino. Ou seja, os direitos ainda não são plenamente reconhecidos e legitimados, tanto pelo Estado quanto pela sociedade. A implementação de leis e a promoção da igualdade de gênero não garantem por si só a transformação social é preciso dar alguns passos que permitam a mudança cultural, a modificação de comportamentos e a redefinição da cultura machista que ainda prevalece na sociedade atual. As medidas que envolvem mudanças, principalmente no combate à violência contra as mulheres requer ações.

Nesse contexto, o Brasil se alinha com outros países na busca pelo desenvolvimento sustentável, conforme estabelecido na Agenda 2030 da ONU. A Agenda 2030 da ONU engloba três dimensões do desenvolvimento sustentável no mundo: econômica, social e ambiental, e inclui esforços para abordar questões como a violência de gênero e promover a igualdade de gênero, como parte dos esforços mais amplos para alcançar os ODS.

Agenda 2030 [s.d.], que foi elaborada pela ONU em um plano de ação global que evidencia 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), traz como uma das suas metas o alcance da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas (Agenda 2030, [s.d.]). Considerando o compromisso do Brasil com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, nota-se um esforço em direção à consecução da igualdade de gênero. O principal propósito é erradicar todas as formas de discriminação enfrentadas por mulheres e meninas.

Sen (2000) argumenta que a igualdade de gênero é crucial para o desenvolvimento humano e uma sociedade mais justa e próspera, promovendo oportunidades iguais e empoderamento das mulheres para superar a pobreza, melhorar a saúde e alcançar todo o potencial da sociedade. O autor destaca ainda a importância do acesso equitativo a recursos, educação e participação política das mulheres para o desenvolvimento econômico e social. Collares (2020) destaca que a educação, como ferramenta para promover a igualdade de gênero desde a infância, incentiva a desconstrução de estereótipos e a formação de uma consciência crítica sobre as desigualdades de gênero. Por isso, no próximo capítulo, será abordada a evolução de políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil.

2.2 A evolução de Políticas Públicas de enfrentamento à violência contra a mu-

lher no Brasil

Existem várias teorias e conceitos sobre o que é política pública, mas a mais conhecida é a de Laswell(1936) que define a política pública como decisões e análises que questionam quem ganha, o quê, por que, e que diferença faz? Indiferente às definições dadas para políticas públicas, o que importa é o olhar para o *locus* onde as decisões realmente ganham poder, ou seja, o governo. Uma visão holística do tema e uma percepção do que está em jogo, entender que o mais importante é a soma das partes e a diferença que das ações resulta em bem-estar aos indivíduos envolvidos (Souza, 2006).

Sousa *et al.* (2021) ressaltam a importância de se pensar em políticas públicas que considerem as diferentes formas de agressão contra a mulher, tais como a violência física, psicológica, sexual e patrimonial. Nesse sentido, os autores apontam a necessidade de aprimoramento das políticas públicas existentes, bem como da criação de novas políticas que atendam às especificidades de cada tipo de brutalidade.

O termo “política pública” tem como sua principal função analisar as ações governamentais dos Estados e traçar atividades que modifiquem e beneficiem o público-alvo com efetividade social. Já as ações resultantes dos governantes resultam em transferir recursos, mas que ao longo do processo se perdem em estruturas burocráticas e alimentam os interesses dos participantes dos serviços prestados (Lima, 2019).

A elaboração das políticas públicas se dá por meio de um esquema conhecido como ciclo que organiza as fases e as sequências interdependentes de uma política pública. Este encadeamento, de acordo com Secchi (2012), se restringe a 7 fases.

O autor comenta que o ciclo começa com a identificação do problema, onde as necessidades e demandas da sociedade são coletadas e analisadas, garantindo que as políticas sejam direcionadas às reais necessidades da população. Em seguida, ocorre a formulação da política, onde são desenvolvidas propostas, objetivos, estratégias e ações específicas para resolver os problemas identificados. A correta formulação garante clareza e alcançabilidade dos objetivos, aumentando a probabilidade de sucesso. Na etapa de tomada de decisão, as propostas são avaliadas e escolhidas pelos tomadores de decisão, como legisladores e executivos, baseando-se em critérios objetivos e considerações de impacto social, econômico e político (Secchi, 2012).

Após a decisão, a implementação da política mobiliza recursos, coordena ações e gerencia processos para colocar as políticas em prática. A eficiência nesta fase é essencial para alcançar os resultados desejados. A avaliação da política segue, medindo e avaliando a eficácia, coletando dados para determinar se os objetivos foram alcançados e se os problemas foram resolvidos. Esse feedback é fundamental para a prestação de contas e a melhoria contínua. Finalmente, na

revisão e ajustes, a política pode ser revisada e ajustada com base na avaliação, desenvolvendo novas estratégias para corrigir falhas ou melhorar os resultados, garantindo a adaptabilidade e resiliência das políticas públicas (Secchi, 2012).

A Constituição em 1988 estabeleceu o princípio da igualdade em direitos e deveres entre os gêneros e se assegurou a coibição da agressão: “O Estado assegura a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações” (Brasil, 1988).

Em setembro de 2006, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) entrou em vigor, sendo elaborada com base nos princípios da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. A Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA recomendou ao Brasil a adoção de várias medidas, incluindo a rápida e efetiva conclusão do processo penal contra o responsável pela agressão e tentativa de homicídio contra Maria da Penha Maia Fernandes. A Corte também solicitou uma investigação séria, imparcial e exaustiva para apurar responsabilidades pelas irregularidades e atrasos injustificados que impediram um processamento ágil e eficaz do caso, além de exigir que o Estado tomasse as medidas administrativas, legislativas e judiciais cabíveis. Adicionalmente, determinou que o Estado brasileiro assegurasse a Maria da Penha uma reparação simbólica e material. (Coelho et al., 2014).

As políticas de combate à violência contra as mulheres ocorreram em virtude das recomendações da Corte Interamericana, conhecida como Lei Maria da Penha, em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, uma mulher que lutou por justiça durante duas décadas após ser vítima de violência doméstica. Maria da Penha, com o auxílio de Organizações Não Governamentais, denunciou seu caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA), que pela primeira vez na história acolheu uma denúncia de agressão doméstica e garantiu a prisão do agressor em 2002. Este processo levou a OEA a condenar o Brasil por negligência e omissão em relação à violência doméstica, resultando na recomendação de criar uma legislação adequada a esse tipo de violência (Brasil, 2006).

2.3 O ciclo da violência doméstica contra a mulher

É fato que aspectos como atitudes de submissão, opressão e medo diante do poder patriarcal do agressor do sexo masculino deve ser considerado pelo profissional, por este motivo que Adriani (2019) ressalta que a rede de enfrentamento deve prezar por trabalhos articulados e afins de suprir as diversas demandas necessárias do gênero feminino. Belarmino (2020) também concorda que outro trabalho essencial é o do psicólogo que com uma boa formação permite o acolhimento com o primeiro contato de realidade e desta forma apontar as dificuldades que permeiam o trabalho social bem como a vida da mulher agredida.

A mulher que é vítima dessa agressão muitas vezes tende a aceitar e justifi-

car as ações do agressor, adiando a divulgação de suas angústias até que a situação se torne insuportável.

Para Hirigoyen (2006), na primeira fase, a violência surge devido às preocupações cotidianas do agressor, levando-o a descontar suas frustrações na parceira, criando um ambiente hostil e ameaçador. Isso pode se manifestar em agressões verbais, ameaças e até destruição de objetos, sem recorrer à brutalidade física.

No segundo estágio, ocorre a agressão física, que é resultado da tensão acumulada na fase anterior. Começa gradualmente com empurrões, torções nos braços e tapas, evoluindo para socos e até o uso de armas brancas ou de fogo. A terceira etapa é caracterizada pelo pedido de desculpas, na qual o agressor busca minimizar suas ações violentas, justificando seu comportamento com desculpas e argumentos, muitas vezes culpando a vítima para evitar se sentir responsável pela agressão cometida (Hirigoyen, 2006).

A quarta e última fase é chamada de reconciliação ou “lua de mel”. Neste momento, o agressor se mostra carinhoso e apaixonado, seduzindo a parceira e fazendo-a acreditar que ele mudou. Isso renova a esperança de um relacionamento livre de atrocidade, aumentando a tolerância da mulher à agressão (Hirigoyen, 2006). Diante destas constatações segue a metodologia do estudo.

3 METODOLOGIA

O presente estudo classifica-se quanto a sua abordagem como qualitativa, pois a intenção é analisar as interações e experiências de indivíduos que têm relação com o estudo Gil (2019). Desta forma, detalhando como se compreendem os alicerces do enfrentamento do abuso sofrido pelas mulheres no âmbito doméstico e familiar, sendo isso necessário para se alcançar os objetivos definidos para este trabalho.

Ainda com base em Gil (2019), a classificação desta pesquisa ora proposta está amparada em dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins o estudo foi relacionado a descritivo e exploratório; quanto aos meios, a pesquisa foi determinada como bibliográfica, documental e de campo. Bibliográfica, pois, através de investigações, os assuntos foram fundamentados com base teórica e metodológica: violência contra a mulher, ODS 5, alicerces do enfrentamento da agressão sofrida pelas mulheres no âmbito doméstico e familiar e a transformação cultural envolvendo políticas públicas.

Também foi instituída como de caráter documental em razão de fazer uso de dados disponíveis nos órgãos públicos ligados à proteção à mulher nos municípios a serem investigados. Caracteriza-se ainda como uma pesquisa de campo, com coleta de informações obtidas no local em que o fenômeno ocorre espontaneamente, mediante procedimentos como observação, a partir da aplicação de

métodos de entrevistas semiestruturadas.

No que diz respeito à população a ser selecionada, com base em Lakatos e Marconi (2017) é importante destacar que se trata de um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características em comum. Desse modo, a intenção foi entrevistar atores envolvidos no enfrentamento contra a violência ao gênero feminino, assim como representantes públicos do município de Taquara, sendo eles: Presidente do Conselho Municipal da Mulher (COMDM), Psicóloga do município, Coordenadora do Centro de Referência da Mulher (CRM), Delegado do município pesquisado, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Mulher, e oportunamente para dar mais ênfase e embasamento a pesquisa a entrevista da Prefeita do Município de Taquara/RS.

Para garantir o anonimato dos participantes nas entrevistas, foram utilizadas abreviações de nomes fictícios. Essa abordagem é essencial para assegurar a confidencialidade, o que, por sua vez, tende a proporcionar respostas mais honestas e detalhadas dos entrevistados, melhorando a qualidade dos dados coletados. A investigação foi executada através de uma pesquisa de campo consumada com visita aos sujeitos relevantes da pesquisa. Foi aplicado um instrumento de coleta de dados por meio de questões subjetivas, as quais fizeram parte da posterior etapa de análise, somada ao referencial teórico condizente com a pesquisa proposta.

O Universo da Pesquisa, segundo Gil (2019), é um conjunto de elementos que demonstram ter as mesmas características, já Lakatos e Marconi (2017) acreditam que o universo ou a população é um conjunto de pessoas que têm, ao menos, uma característica em comum. Haja vista que nem sempre se consegue pesquisar todo o conjunto se seleciona uma amostra dele.

A população amostral, ou amostra do estudo, é representada por um conjunto de critérios que fazem parte do universo escolhido, Lakatos e Marconi (2017). Estas amostras devem ser representativas para possibilitar a correlação entre os resultados do estudo. A amostra da presente pesquisa é a não probabilística do tipo intencional e por acessibilidade (Minayo, 2014).

A coleta de dados foi feita através de pesquisa de campo com visita aos atores da pesquisa com prévio agendamento. O instrumento de coleta de dados foi realizado através de entrevista do tipo semiestruturada. Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao entrevistado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à pesquisa. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (Gil, 2019).

O roteiro da entrevista foi do tipo focalizada, em que há um roteiro de tópicos relativos ao problema a ser estudado. Foram conduzidas as entrevistas semiestruturadas, nas quais foram formuladas 14 perguntas direcionadas à pre-

feita do município e 10 perguntas aos demais atores envolvidos. Estas entrevistas visaram obter uma compreensão aprofundada das percepções e experiências dos entrevistados em relação às políticas de gênero e às ações implementadas no âmbito municipal.

As entrevistas foram realizadas com os atores sociais , com a presidente do conselho municipal da mulher, responsável pelo atendimento da vítima com a psicóloga responsável pelo pronto atendimento no município, com a presidente da OAB mulher da comarca de Taquara, com a coordenadora do CRM, com o delegado e prefeita do município pesquisado.

Quadro x - Objetivos específicos e metodologia utilizada

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METODOLOGIA UTILIZADA
A) Identificar os crimes relacionados à violência contra a mulher com maior incidência nos municípios de Taquara/RS.	- Análise bibliográfica - Entrevistas semiestruturadas - Análise de documentos
B) Analisar as percepções dos atores sociais diretamente envolvidos no combate à violência contra a mulher em Taquara – Vale do Paranhana/RS.	- Entrevistas semiestruturadas com categorização de cada ator
C) Oferecer ações que contribuam para a efetivação da política pública de proteção à mulher no município pesquisado.	- Análise e discussão das entrevistas - Aplicação de questionários - Análise de documentos - Conjunção com respaldo bibliográfico

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A análise e interpretação de dados tem como base, principalmente, a exploração da soma de informações e representações sociais que o tema pretende investigar e para o processo da análise e interpretação dos dados ser realizado foi necessário a tabulação dos dados, por meios eletrônicos e a transcrição total dos dados coletados nas entrevistas.

Para a interpretação dos dados se utilizou também do embasamento teórico para construir uma relação teórico-empírica, por meio da revisão da literatura e análise das informações obtidas através da coleta de dados, a fim de comparação e embasamento dos resultados alcançados no estudo.

4 A PERCEPÇÃO DOS ATORES SOCIAIS ACERCA DO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO TAQUARA/RS

Para uma compreensão mais profunda da violência contra as mulheres no município de Taquara, foram ouvidos atores que trabalham no enfrentamento a hostilidade no município e que desempenham um papel crucial na transformação da realidade das vítimas, auxiliando-as na superação e na restauração de suas vidas. Entre esses atores, destaca-se a psicóloga A.B., do Centro de Referência da Mulher (CRM), que há um ano e oito meses dedica-se ao atendimento das vítimas de agressão. A.B. descreve seu trabalho como desafiador e gratificante, reconhecendo as dificuldades inerentes a essa função, mas também compreende profundamente o impacto positivo que ele tem na vida daqueles que buscam auxílio no Centro de Referência.

A psicóloga A.B. compartilhou sua perspectiva sobre trabalhar com a violência contra as mulheres, destacando uma mudança significativa em seu entendimento e abordagem. Anteriormente, seu contato com essa temática ocorria principalmente por meio de relatos de crianças e adolescentes que testemunhavam a agressão doméstica em suas famílias. No entanto, agora atuando diretamente com mulheres vítimas de brutalidade, ela reconhece que sua compreensão sobre o machismo e as relações de poder na sociedade ampliou-se consideravelmente.

Foi ouvida a Coordenadora do CRM – D.E, que trabalha nesta função há dez meses, ela expressou que percebe a diferença que faz na vida das mulheres, que as ajudá-las traz resultados, apesar de algumas vezes elas acabarem retornando às situações de violência. Ela mencionou que já realizava esse apoio informalmente antes de torná-lo uma profissão, através de grupos no Facebook e conversas com amigas. Mesmo trabalhando em uma área diferente anteriormente, ela sempre se dedicou a empoderar as mulheres, oferecendo informação e apoio. Para ela, ter a oportunidade de trabalhar profissionalmente nesse contexto é desafiador, mas também reconfortante, pois permite fazer uma diferença real na vida das mulheres.

Outra pessoa importante que foi apresentada a esta pesquisa é o Delegado de Polícia M.P. Para o ele, que tem treze anos de experiência na função, este trabalho também é desafiador. Uma coisa que ele percebe bastante é a situação das mulheres que denunciam e depois se arrependem. Elas acabam retornando, o que faz com que percam a credibilidade, principalmente porque há alternâncias frequentes entre denúncias e reconciliações. Ele ressalta a importância de acreditar nessas mulheres.

Para contribuir com pesquisa, outra pessoa que ajuda a compor a rede de enfrentamento no município de Taquara é a Representante da OAB Mulher, J.H., que preside há dois anos a Comissão da Mulher Advogada, onde desenvolve

projeto de acolhimento às vítimas de agressão doméstica. A atuação é focada principalmente no combate à violência. Para J.H., o município, enfrenta o desafio de ter pouca participação das advogadas nas atividades da OAB, então a atuação é mais direcionada a atendimento às vítimas da ferocidade contra as mulheres. A OAB do Rio Grande do Sul tem campanhas mais fortes voltadas para as mulheres advogadas, enquanto nossa ênfase aqui foi na agressão doméstica, que é onde pode-se realmente fazer a diferença.

E.M., presidente do Conselho Municipal da Mulher (COMDM), destaca que, após um ano à frente do conselho, o trabalho de enfrentamento à violência contra as mulheres permanece desafiador e lento. Ela ressalta que enfrenta muitas dificuldades devido à falta de dados concretos e à incerteza sobre por onde começar. Para E.M. presidente do Conselho Municipal da Mulher (COMDM) é complicado encontrar as pessoas certas para participar, aquelas que realmente são engajadas e dispostas, já que não há remuneração envolvida e é preciso realmente querer fazer a diferença. E.M. comenta que o Conselho foi criado para estabelecer redes de apoio, como a delegacia e a casa da mulher, onde as vítimas podem buscar ajuda e proteção após o ocorrido. O objetivo do (COMDM) é ter um controle sobre essas situações, saber para onde as mulheres estão indo, se estão deixando suas casas com os filhos e como pode-se oferecer assistência. Também buscar garantir que a lei Maria da Penha seja aplicada e que as vítimas recebam o suporte necessário. No entanto, no momento, está enfrentando algumas dificuldades e o trabalho está parado devido às demandas de todos os envolvidos.

Um ator influente na rede de enfrentamento à violência contra a mulher é a Prefeita S.R., que está há três anos e meio no cargo. Ela começou sua atuação em 2013, quando assumiu o Poder Legislativo e estabeleceu uma parceria próxima com a juíza Luciana Barcellos, responsável pela Vara da Família. A juíza solicitou a atenção da Prefeita para a criação de um local de acolhimento para mulheres vítimas de atrocidade, especialmente nos finais de semana, quando os casos tendem a aumentar devido ao uso de drogas e álcool. Desde então, a Prefeita tem trabalhado para enfrentar esse problema, mesmo durante seu período como vereadora, quando não tinha autoridade para deliberar sobre o assunto. Durante a pandemia, a violência contra a mulher aumentou não apenas na zona urbana, mas também na zona rural, e a Prefeita se comprometeu a tomar medidas para combater esse problema.

Segundo a Prefeitura Municipal de Taquara (2023), o município passou por diversas fases ao longo dos anos, começando com a agropecuária e destaque para culturas como feijão, milho, cana-de-açúcar e mandioca. A chegada da ferrovia em 1903 contribuiu para o desenvolvimento da cidade, tornando Taquara um dos maiores produtores de feijão preto do Estado. A partir de 1950, a produção de calçados ganhou relevância na economia local, sendo em grande

parte destinada à exportação. A economia de Taquara abrange diversas áreas, incluindo indústrias calçadistas, beneficiamento de madeira, produtos químicos, metalúrgicos, eletrônicos e alimentos, além de um comércio variado.

O município de Taquara (RS) contabilizou uma população de 53.242 habitantes no Censo de 2022, indicando uma redução de -2,47% em comparação com o Censo de 2010, segundo informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desse total, 25.833 são homens (48,52%) e 27.409 são mulheres (51,48%). No estado do Rio Grande do Sul, a população atingiu 10.880.506, representando um acréscimo de 1,74% em relação ao Censo anterior.

Com 143 ocorrências de ameaças e 109 casos de lesão corporal ao longo do ano, tabela 1, torna-se evidente a urgência de medidas para garantir a segurança e proteção das mulheres, além da necessidade de promover uma cultura de respeito e igualdade de gênero na comunidade. Essa análise serve como ponto de partida para a formulação de políticas e ações direcionadas à prevenção e combate à violência contra a mulher, visando garantir o pleno exercício dos direitos e a dignidade das mulheres em Taquara/RS.

Em conversa com Prefeita S.R ela aborda a percepção errônea das vítimas sobre o abuso, muitas vezes justificada como “o jeito dele”, e a complexidade da situação, especialmente quando há dependência financeira e crianças envolvidas. A prefeita ressalta a necessidade de campanhas e palestras para conscientizar a população e incentivar a participação ativa da comunidade na prevenção do maltrato contra mulheres. Ambas as falas evidenciam a importância de um olhar atento e de medidas preventivas para interromper o ciclo de violência e garantir o bem-estar das vítimas.

Os depoimentos coletados de diversos atores sociais em Taquara/RS, revelam percepções distintas, mas convergentes em alguns pontos críticos sobre o enfrentamento da violência contra as mulheres no município. Presidente OAB J.H observa que, embora tenham ocorrido avanços com a criação do Centro de Referência da Mulher (CRM), ainda há muito a ser feito. Ela critica a influência política nas políticas públicas, o que impede a plena implementação de medidas previstas em lei desde 2006. A fala de J.H sugere que, apesar dos progressos, a resposta institucional à violência contra as mulheres permanece insuficiente.

O delegado M.P, com uma perspectiva prática e de curto prazo, destaca melhorias perceptíveis no último ano, principalmente devido ao fortalecimento da rede de apoio entre diferentes órgãos e instituições. No entanto, ele reconhece as limitações estruturais e a necessidade de apoio multidisciplinar para oferecer um suporte mais abrangente às vítimas. A visão do delegado é otimista quanto ao progresso recente, mas também sublinha a necessidade de recursos e apoio contínuo para sustentar esses avanços.

Outros depoimentos, como o de Coordenadora do CRM, D.E reforçam a

ideia de que há uma discrepância entre o discurso e a ação. Ela menciona iniciativas legislativas locais que buscam proteger as mulheres em ambientes de entretenimento noturno, mas critica a falta de ênfase e o impacto limitado dessas ações. A presidente do COMDM, E.M. compartilha uma visão mais pessimista, apontando a relutância da sociedade e das próprias vítimas em discutir e expor a agressão, o que contribui para a percepção de que o problema é minimizado.

A prefeita destaca os esforços contínuos para melhorar a infraestrutura de apoio às mulheres, como a tentativa de estabelecer uma Delegacia de Pronto Atendimento para a Mulher. Ela menciona o apoio político necessário para alcançar esses objetivos, indicando que a colaboração entre diferentes níveis de governo é crucial para enfrentar efetivamente a violência contra as mulheres.

As falas das entrevistadas revelam um panorama complexo e multifacetado da percepção da violência contra a mulher em Taquara-RS. Apesar dos avanços conquistados, ainda há um longo caminho a ser percorrido para garantir a segurança e o bem-estar das mulheres. A superação desse desafio exigirá um esforço conjunto de diferentes setores da sociedade, incluindo governos, instituições, movimentos sociais e a própria população.

Os depoimentos coletados revelam um consenso de que houve avanços na proteção das mulheres em Taquara, RS, mas esses avanços são considerados insuficientes. A criação do Centro de Referência da Mulher é destacada como um marco positivo, mas é mencionado que ainda há muitos aspectos das leis que não foram plenamente implementados. Além disso, todos os participantes concordam que a violência contra as mulheres ainda é um problema significativo na comunidade, necessitando de mais recursos e apoio para ser enfrentado de maneira eficaz. A colaboração entre diferentes instituições e a rede de apoio são vistas como cruciais para lidar com essa questão.

Outro ponto comum nas falas é a influência das políticas públicas e a necessidade de maior apoio governamental. Os entrevistados reconhecem que a vontade política e a ação efetiva dos governos estadual e municipal são essenciais para a implementação das medidas de proteção previstas em lei. A limitação de recursos e pessoal é uma barreira apontada por todos, reforçando a necessidade de um esforço conjunto e coordenado para melhorar a resposta à violência contra as mulheres. A percepção geral é de que, apesar dos desafios, há uma base de progresso que pode ser expandida com um maior compromisso político e social.

As diferenças nas opiniões são notáveis em relação à visão sobre o progresso e a eficácia das ações atuais. Alguns entrevistados expressam uma visão crítica, argumentando que, embora tenha havido avanços, muitos aspectos das leis ainda não foram implementados de forma prática. Eles destacam que a influência político-partidária frequentemente impede o progresso e que a retórica não se traduz em ação efetiva. Em contraste, outros têm uma perspectiva mais otimista, reconhecendo as limitações, mas vendo melhorias e destacando a im-

portância da rede de apoio e da colaboração interinstitucional como pontos fortes que têm proporcionado avanços.

Outra diferença significativa está no foco das ações específicas sugeridas. Alguns participantes concentram-se na necessidade de implementar leis já existentes e melhorar a infraestrutura, como a criação de uma Delegacia de Pronto Atendimento para Mulheres, para fornecer um suporte mais direto e especializado. Outros enfatizam a importância de novas legislações e políticas para abordar situações específicas, como a agressão em ambientes noturnos e a necessidade de acolhimento imediato para as vítimas nesses contextos. Além disso, há uma diferença na percepção da eficácia das políticas atuais, com algumas falas expressando frustração pela lentidão e pela falta de ação concreta, enquanto outras reconhecem a boa vontade e os esforços contínuos, apesar das limitações.

A abordagem da agressão contra as mulheres é influenciada por diversos fatores, como discutido por Santos (2015), os quais estão intrinsecamente ligados à estrutura e operação das redes de apoio disponíveis. Estes elementos compreendem a organização dos serviços, sua posição institucional, as atribuições atribuídas, a formação dos profissionais, as diferentes perspectivas sobre o tema da violência e as parcerias estabelecidas com outras entidades que integram a rede de combate à atrocidade de gênero.

Apesar dos profissionais considerarem a importância de acolher as vítimas, enfrentam desafios significativos devido à falta de formação e apoio adequado. A fim de aprimorar a implementação da política pública em Taquara/RS, é crucial abordar os desafios enfrentados e oferecer ações viáveis que possam fortalecer a rede de atendimento e suporte às vítimas.

4.1 Desafios e possibilidades: Ações que podem contribuir para efetivação da política pública com relação a Violência contra mulher em Taquara /RS

O debate sobre o trabalho em rede através das políticas públicas tem ganhado cada vez mais destaque, com suas raízes estabelecidas na Constituição Federal de 1988 e reforçadas pelas legislações orgânicas de Saúde e assistência social. No contexto da violência contra a mulher, Peraro, Silva e Cramolichi (2019) compreendem que a colaboração em rede é fundamental para a articulação, integralidade e planejamento de ações conjuntas entre diversas áreas, visando garantir direitos e proteção efetiva. A garantia de direitos, especialmente em situações de maltrato, exige uma abordagem contínua e integrada.

Com base nos relatos dos participantes da pesquisa ligados ao enfrentamento da violência contra as mulheres no município de Taquara/RS, nos questionários respondidos pelos atores sociais, bem como nos dados secundários de pesquisa utilizados neste estudo, foi possível atingir o objetivo específico: (c) Oferecer ações que contribuam para efetivação da política pública de pro-

teção à mulher no município pesquisado.

Apesar da criação de diversas leis federais, estaduais e municipais voltadas à proteção das mulheres e ao combate à violência de gênero, observa-se uma significativa lacuna entre a legislação e sua efetiva implementação. Leis como a Maria da Penha (Lei 11.340/2006) e a do Feminicídio (Lei 13.104/2015) são marcos importantes que estabeleceram penas mais rígidas e criaram medidas de proteção para as mulheres, respectivamente. No entanto, a precariedade na aplicação dessas leis é evidente. Muitos municípios, inclusive Taquara/RS, carecem de estruturas adequadas e recursos suficientes para cumprir plenamente essas normas.

Taquara, no Rio Grande do Sul, enfrenta desafios significativos em relação aos indicadores do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5), que visa alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. De acordo com os dados do IBGE/Censo Demográfico de 2010, 18,18% das mulheres jovens de 15 a 24 anos não estudam nem trabalham, um valor que, embora melhor que a referência estabelecida, ainda reflete uma vulnerabilidade significativa nessa faixa etária. Além disso, a presença de vereadoras na Câmara Municipal, com um percentual de 20% em 2020, demonstra grandes desafios em termos de representação política feminina. Em 2010, a diferença percentual entre jovens mulheres e homens que não estudam nem trabalham era de 10,36%, indicando desafios notáveis em termos de igualdade de oportunidades. A razão do rendimento médio real das mulheres sobre os homens era de 0,62, muito abaixo do limiar desejado de 0,9, revelando uma disparidade salarial considerável. Por fim, a taxa de feminicídio em 2021 foi de 3,41 por 100 mil mulheres, muito acima do limiar verde de 1, destacando a gravidade da violência de gênero no município. Esses dados enfatizam a necessidade urgente de políticas públicas eficazes para enfrentar a violência contra as mulheres e promover a igualdade de gênero em Taquara.

A violência contra a mulher, realidade brutal e inaceitável, configura-se como um desafio persistente na sociedade brasileira. Taquara/RS, como microcosmo dessa realidade, não foge à triste estatística. Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul (RS, 2023), em 2022, o município registrou um aumento de 20% nos casos de agressão doméstica contra a mulher em comparação com o ano anterior. Diante desse cenário, as políticas públicas assumem papel fundamental no combate à violência e na garantia dos direitos das mulheres. A efetivação dessas políticas, no entanto, enfrenta diversos desafios, exigindo reflexões críticas e ações propositivas.

A ausência de delegacias especializadas em muitas localidades e a falta de capacitação contínua dos profissionais da segurança pública e da justiça são exemplos concretos dessa defasagem. Além disso, iniciativas como a Casa da Mulher Brasileira ainda não estão presentes em todas as capitais, limitando o

alcance das políticas de acolhimento e apoio integral às vítimas (Peraro; Silva; Cramolichi, 2019).

As leis municipais em Taquara, embora representem um avanço ao instituir conselhos, protocolos e centros de referência, não conseguem, por si só, suprir todas as necessidades de proteção e assistência às mulheres. A criação de leis como a que institui o protocolo “Todos pelas Mulheres” (Lei Ordinária 6827/2023) e a Coordenadoria Especial de Políticas para Mulheres (Lei Ordinária 6359/2020) são passos importantes, mas ainda insuficientes (Taquara, 2020; Taquara, 2023).

Diante disso, foi realizada uma análise da Resposta da Prefeita sobre a Cooperação entre a Prefeitura e outros entes Federativos na Gestão de Redes de Enfrentamento à Violência contra a Mulher: A prefeita destacou que as redes de enfrentamento estão enfraquecidas, indicando uma necessidade urgente de fortalecimento. Apesar disso, ela apontou que existe uma colaboração pontual e direta entre a prefeitura, a Brigada Militar e a Polícia Civil. Esse trabalho de cooperação envolve conversas e ações conjuntas para tratar de situações específicas, evidenciando uma comunicação ativa e uma parceria em casos pontuais.

Como pontos positivos percebeu que a prefeita entende que há um relacionamento de cooperação direta com a Brigada Militar e a Polícia Civil. Isso indica que, em situações emergenciais ou pontuais, há um esforço conjunto para resolver os problemas de forma eficaz. Outro ponto é a referência ao socorro mútuo entre as instituições o que mostra um reconhecimento da interdependência e da necessidade de apoio colaborativo para enfrentar a violência contra a mulher.

De pontos a melhorar pode-se citar o fortalecimento das Redes de Enfrentamento, pois a prefeita admitiu que o trabalho em rede está enfraquecido. Isso sugere que, embora existam esforços colaborativos, eles não são suficientemente robustos ou sistemáticos para enfrentar o problema de forma abrangente. Existe uma necessidade de estratégias sustentáveis uma cooperação estruturada. Isso pode envolver a criação de protocolos de ação conjunta, formação continuada dos profissionais envolvidos, e o desenvolvimento de políticas públicas que incentivem e facilitem essa cooperação.

Entende-se que existem oportunidades para o fortalecimento, apostando em formação e capacitação, investir na formação e capacitação contínua dos profissionais que atuam na rede de enfrentamento, incluindo policiais, assistentes sociais, e outros agentes comunitários, pode criar uma base mais sólida para a cooperação. Como ponto de relevância pode-se citar protocolos de ação, ou seja, desenvolver e implementar protocolos claros e sistematizados de ação conjunta entre a prefeitura e outros entes federativos pode garantir respostas mais rápidas e eficazes. Uma infraestrutura de comunicação entre as diferentes entidades pode facilitar a troca de informações e a coordenação de ações, contribuindo para um enfrentamento mais coeso e eficiente.

Envolver a comunidade em iniciativas de prevenção e combate à violência contra a mulher pode fortalecer a rede de apoio local, criando um ambiente mais seguro e solidário para as vítimas. Desta forma, embora haja uma colaboração pontual e direta entre a prefeitura e outras instituições, a rede de enfrentamento à violência contra a mulher necessita de um fortalecimento significativo para ser mais eficaz. Investir em capacitação, criar protocolos claros, melhorar a comunicação e envolver a comunidade são passos essenciais para alcançar esse objetivo.

A falta de uma rede robusta e integrada de serviços de atendimento, a escassez de campanhas educativas efetivas e o subfinanciamento crônico de programas de apoio refletem uma gestão pública que não prioriza adequadamente a questão da brutalidade contra a mulher. É crucial que tanto o governo federal quanto os estaduais e municipais invistam mais recursos e esforços na criação de políticas públicas que vão além da legislação, abrangendo ações de prevenção, educação e suporte contínuo às vítimas, para transformar o cenário de violência de forma mais abrangente e efetiva.

A prefeita de Taquara destacou ainda que foi realizado um investimento no Centro de Referência da Mulher (CRM) como uma estratégia central para combater a violência contra a mulher no município. O fortalecimento do CRM visa aumentar a sensibilização e fornecer recursos que ajudem as mulheres a se protegerem da agressão. No entanto, a prefeita enfatizou a necessidade de uma colaboração mais robusta com outras entidades públicas, especialmente as polícias, para garantir a eficácia dessas iniciativas.

A falta de investimento adequado em segurança para as mulheres é apontada como um obstáculo significativo, tornando claro que, sem a participação ativa e o apoio das forças de segurança, os esforços da prefeitura não podem alcançar os resultados desejados. Embora haja um compromisso evidente com a causa, há uma necessidade urgente de fortalecer a cooperação interinstitucional e garantir maiores investimentos em segurança para que as ações de combate à violência contra a mulher sejam mais eficazes e abrangentes.

A partir dessas análises, foram sugeridas ações como a implementação de um sistema integrado de dados, fortalecimento do Centro de Referência da Mulher, campanhas de conscientização e aumento do efetivo da Polícia Civil, que visam garantir uma resposta mais eficaz e integrada no combate à brutalidade contra a mulher em Taquara/RS. Deste modo, têm-se a seguir as considerações finais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revelou um panorama preocupante, com um aumento nas ocorrências de ameaças, estupros e lesões corporais entre os anos de 2021 e 2023 o que contemplou o objetivo específico (a) que teve como foco, investigar a in-

cidência e os diferentes tipos de violência contra mulheres em Taquara/RS; o estudo também considerou o objetivo específico (b) como alcançado, pois, foi analisado as percepções dos atores sociais diretamente envolvidos no combate à brutalidade contra a mulher, no município pesquisado e diante disso, enfatizou as concepções dos diversos atores sociais envolvidos no enfrentamento da violência contra a mulher em Taquara/RS.

Para tanto a pesquisa constatou que a Presidente da OAB Mulher reconhece melhorias, mas destaca a necessidade de ações mais efetivas. Enquanto o Delegado, ressalta a importância de iniciativas multidisciplinares para garantir o amparo integral às vítimas. Já de outra parte, a Prefeita, relata que busca apoio do governo estadual para viabilizar a delegacia especializada no município. Na narrativa da Presidente do COMDM se enfatizou a necessidade de ações que combatam a culpabilização das vítimas. E por sua vez, a Coordenadora do CRM, junto com a psicóloga do município, lamentou a resistência de alguns setores em se associar ao feminismo. Esses depoimentos evidenciam avanços importantes, mas também revelam desafios significativos, como a falta de recursos humanos, a necessidade de uma atuação mais efetiva e a importância de uma colaboração interinstitucional no município de Taquara/RS.

A análise dos dados evidenciou a necessidade urgente de fortalecer a rede de apoio e melhorar a capacitação dos profissionais que atuam nessa área. Ao investir nessas áreas de pesquisa e ação, entende-se que é possível promover um futuro onde todas as mulheres possam viver com segurança, respeito e dignidade, livre da violência. Considera-se que essas medidas visem garantir uma resposta mais eficaz e integrada, promovendo a proteção e o bem-estar das mulheres, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a construção de uma sociedade mais justa e segura, alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Ao contemplar o objetivo específico (c), que visava oferecer ações que contribuam para a efetivação da política pública de proteção à mulher no município pesquisado, foram sugeridas iniciativas abrangentes e coordenadas. Estas incluem a implementação de um sistema integrado de dados para monitoramento contínuo dos casos de violência, o fortalecimento e expansão do Centro de Referência à Mulher (CRM), e o desenvolvimento de campanhas de sensibilização para incentivar a denúncia. A criação de comitês interinstitucionais para coordenar ações, a capacitação contínua dos profissionais envolvidos e o aumento do efetivo da Polícia Civil entende-se como essenciais.

Além disso, é fundamental estabelecer parcerias com universidades para programas de estágio, priorizar a contratação de profissionais com perfil adequado, e buscar apoio estadual e federal para financiamento. A implementação de tecnologias para gestão de casos, a cooperação com outras entidades, programas de apoio psicológico, e a realização de campanhas de sensibilização para profis-

sionais de diversos órgãos também são cruciais. Garantir a infraestrutura adequada nas delegacias, simplificar processos burocráticos, promover uma cultura de respeito e empatia são medidas sugeridas como indispensáveis para melhorar o atendimento e proteção das vítimas de violência doméstica.

Por fim, investir nessas áreas de pesquisa permitirá aprofundar o conhecimento sobre a violência contra a mulher, subsidiando a formulação de políticas públicas mais eficazes para a prevenção e combate desse grave problema social.

REFERÊNCIAS

ADRIANI, D., Karina. **A rede de enfrentamento de violência contra mulher:** a percepção de profissionais acerca das ações desenvolvidas. 2019. 133 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Saúde Mental e Atenção Psicossocial, Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/215038/PPSM0056-D.pdf?se=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 out. 2022.

BELARMINO, V. H. *et al.* Reflexões sobre Práticas e Cotidiano Institucional na Rede de Proteção à Mulher. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, 10 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.340.** 2006. Disponível em: <http://www.mulheresdireitos.org.br/publicacoes/LMP_web.pdf>. Acesso em 05 out. 2023

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

COLLARES, Cecília. **Educação e igualdade de gênero:** Desafios contemporâneos. São Paulo: Contexto, 2020.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Relatório Nº 54/01: Caso N. 12.051 - Maria Da Penha Maia Fernandes, 2001.

GEVEHR, Daniel Luciano; FACIO, Mônica; CARVALHO, Ramão Edonil Dauinheimer de. A luta pela equidade de gênero: o pioneirismo gaúcho pela visibilidade das mulheres e o combate à violência de gênero. *In:* Marlise Regina Meyrer, Mônica Karawejczyk. (Org.). **Narrativas de gênero:** as várias faces dos estudos de gênero. 01. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GROSS, Socorro. **Mulheres em situação de violência**: a construção da subjetividade feminina em processos de ajuda mútua. São Paulo: Annablume, 2013

HIRIGOYEN, Marie-France. **A violência no casal**: da coação psicológica à agressão física. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Ciclo da violência**. 2018. Disponível em: Ciclo da violência - Instituto Maria da Penha. Acesso em: 03 de dez. 2022.

LASWELL Laswell, H.D. *Politics: Who Gets What, When, How*. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

LAKATOS, E. M.; Marconi, M. **A Metodologia do trabalho científico**: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIMA, M.; MACIEL, s. L.; PAZOLINI, M. Políticas de Estado versus Políticas de Governo. **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 4, n. 6, p. 69–84, 30 jun. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pósestruturalista. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria C. S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável** | As Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-odesenvolvimento-sustentavel>>. Acesso em: 25 abr. 2023.

PERARO, Ana Joice da Silva; SILVA, Marusa Fernandes da; CRAMOLICHI, Richardson. **Violência contra a mulher e as políticas públicas**: desafios do trabalho intersetorial na perspectiva da garantia de direitos. In: 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: “40 anos da ‘Virada’ do Serviço Social”, Brasília, DF, Brasil, 30 de outubro a 3 de novembro de 2019.

SANTOS, C. M. Curto-circuito, falta de linha ou na linha? Redes de enfrentamento à violência contra mulheres em São Paulo. **Estudos Feministas**, v. 23, n. 2, p: 577-600, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/GmQ6rgnWCrhfFRHFgRxXCmL/?format=html&lang=p>> Acesso: 14 abr. 2024.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SEN, Amartya **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUSA, M. C. M. *et al.* Políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher: avanços e desafios. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 9, n. 1, p. 28-50, 2021.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. **Sociologias**, n. 16, p. 20– 45, dez. 2006.

TAQUARA. **Conheça Taquara**. Disponível em: <<https://taquara.rs.gov.br/conheca-taquara>>. Acesso em: 12 maio 2023.

TAQUARA. **Leis de Taquara/RS**. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/4283/leis-de-Taquara?q=MULHER&page=4&types=28&types=4>>. Acesso em: 17 maio 2024

VULNERABILIDADE SOCIAL: UMA ANÁLISE SOBRE A PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE TAQUARA/RS

Caroline Britto da Silva Silveira¹
Dilani Bassan²

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Brasil é um país bastante diverso, o que faz cada região ter sua identidade e suas particularidades. As cinco regiões do Brasil, Nordeste, Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul possuem características plurais em relação ao clima, a vegetação, a densidade demográfica e sobretudo, no que concerne aos fatores socioeconômicos existentes. Em síntese, esse rol de atributos faz com que cada uma das regiões brasileiras deva ser analisada conforme suas especificidades.

Assim, há diversos desafios a serem superados, em sua maioria dificuldades complexas, porém, interconectadas: por exemplo, as altas taxas de juros, a desigualdade social, o desemprego, a precarização do trabalho, dificuldades de acesso à moradia, os preconceitos de classe, cor e gênero, entre outras. Essas expressões da desigualdade resultam em problemas enfrentados de longa data no país, acerca dos quais têm-se investido capital humano e financeiro, a fim de superá-los.

Nesse sentido, é imprescindível que se reflita de modo mais aprofundado acerca de situações, que inicialmente, parecem – e são – mais amplas como, por exemplo, o fenômeno do desemprego. As causas do desemprego possuem particularidades distintas a depender do território analisado, que implica em questionamentos importantes, tais como: se estes territórios possuem o mesmo acesso à saúde e educação, ou como são as condições de vida e moradia. Inclusive, é pertinente questionar se tais fatores têm influência na saúde mental da população que ali reside.

Dessa forma, pode-se inferir que o desemprego não impacta de forma equânime a todos os milhares de brasileiros que se encontram desempregados. Embora, muitas vezes, em diversas situações, analisa-se o fenômeno de forma geral, buscando-se soluções mais amplas para problemas que têm, sim, suas especificidades. Todavia, parece bastante evidente que o indivíduo, na condição de

1 Psicóloga. Mestre em Desenvolvimento Regional-FACCAT.

2 Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional-FACCAT. Doutora em Desenvolvimento Regional UNISC.

desempregado, está em uma situação de vulnerabilidade social.

Cabe esclarecer que o termo “vulnerabilidade social” possui diversas concepções, a depender da corrente de pensamento do conceito. Para muitos autores, a vulnerabilidade está ligada somente à questão de renda: pessoas vivendo de forma precária em razão da baixa renda. Para outros, o termo evoca uma situação de pobreza em sentido amplo, na qual as pessoas dependerão de políticas públicas para garantir um mínimo de dignidade, senão estarão sujeitas aos mais diversos riscos sociais. Assim, pode-se cogitar situações capazes de fazer com que as pessoas se sintam inseguras de modo geral, por exemplo: doenças, desemprego, conflitos familiares, entre outros. Além disso, também se pode relacionar tais fatores à fragilidade emocional (saúde mental) dos indivíduos, o que pode gerar diversos problemas no cotidiano das famílias.

Conforme mencionado, normalmente a vulnerabilidade está relacionada com a pobreza, mas estes são dois conceitos diferentes (pobreza e vulnerabilidade). De acordo com Moser (1998), nem todas as pessoas em situação de vulnerabilidade são pobres, mas as pessoas pobres geralmente estão entre as mais vulneráveis. Nesse sentido, uma pessoa materialmente pobre possui uma fragilidade de subsistência e, portanto, está em uma situação vulnerável.

A vulnerabilidade social está associada a diversos outros fatores além da renda. É necessário refletir acerca das famílias que estão em situação de pobreza e extrema pobreza, qual (e como se dá) o acesso destas pessoas à rede de serviços, tais como postos de saúde, escolas, saneamento, energia elétrica, entre outros. Tais questionamentos devem ser mais profundos do que apenas avaliar aspectos limitados à renda, por exemplo.

No que se refere às políticas públicas, a análise ainda se dá de forma mais genérica. As políticas de saúde, educação e da assistência social, entre outras, são pensadas e executadas da mesma forma em todas as regiões do Brasil. Por um lado, isso faz com que haja a garantia de direitos sociais, mas em contrapartida, não há ponderação acerca das diferenças territoriais e de cunho socioeconômico existentes em cada região do país. Além disso, não são pensadas no cotidiano do trabalho e, dentro desta lógica, deve ser observado até que ponto os serviços e programas são suficientes para as famílias que estão em situação de vulnerabilidade.

Posto isso, resta imprescindível a análise de dados mais específicos. O Rio Grande do Sul possui uma população de 10.880.506 pessoas (IBGE, 2022) e, conforme dados do Ministério da Cidadania, em dezembro de 2022 havia 3.298.093 pessoas cadastradas no Cadastro Único³ (CadÚnico), totalizando 30% da população do estado. Em relação aos dados de abril de 2023, 41% das pessoas com

³ Cadastro Único é o “registro público eletrônico com a finalidade de coletar, processar, sistematizar e disseminar informações georreferenciadas para a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda” (art. 6º, Lei 14.284/2021).

cadastro único estão inseridas em famílias em situação de extrema pobreza com renda *per capita* inferior a R\$105,00 (cento e cinco reais), totalizando 1.384.293 pessoas (Brasil, 2023).

O município de Taquara, território foco da atual pesquisa, está localizado na região do Vale do Paranhana, estado do Rio Grande do Sul, Brasil. É considerado um município de médio porte, com população de 53.242 habitantes e área territorial 452.572 km² (IBGE, 2022). A população urbana do município é de 45.276 habitantes e na zona rural 9.380 habitantes (IBGE, 2022). Em relação ao Cadastro Único, em dezembro de 2022, havia 11.169 pessoas inseridas no sistema (Brasil, 2023). Ou seja, pouco mais de 20% da população de Taquara possui Cadastro Único.

Importante realizar um comparativo utilizando-se como parâmetro o próprio município de Taquara: desde novembro de 2016, quando havia 4.720 famílias cadastradas, ocorreu um decréscimo, chegando, em novembro de 2020, a um total de 2.562 famílias (Brasil, 2023). Assim, resta evidente que, em dois anos, ocorreu um aumento de quase 2.000 famílias inseridas no sistema, totalizando 4.522 famílias cadastradas até dezembro de 2022.

A pesquisa explora a percepção das famílias do município de Taquara/RS, beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), sobre as dificuldades enfrentadas para superar a vulnerabilidade social. O estudo tem como objetivos específicos conhecer o perfil dessas famílias, analisar os suportes das políticas públicas, e identificar elementos positivos que possam ajudar no desenvolvimento humano.

Utilizando uma abordagem qualitativa e exploratória, a coleta de dados incluiu pesquisa documental e entrevistas com os beneficiários do PBF. As entrevistas visaram entender as dificuldades enfrentadas e os apoios recebidos, proporcionando uma visão das barreiras e das potencialidades para a superação da vulnerabilidade social em Taquara. O estudo teve como objetivo central analisar a percepção das famílias beneficiárias do Bolsa Família, referente às dificuldades enfrentadas para superarem a vulnerabilidade social.

O atual estudo foi realizado no município de Taquara/RS no Bairro Empresa e no Distrito de Pega Fogo. A pesquisa utilizou uma amostra não probabilística por acessibilidade, com a escolha dos participantes baseada na facilidade de acesso e no fato de serem beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF). A amostra final foi composta por 58 responsáveis familiares, escolhidos a partir de critérios específicos, como a limitação no nível de escolaridade.

A coleta de dados foi realizada por meio de visitas domiciliares, nas quais foram aplicados questionários sociodemográficos contendo questões de múltipla escolha e perguntas abertas. O processo incluiu visitas a áreas de alta vulnerabilidade, com um total de 140 tentativas de contato, resultando na participação de 58 famílias.

Após a coleta, os dados foram organizados e categorizados de acordo com

as respostas mais recorrentes, focando nos objetivos principais da pesquisa. As respostas foram agrupadas em categorias principais relacionadas às dificuldades enfrentadas pelas famílias, como saúde, educação, trabalho, saneamento, e segurança, e em categorias relacionadas às potencialidades, como oportunidades, educação e sonhos. A pesquisa foi concluída quando as respostas começaram a se repetir, indicando saturação dos dados coletados.

O artigo será organizado em quatro seções distintas. A primeira seção corresponde à introdução, na segunda será apresentada uma discussão concisa sobre políticas públicas, com ênfase na política de assistência social. A terceira seção será dedicada à análise da vulnerabilidade social, abordando conceitos relacionados à vulnerabilidade social e à pobreza, além de apresentar dados estatísticos e discutir as dificuldades enfrentadas nessas situações. Por fim, a quarta seção trará as considerações finais do estudo.

2 POLÍTICAS SOCIAIS: ASSISTÊNCIA SOCIAL

As políticas sociais possuem um papel relevante no que se refere ao bem-estar e busca por igualdade dentro de uma sociedade. Elas abarcam diversas áreas como saúde, educação, assistência social, renda e seguridade social, no intuito de garantir que todas as pessoas tenham acesso às condições básicas para uma vida digna. Dessa forma, é necessária uma retrospectiva para entender o processo das políticas públicas.

As políticas sociais surgiram no final do século XIX, em que os sistemas previdenciários eram limitados a alguns segmentos da população. Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) ocorreu a consolidação em maior amplitude nos países desenvolvidos, formando sistemas de políticas sociais fundamentados na concepção de garantia de direitos sociais e de promoção de equidade (Menicucci; Gomes, 2018).

De acordo com Couto (2010), os direitos sociais têm como base a ideia de igualdade, uma vez que se originam pelo reconhecimento das desigualdades sociais geradas pelo capitalismo. A autora baseia-se na visão de Bobbio, em que os direitos sociais são vistos como direitos de crédito do indivíduo acerca da coletividade, expressando pelo direito à educação, saúde, trabalho, assistência e previdência.

Conforme com Menicucci e Gomes (2018), é comum que as políticas sociais sejam determinadas com base em seus objetivos, que podem incluir a garantia da segurança aos cidadãos diante dos riscos sociais inerentes à sociedade moderna, promover maior igualdade socioeconômica e reduzir desigualdades, além de oferecer serviços ou benefícios que ampliem as oportunidades de escolha ao longo da vida dos cidadãos. Outras abordagens podem enfatizar uma distinção setorial ou por áreas, como políticas de educação, saúde, previdência,

entre outras, ou adotar definições funcionais que se concentram nas consequências das políticas implementadas. Em suma, as políticas sociais são moldadas com base em diferentes perspectivas e objetivos, visando melhorar o bem-estar e qualidade de vida da população.

As políticas sociais no Brasil atuam frente às expressões das questões sociais, fornecendo suporte aos cidadãos brasileiros. Além disso, o modelo de Estado no Brasil deve ter como principal objetivo o progresso social e econômico do país, bem como a promoção da cidadania da população (Cunha; Mafra, 2023).

A Constituição Federal Brasileira (CFB) (Brasil, 1988) efetuou transformações significativas, incluindo como responsabilidade pública e estatal necessidades que eram anteriormente consideradas de caráter pessoal ou individual. Nesse caminho, a seguridade foi incluída como um guarda-chuva que abriga três políticas de proteção social: à saúde, à previdência e à assistência social (Sposati, 2009).

Menicucci e Gomes (2018) seguindo os estudos de Castro *et al.* (2009) afirmam que a política social brasileira se classifica em dois grandes grupos: as que se destinam à proteção social como a saúde, assistência social, seguro-desemprego e previdência social, e as que buscam a promoção social como a educação, cultura, agricultura familiar, qualificação profissional, habitação, entre outras. Além desses dois grupos, existem também políticas transversais, que são uma combinação entre as finalidades da proteção e promoção social, tais como as políticas destinadas aos idosos, jovens, igualdade de gênero e raça.

A área da assistência social, assim como outras políticas sociais, constitui um cenário complexo de interações entre ideias, visões, interesses e tradições. O seu desenvolvimento como política baseada em direitos não se desvincula do movimento histórico das relações de poder na sociedade. Portanto, é essencial entender o potencial dessa esfera e suas consequências no processo de evolução civilizatória da sociedade brasileira (Brasil, 2009).

A Constituição Federal Brasileira (1988), em seu artigo 1º traz como alguns fundamentos a dignidade humana e a cidadania. Ainda refere que um de seus objetivos é erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Além disso, em seu artigo nº 194 prevê o tripé da seguridade social com vistas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (Brasil, 1993) prevê em seu primeiro artigo que a Assistência Social é um dever do estado e um direito do cidadão, sendo uma Política de Seguridade Social não Contributiva, prevendo os mínimos sociais, através de diversas ações que garantam o atendimento das necessidades básicas.

A PNAS/2004 (Brasil, 2005), traz que é uma inovação, a partir da CFB (Brasil, 1988) e da LOAS (Brasil, 1993), pautada na ética de incluir aqueles que

são esquecidos, que são transformados em casos individuais, enquanto de fato são parte da sociedade, mostrando uma realidade de diferenças e desigualdades. Ainda argumenta que a PNAS traz uma visão social de proteção, capaz de conhecer as vulnerabilidades sociais, de entender que a população tem necessidades, mas que também possui capacidades e possibilidades que podem ser desenvolvidas. Esta é uma visão que é capaz de identificar suas fragilidades, mas também suas forças.

A construção da Assistência Social como política pública precisa considerar três vertentes no caso de Proteção Social, sendo elas: as circunstâncias e as pessoas, e dentro disso, o primeiro núcleo de apoio que seria a família. Por isso a importância da aproximação do cotidiano da vida das pessoas, é necessário relacionar as pessoas a seus territórios, pois é ali que se encontram os riscos e vulnerabilidades (Brasil, 2005).

Santos (2007) infere o cidadão como o indivíduo em um lugar. Há desigualdades territoriais que geram desigualdades sociais, porque derivam do lugar onde cada um se encontra. Com isso, para tratar as desigualdades sociais é importante entender as realidades territoriais.

Corroborando com a questão da importância do território, Barros, Carvalho e Mendonça (2009) trazem que, através do Cadastro Único, é possível identificar não somente as carências da família, mas também traçar o perfil da pobreza e realizar diagnóstico que identifique as deficiências do município. Tudo isso possibilita um melhor direcionamento dos recursos públicos, aumentando a eficácia da política social.

Guadagnin, Moreira Neto e Vianna (2019) expõem que olhar para as situações reais de vulnerabilidade social, a compreensão dos fatores que geram e mantêm as desigualdades favorece a noção das necessidades que a comunidade possui. Os autores ainda dizem que a atuação das equipes das políticas públicas junto ao território aproxima as famílias com maiores vulnerabilidades, favorecendo o desenvolvimento de soluções para os problemas sociais.

A NOB/SUAS (Brasil, 2012) aprovada por meio da Resolução nº 33 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é o documento norteador da política de assistência social. Ela prevê em seu artigo 3º parágrafo V, como um dos princípios do SUAS a “equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social” (Brasil, 2012, p.16).

A Lei Orgânica de Assistência Social, Lei nº 8.742/1993 (Brasil, 1993), alterada pela Lei nº 12.435/2011 (Brasil, 2011), em seu artigo 2º refere que o objetivo da assistência social é a proteção social, vista esta como a garantia a vida, a prevenção a incidência de riscos e a redução de danos. Além disso, prevê a proteção à família, maternidade, infância, adolescência e a velhice, bem como o amparo

às crianças e aos adolescentes carentes, a promoção da integração ao mercado de trabalho. Ainda, o artigo 6º da Lei nº 8.742/1993 menciona que a assistência social se organiza por dois tipos de proteção, sendo a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE).

A Proteção Social Básica, conforme a Lei nº 8.742/1993, artigo 6º, inciso I, é um conjunto de serviços, projetos, programas e benefícios da assistência social com o objetivo de prevenir situações de vulnerabilidade e risco social através do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (Brasil, 1993). Corroborando, D'Albuquerque e Sátyro (2020) afirmam que os serviços socioassistenciais da proteção básica se fundamentam na prevenção do rompimento de vínculos familiares e sociais e da violação de direitos, com o intuito de potencializar a família como unidade de referência, promovendo a convivência, o acolhimento, a socialização e a inserção no mercado de trabalho.

O CRAS é a unidade pública do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), responsável por organizar todos os serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica (PSB), ele faz parte da gestão local responsável pelo trabalho de prevenção com o intuito de garantir os direitos sociais das pessoas. Uma das garantias de direito é a transferência de renda que se dá, atualmente, através do Cadastro Único. As famílias inscritas no Cadastro Único podem ter acesso aos programas sociais, dentre eles, o antigo Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Em relação aos serviços ofertados pelo CRAS, sendo eles de caráter contínuo: o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos. Todos eles são considerados serviços da Proteção Social Básica, pois primam pela prevenção, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, com o intuito de fortalecer a família.

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (Lei nº 8.742/1993) em seu artigo 6º, inciso II traz que a proteção social especial é:

Conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos (Brasil, 1993).

A Proteção Social Especial (PSE) é dividida entre Média e Alta Complexidade. A PSE de Média Complexidade é destinada a famílias e indivíduos que possuem situações de risco pessoal e social, por violações de direito. Em razão de serem casos mais agravados, o acompanhamento precisa ser “especializado, individualizado, continuado e articulado com a rede” (p. 20) (Brasil, 2011, p.20).

Em relação aos serviços ofertados pela Proteção Social Especial de Média

Complexidade são: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à comunidade (PSC), Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Brasil, 2014).

Para acessar os programas sociais, é necessário ter o Cadastro Único, que foi instituído através do Decreto nº 3.877 de 24 de julho de 2001 (Brasil, 2001). Após, foi revogado pelo Decreto nº 6.135/2007 (Brasil, 2007) em que definia questões conceituais do que seria considerado família, o que competia ao, na época, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, entre outras providências, também foi revogado em 2022. Em 2021, o decreto nº 14.284 de 29 de dezembro (Brasil, 2021), institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, bem como, alterou a Lei 8.742/1993 (LOAS) incluindo o Cadastro Único no artigo 6º - F, revogou a Lei 10.836/2004 (Bolsa Família), entre outras medidas, revogada pela Medida Provisória nº 1.164/23 (Brasil, 2023a).

No ano de 2022 ocorreu a regulamentação do Cadastro Único, através do Decreto nº 11.016 de 29 de março (Brasil, 2022). Por fim, em 2023, ocorre a conversão da Medida Provisória nº 1.164/2023 para a Lei nº 14.601 em junho de 2023 instituindo o Programa Bolsa Família (Brasil, 2023b).

Nesse sentido, Barros, Carvalho e Mendonça (2009) ressaltam a importância do Cadastro Único como ferramenta para o diagnóstico da pobreza, não somente identificando as carências de cada família, mas também é possível traçar o perfil da pobreza a nível municipal, possibilitando um melhor direcionamento dos recursos públicos. Acerca disso, Munaretto e Silva (2016) afirmam que o Cadastro Único obtém o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas tanto a nível municipal e estadual quanto federal, identificando as principais necessidades.

No Decreto nº 11.016/2022, vigente, em seu artigo 2º, presume que o Cadastro Único fará a integração dos programas sociais, dando acesso aos usuários para eles. O artigo 5º considera família de baixa renda aquela que possui renda per capita mensal de até ½ salário-mínimo.

Conforme Souza et al. (2019) o bolsa família é um programa de transferência condicionada de renda em que há 4 elementos que envolvem isso: o dinheiro, a família, o foco nos mais pobres e a condicionalidade. Anos após sua criação é possível afirmar que o Programa Bolsa Família (PBF) reduziu a pobreza em 15% e a extrema pobreza em 25% (Souza *et al.*, 2019), sendo verificada sua eficácia em relação à superação da pobreza (Amaral; Melo; Oliveira, 2015) em parte da sociedade.

No que concerne à vulnerabilidade, Lisboa, Girianelli e Vasconcellos (2020) ressaltam que a ampliação da proteção social e dos direitos sociais visa reduzir

as vulnerabilidades, possibilitando aos indivíduos o acesso aos serviços públicos e políticas setoriais. Magalhães et al. (2011) sustentam que apenas o Programa Bolsa Família não é suficiente para combater as múltiplas vulnerabilidades que as famílias cadastradas vivenciam. Sendo assim, não se pode reduzir apenas a transferência de renda, as ações precisam ser voltadas para um atendimento integral de suas necessidades.

Tassara (2015) indica que se deve repensar o papel das condicionalidades nos programas de transferências de renda para se evitar o estigma da pobreza e uma conotação punitiva. E em vez disso, é necessário que haja uma responsabilização da família com o estado. O autor ainda traz que, enquanto os serviços podem acompanhar com o objetivo de auxiliar a família a superar e lidar com as dificuldades, a condicionalidade também poderia ser utilizada como caminho para superação da exclusão social.

O PBF é percebido como um complemento à renda familiar para auxiliar no sustento da família (Santos et al., 2014; Batista, 2018). Além disso, Calgaro (2016) refere que os beneficiários do PBF foram inseridos no mercado de consumo, adquirindo produtos antes não auferidos, gerando uma emancipação humana. Em consonância com isso, Sen (2010) traz que a liberdade de entrar nos mercados é uma contribuição significativa para o desenvolvimento da autonomia do cidadão. Para o autor, o desenvolvimento ocorre como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas podem desfrutar.

Em pesquisa realizada por Bischoff (2015) os beneficiários argumentam que enfrentavam dificuldades para adquirir alimentos, roupas, calçados, água, luz e material escolar. Com o benefício, houve um significativo avanço econômico, proporcionando maior poder de compra, melhoria na qualidade de vida e uma considerável ascensão social para 30% dos beneficiários. Mas, Nazareno e Tortatto (2019) declaram que o Programa Bolsa Família utiliza somente a renda como critério para o acesso a transferência de renda, não considerando outras vulnerabilidades vivenciadas decorrentes de discriminações, relações desiguais de gênero, dificuldades de acesso devido a características dos territórios, entre outras.

Em uma pesquisa com beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), identificou que o benefício permite que os usuários adquiram produtos antes não consumidos, gerando uma autonomia dos mesmos (Calgaro, 2016). Medeiros e Santos (2016) enfatizam que o PBF cumpre com seus objetivos a curto prazo, fazendo com que as famílias tenham acesso ao consumo (Silva *et al.*, 2020) e o combate à fome. Santos e Pires (2018) também identificam que o Programa Bolsa Família alivia a pobreza, mas não rompe com o ciclo intergeracional da mesma.

O Programa Bolsa Família é fundamental na renda das famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Nesse sentido é importante ocorrer uma

ampliação para reduzir os efeitos na desigualdade social, no sentido de haver incentivos para a geração de emprego e renda, inserindo os beneficiários no contexto econômico. Os autores acreditam que após a família ser contemplada pelo PBF deveria haver outros estágios em que o usuário pudesse ascender da sua atual realidade social, proporcionando um avanço socioeconômico, fazendo parte da classe trabalhadora e com isso, almejando melhorias (Souza; Costa; Silva, 2018).

A ênfase na família como parceira primordial do Estado na divisão de responsabilidades reitera a assistência social como uma política pública de natureza familista. A assistência social é particularmente destacada nesse processo contraditório, às vezes reforçando o papel do Estado na oferta de políticas públicas e, portanto, assegurando os direitos sociais de seus usuários. Em outros momentos, demanda da sociedade, principalmente da família, uma parceria que amplifica seu papel crucial na proteção, especialmente no âmbito privado (Teixeira; Silva, 2020).

A família é vista como o próprio agente de proteção social, desempenhando papéis de proteção, cuidado e assistência, e, por fim, assumindo a missão de fortalecer as funções protetivas da família. No entanto, esse processo não vai além das fronteiras do familismo que sempre a caracterizou (Teixeira; Silva, 2020). Miotto e Dal Prá (2015) utilizam a definição de Esping-Andersen (2000), na qual o familismo refere-se a visão em que as políticas públicas julgam, ou até mesmo insistem, que a responsabilidade central pelo bem-estar de seus membros deve ser assumida pelas unidades familiares, isentando o estado de sua responsabilidade.

Impende destacar que o familismo é entendido como uma inclinação na política social que visa reconhecer, preservar e fortalecer as expectativas sociais de que a família deve ser considerada o principal, insubstituível e eficaz locus da proteção social. Nesse contexto, a intervenção estatal é concebida como subsidiária e orientadora, com o propósito de potencializar as funções protetivas da família (Teixeira; Silva, 2020).

Desse modo, é importante ressaltar que em nenhum momento se busca eliminar ou suspeitar do papel, dos deveres e das responsabilidades das famílias no que diz respeito ao cuidado de seus membros nas relações familiares. A análise dos elementos familistas na assistência social procura destacar como os padrões presentes nas políticas públicas podem reforçar níveis de opressão e desigualdade quando transferem indevidamente a responsabilidade da proteção social do estado e dos governos para as famílias (Santos, 2017).

3 VULNERABILIDADE SOCIAL

A vulnerabilidade social materializa-se nas situações que desencadeiam ou podem desencadear processos de exclusão social de famílias e indivíduos que vivenciam contexto de pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso a serviços públicos) e/ ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social, discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outras (PNAS/2004).

Castel (1997) apresenta uma estrutura analítica que ilustra como a interação entre o trabalho e as relações sociais próximas molda as posições sociais dos indivíduos em três zonas distintas: integração, desfiliação e vulnerabilidade. Em relação a zona de integração esta combina a participação do emprego estável com relações próximas fortes, a zona de desfiliação é caracterizada pela falta de emprego e isolamento social e a zona de vulnerabilidade é definida pela inserção precária no mercado de trabalho e a fragilidade nas relações próximas.

Carmo e Guizardi (2018) descrevem que a vulnerabilidade ainda é um termo em construção, mas indicam a multiplicidade de fatores que determinam o fenômeno. Constatam que estes sujeitos possuem necessidades e demandas de diversas ordens, mas possuem capacidades que estão suscetíveis a um risco devido às situações de desigualdade e injustiça social. A pobreza não explica a vulnerabilidade, mas a ausência ou insuficiência de renda é uma categoria que equaciona mais amplamente a problemática.

Em relação à pobreza, Mustafa et al. (2017) abordam uma concepção de pobreza focada na renda insuficiente para manter o mínimo necessário. Em contrapartida, Fahel e Teles (2018) trazem que a pobreza medida somente pela situação da renda é insuficiente para perceber todas as necessidades dos mais pobres, que envolve as mais variadas dimensões como educação, saúde, emprego, entre outros.

Sen (2010) defende que a pobreza e tirania, a carência de oportunidades econômicas e a sistemática degradação social, a negligência dos serviços públicos e a intolerância ou interferência de Estados repressivos são fontes de privação de liberdade que interferem no desenvolvimento das pessoas. O referido autor traz a importância de examinar essas privações, pois elas interferem diretamente no que se refere à violação de outros tipos de liberdade.

Nessa mesma lógica, Zimmermann (2009) refere que a vulnerabilidade não necessariamente significa estar sujeito à fome, mas sim, está ligado a diversas mazelas sociais. Ainda, Freitas et al. (2017) evidenciam que a pobreza é muito complexa, devendo considerar os diversos aspectos envolvidos na produção da vida, tais como o acesso à terra, aos serviços de saúde, à água, ao emprego digno, à educação inclusiva e à superação das desigualdades sociais, de gênero e das minorias étnicas e religiosas.

Gomes e Pereira (2005) afirmam que a situação socioeconômica contribui de forma significativa para a fragilidade familiar. A pobreza, a falta de perspectiva e melhoria de qualidade de vida, a miséria, impõe a todos os familiares uma luta desigual para a sobrevivência humana. Pode ser realizado uma comparação com a teoria que o psicólogo Abraham Maslow (1974) propõe, teoria hierárquica de necessidades, o que resultou na pirâmide de Maslow. Essa pirâmide possui cinco níveis de necessidades, sendo elas: fisiológicas, proteção e segurança, pertença/sociais, estima/respeito/amor-próprio e liberdade para o pleno desenvolvimento. Para Maslow (1974) apenas depois das necessidades básicas estarem satisfeitas, ascende a próxima hierarquia para então buscar as satisfações mais elevadas e mais complexas. Nesse sentido, todas as necessidades estão interrelacionadas com o estado de satisfação ou insatisfação umas das outras.

Silva et al. (2019) indicam que a pobreza atinge de formas variadas as famílias, afetando tanto os pais quanto os filhos e, ao atingir as crianças, afetando seu desenvolvimento, traz para a família diversas dificuldades. Tendo em vista que com isso, pais e filhos, têm suas expectativas frustradas, gerando um alto nível de estresse.

À vista disso, Mariucci e Cario (2020) destacam que as condições precárias de moradia e saneamento, a ausência de um ambiente familiar e os meios de subsistência inexistente, compõe o estágio de risco social. Este se dá quando o indivíduo deixa de usufruir dos mesmos direitos dos outros em razão do desequilíbrio instaurado.

Em relação ao Brasil, conforme o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da Pandemia do COVID-19 no Brasil (Rede Penssan, 2022) o povo brasileiro vem empobrecendo e enfrentando uma precarização da vida. As regiões com maiores índices de pobreza são as regiões norte e nordeste, nos domicílios rurais do país. Também se verificou maiores incidências em residências em que a pessoa se declarou de cor parda ou preta, ou que eram mulheres. Nessa mesma pesquisa identificou-se que 30,7% dos domicílios brasileiros estão em situação de insuficiência alimentar, sendo que 15,5% relataram conviver com experiências de fome.

Quanto aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o primeiro objetivo é erradicar a pobreza em todas as suas formas. Corroborando com isso, Gomes e Pereira (2005) afirmam que o quadro de miséria e pobreza no Brasil é uma preocupação permanente. O estado deve assegurar direitos para que as famílias possam garantir o desenvolvimento de seus filhos, mas os investimentos públicos estão cada vez mais vinculados ao desempenho da economia, afetando a área social. Ainda intensificam que com a redução do estado nas intervenções na área social, acabam por depositar na família uma sobrecarga insuportável visto a situação de vulnerabilidade socioeconômica em que ela se encontra.

Em relação a ODS, o objetivo 1 é erradicação da pobreza em todas as suas

formas e em todos os lugares e o objetivo 10 é reduzir as desigualdades no interior dos países e entre os países. Em relação à erradicação da pobreza, Strapasson e Pamplona (2015) argumentam que as bolsas assistenciais são medidas paliativas, visto que a pobreza não se limita a um déficit econômico. Mas a pobreza traz uma multiplicidade de implicações, como consequências psicológicas das privações e do não desenvolvimento das capacidades pessoais. Nesse sentido, as autoras defendem que é necessário a visibilidade da participação política, o fortalecimento da identidade cultural, instrumentalizadas por políticas públicas voltadas para a educação.

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, sendo marcado por níveis extremos de diferença de renda, os 10% mais ricos captam 59% do total da renda nacional, ficando apenas 10% para a metade inferior da população. Em 2021, no Brasil, 1% da população mais rica possui cerca da metade da riqueza, sendo que 50% da população mais pobre detém menos de 1% do total da riqueza nacional (Chancel et al., 2022).

Entre 2021 e 2022, conforme o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, a insegurança alimentar moderada aumentou em 4% e a grave aumentou em mais de 6% em relação ao primeiro inquérito realizado em 2020. Em relação ao sul, a insegurança alimentar de moderada a grave chega a mais de 20% da população, o que significa que essas pessoas têm restrição alimentar chegando a faltar alimentos na mesa (Rede Penssan, 2022).

Para compreender melhor a realidade das populações vulneráveis e medir a Vulnerabilidade Social foi criado em 2015 pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), um indicador com o objetivo de identificar as falhas de oferta, por parte do poder público, de alguns “ativos” em locais do território brasileiro, os quais deveriam estar à disposição de todos os brasileiros. Este indicador teve por objetivo complementar as informações do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Em resumo, o objetivo deste indicador é oferecer à sociedade instrumentos de análise e compreensão das desigualdades socioespaciais (IPEA, 2023).

O Índice de Vulnerabilidade Social - IVS é dividido em 3 subíndices: I) Infraestrutura Urbana, II) Capital Humano e III) Renda e Trabalho, os quais representam grupos de ativos, cujo acesso a eles determina a situação de bem-estar da população avaliada. Ainda, o IVS utiliza uma metodologia baseada em uma média aritmética dos 3 subíndices, possuindo o mesmo peso para o cálculo final do índice. Além disso, cada dimensão do índice possui alguns indicadores, sendo o IVS Estrutura Urbana com 3 indicadores, o IVS Capital Humano tem 8 indicadores e o IVS Renda e Trabalho contém 5 indicadores. Portanto, o IVS é o resultado da seleção de 16 indicadores (IPEA, 2023).

Considerando que a população do Brasil é de 203.080.756 habitantes

(IBGE, 2022b), um total de 98.200.609 pessoas possuem cadastro único, o que corresponde a 48% da população brasileira (Brasil, 2023). Nesse sentido, quase 1/2 da população brasileira se encontra em situação de vulnerabilidade social. Pode-se relacionar isso com o objetivo 10 da ODS que é a redução das desigualdades, visto que os 10% dos mais ricos detêm 40% da renda global e os 10% dos mais pobres recebem apenas entre 2% a 7% (PNUD, 2022).

O Rio Grande do Sul é um estado da região sul do Brasil. Possui área total de 281.707,15 km², contando com 497 municípios. O RS dispõe de indicadores sociais positivos no contexto brasileiro, sendo um dos estados com melhores qualidade de vida do país (Rio Grande do Sul, 2022). O Sul é a região com menor Índice de Vulnerabilidade Social – IVS.

No que se refere aos municípios do estado do Rio Grande do Sul, Lazaretti, Teixeira e Oliveira (2019) identificaram que, praticamente, 80% deles apresentam alta vulnerabilidade à pobreza com base no percentual de nascimentos entre as faixas de renda e de educação mais baixas, destacando-se os municípios de Itacurubi, Jari, Pinhal da Serra, Santa Rosa e Barra do Ribeirão, sendo este último o único que o setor agrícola não é a principal atividade econômica. Além disso, os autores referem que, os municípios situados na Região da Serra Gaúcha e Porto Alegre, são caracterizados por uma vulnerabilidade à pobreza de nível médio.

Além disso, Kühn e Tonetto (2017) analisam de forma multidimensional a pobreza nos municípios gaúchos e, se considerar, não apenas os aspectos econômicos, as carências se manifestam em todas as regiões do estado. Em alguns municípios, mais de uma forma de privação demanda a atenção das políticas locais, revelando a fragilidade do sistema público em lidar com as reais necessidades da população.

Kühn e Tonetto (2017) destacam que no Rio Grande do Sul, o aumento dos beneficiários do PBF foi mais significativo em áreas com elevadas incidências de pobreza absoluta, mas representa uma pequena porcentagem em relação à população total. Os autores também observaram uma ligação positiva entre o acesso ao programa e alguns elementos essenciais no processo de desenvolvimento, como melhorias nas condições de moradia e fatores relevantes relacionados ao acesso ao conhecimento.

Diante do exposto, fica evidente que a vulnerabilidade social transcende a mera ausência de renda, abrangendo uma multiplicidade de dimensões que afetam diversas áreas da vida, resultando em uma ampla gama de dificuldades. Ela engloba uma série de fatores interconectados, incluindo a precariedade no mercado de trabalho, o acesso limitado a serviços públicos, fragilidade nos vínculos sociais e as múltiplas formas de discriminação. Essas condições resultam em processos complexos de exclusão social, gerando obstáculos para superar as adversidades do cotidiano.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vulnerabilidade social é um tema de relevância mundial e, no Brasil, não é diferente. Embora este seja um país rico em muitos aspectos, desigualdade e pobreza são questões persistentes, o que faz a vulnerabilidade ir muito além da carência material, pois ela abrange falta de acesso às políticas públicas, além de problemas de cunho emocional e social, elementos que corroboram em um ciclo de exclusão que se perpetua por gerações.

Assim, as expressões da desigualdade, como o preconceito racial, de gênero, a xenofobia e demais processos de exclusão, articulam com a vulnerabilidade social. Isso resulta na marginalização daqueles que dependem das políticas públicas para enfrentar demandas de moradia, saneamento, entre outras formas de violência existentes nos territórios. Essas situações fomentam a sensação de insegurança, e causam sofrimento emocional e psíquico nos indivíduos.

Nesse sentido, instituem-se os programas de transferência de renda, como uma construção feita a partir dos direitos sociais previstos na constituição federal, de 1988, a fim de auxiliar e dar suporte, um meio alternativo, ao atendimento das principais demandas daqueles em situação de vulnerabilidade, sobretudo no quesito da renda. Esta iniciativa, em especial o PBF, significou um avanço na vida de seus beneficiários.

Dessa forma, o Bolsa Família se coloca como um meio de romper com o ciclo intergeracional da pobreza. No entanto, os beneficiários do Programa Bolsa Família, frequentemente enfrentam dificuldades para refletir sobre suas próprias condições e identificar de forma precisa os desafios, o que sugere uma limitação na percepção de perspectiva além da situação vivenciadas em seu cotidiano.

Contudo, reconhece-se a eficácia do PBF, como um benefício que contribui, sobretudo, na situação financeira dos beneficiários, na erradicação da pobreza. No entanto, é evidente a dificuldade em se refletir acerca da própria existência, pois tal percepção requer mais do que pensar somente a partir do viés monetário: são necessárias outras construções lógicas e, por isso, afirma-se que a vulnerabilidade social não se limita apenas à carência material.

Prova disso fica evidente na análise da dinâmica da vulnerabilidade social, a partir do lugar dos beneficiários do PBF, contradizendo o senso do que normalmente ocorre na execução das políticas públicas. O atual estudo evidenciou a fragilidade emocional, social, financeira, ambiental, a que estão sujeitos os vulneráveis, sendo estes algumas das dificuldades enfrentadas para a superação da vulnerabilidade social.

Percebe-se que os beneficiários do PBF manifestam a necessidade de serem escutados e estabelecerem um diálogo contínuo com a rede de serviço público do município. Momentos que estes indivíduos possam ser ouvidos, bem como ter suas contribuições acolhidas. Nesse sentido, referente ao objetivo geral da

pesquisa, fica evidente no processo, toda a fragilidade emocional e a carência de uma escuta qualificada, um processo de interação, o que dificulta a superação da vulnerabilidade social.

Dada a ausência de profissionais especializados na área de saúde no âmbito do território analisado e outras situações cotidianas, como o próprio tempo de deslocamento para acessar tais serviços, os obstáculos enfrentados são intensificados. Esses elementos interligados dificultam ainda mais a superação da dinâmica da vulnerabilidade social.

Ademais, ainda sobre o objetivo geral referente a percepção dos beneficiários do PBF quanto as dificuldades enfrentadas, no âmbito escolar referem situações, tais como: discriminação racial, bullying, capacitismo, problemas estruturais nos equipamentos da educação e tantas outras carências, que acabam afetando negativamente a autoestima do sujeito. Essas questões interferem no bem-estar familiar, gerando ansiedade e sofrimento psíquico, limitando a percepção de suas possibilidades e potencialidades.

Outra dificuldade enfrentada pelos beneficiários do PBF, ao responderem ao objetivo geral a qual fora apontada pela pesquisa, refere-se à obtenção de vínculo empregatício, demanda resultante da falta de qualificação profissional, baixa escolaridade e problemas de saúde. Ainda, no caso das mulheres, há o cuidado com os filhos, com o lar, fatores estes diretamente relacionados às carências estruturais identificadas no território.

Todavia, a análise realizada destaca a influência significativa do território na vida dos beneficiários do PBF. Evidentemente, referente às carências estruturais existentes, eles se sentem mais acolhidos no território, o que também impacta na busca por oportunidades e no enfrentamento das adversidades. Há no território um potencial de luta e resistência, um sentimento de pertencimento, o que se reflete em todas as áreas do ser humano. Com isso, o território é uma das potencialidades identificadas, objetivo específico desta pesquisa, que pode ser investido para auxiliar na superação da vulnerabilidade social.

Ao considerar o objetivo proposto pela pesquisa de identificar o potencial de desenvolvimento humano a fim de superar as dificuldades enfrentadas, os resultados obtidos demonstram que mais da metade dos entrevistados referem o trabalho como uma dificuldade enfrentada, no sentido de não conseguirem emprego, ou seja, na ausência de inserção no mercado de trabalho. Todavia, a pesquisa identificou um potencial em relação ao trabalho, tanto no desejo de trabalhar quanto nas ideias de gerar oportunidades de trabalho e renda.

Nesse sentido, cabe reconhecer que muitas necessidades levantadas pelas pessoas em situação de vulnerabilidade social poderiam ser supridas através de políticas públicas já existentes, mas que precisam ser executadas com um olhar mais sensível e livre de preconceitos. Essa sensibilidade dos profissionais que trabalham com as populações vulneráveis é extremamente relevante, pois encontra-

-se diversos profissionais que não possuem a visão ampla de todos os entornos da vulnerabilidade social. Com isso, muitos trabalhadores partem do pressuposto que os beneficiários estão estagnados, acomodados vivendo à custa do governo.

A partir de profissionais com uma escuta mais qualificada, entende-se que o usuário da política do SUAS são participantes e pessoas com grandes potenciais, e desta forma, os serviços poderão ser realizados de forma a alcançá-los na sua integralidade. Além da importância de considerar o usuário da política pública, como pessoas ativas, a participação da sociedade na construção, no destino e na execução torna esta política mais eficiente e direcionada ao seu propósito.

Identificou-se como sonho dos participantes da pesquisa, finalizar seus estudos e fazer cursos. O senso comum leva à ideia de que os usuários do PBF se acostumam a viver dependentes do governo, que o recebimento do benefício auxilia a permanecer em uma zona de conforto, fato este que não se confirmou nesta pesquisa. Em contrapartida, verifica-se, a maioria das pessoas com aspirações, com esperança de melhorar sua qualidade de vida, sendo estas mais uma potencialidade identificada que pode ser investida como alternativa de mudança.

Uma das limitações da atual pesquisa foi o distanciamento da zona rural. O Distrito do Pega Fogo tem uma extensão relativamente grande, sendo dividida por Pega Fogo Alto e Pega Fogo Baixo, as residências são distantes uma da outra, o que dificultou a acessibilidade. Apesar dos esforços em realizar visitas domiciliares, constatou-se que a maioria dos domicílios visitados não eram público-alvo da pesquisa.

Com isso, sugere-se para pesquisas futuras que seja realizada uma comparação entre as dificuldades enfrentadas pelos beneficiários da zona rural e da zona urbana, para identificar se existem diferenças. Outra limitação encontrada foi o tempo para efetivar as entrevistas e o receio de algumas famílias, tanto para participar quanto para responder alguns questionamentos. Pode-se inferir que esse “medo” pudesse estar conectado com o receio do bloqueio do benefício, mesmo sendo explicado que os dados não seriam divulgados.

Outra proposta é realizar uma pesquisa-ação executando os grupos de escuta. Além dos grupos de escuta, fazer a conexão das políticas integradas e parcerias público-privadas para identificar as mudanças geradas na população estudada. Importante destacar que essa pesquisa deverá ter uma duração mais prolongada, com metas de curto, médio e longo prazo. Além disso, será confeccionado um folder com os principais resultados da pesquisa que ficarão disponibilizados no CRAS do município de Taquara, além de ser realizado uma live com o atual secretário de Desenvolvimento Regional, Trabalho e Cidadania.

Em se tratando do objetivo geral desta pesquisa, no que se refere à percepção dos beneficiários do Programa Bolsa Família – PBF, no município de Taquara, menciona-se, em síntese, o direito à saúde, à educação e ao trabalho, como um meio de superação das dificuldades enfrentadas, tangentes à dinâmica

da vulnerabilidade social. Todavia, a efetivação do acesso aos direitos é um obstáculo cotidiano, que interfere e intensifica questões sociais e emocionais.

Ademais, no que se refere ao objetivo específico da pesquisa, sobre quais suportes estariam disponíveis aos beneficiários do PBF à luz das políticas públicas, as famílias reconhecem a presença do Estado por meio da saúde, da educação e da assistência social. Todavia, em diversos momentos, ficou evidente que as pessoas não se sentem amparadas de forma plena. Não obstante, a ausência de efetividade nas políticas de segurança, saneamento e infraestrutura ressalta a urgência da adoção de medidas acerca da legislação, bem como na execução da política, a fim de melhor contemplar as demandas da realidade cotidiana.

Por isso, em relação ao objetivo específico referente às políticas públicas, identificou uma fragilidade no atual suporte recebido. Portanto, o PBF é sim uma estratégia do governo federal na superação da vulnerabilidade social, mas somente ele, sem que as outras políticas públicas estejam presentes de forma articulada, é deficitária. Em suma, a pesquisa revela que o poder público precisa estar mais presente e voltado para as reais necessidades das pessoas vulneráveis.

Em última análise, são diversas as potencialidades existentes tanto no território quanto aquelas inerentes aos beneficiários do PBF. Mas, vale destacar a importância de sonhar, pois é através dos sonhos que as pessoas mantêm a esperança, buscam melhorar e desenvolver seus potenciais. Ademais, os desejos possuem uma dimensão significativa, pois eles motivam o ser humano a olhar adiante, a enxergar um futuro diferente, auxiliando o sujeito a sair de um lugar de conformismo, gerando movimento, o que o torna participante ativo, protagonista da sua realidade. Dessa forma, o benefício do Bolsa Família, na população pesquisada, inequivocamente, serve como um meio para alcançar seu objetivo.

REFERÊNCIAS:

AMARAL, T.M.R.; MELO, E.M.; OLIVEIRA, G.L. **Comparação do perfil de idosos ativos e não ativos do Programa Bolsa Família**. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, v.18, n.2, p. 351-360, jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgg/a/5DwRgtrzdG58njdTb3tTy/?lang=pt&format=pdf#:~:te xt=A%20faixa%20et%C3%A1ria%20de%2060,e%20a%20mediana%2C%2067%20a nos>. Acesso em: 28 fev. 2024.

BARROS, R.; DE CARVALHO, M.; MENDONÇA, R. **Texto para Discussão N° 1414 Sobre as utilidades do Cadastro Único**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2653/1/TD_1414.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024

BATISTA, E. **Pobreza rural e políticas sociais nas sociedades contemporâneas: uma experiência no Brasil.** Revista de Geografia e Ordenamento do Território, v. 0, n.14, p. 109-134, 30 set. 2018. Disponível em: <http://cegot.org/ojs/index.php/GOT/article/view/2018.14.004/pdf>. Acesso em: 28 fev. 2024.

BISCHOFF, L. M. **Avaliação do Programa Bolsa Família no município de Taquara-RS.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT, Taquara, 2015

BRASIL (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001.** Brasília, DF, 2001. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3877.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%203.877%2C%20DE%2024%20DE%20JULHO%20DE%202001.&text=Institui%20o%20Cadastramento%20%C3%9Anico%20para,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.** Brasília, DF, 2007. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm. Acesso em: 28 fev. 2024. BRASIL. Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.016-de-29-de-marco-de2022-389579729>. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.** Brasília, DF, 1993. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011.** Brasília, DF, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm. Acesso em: 28 fev. 2024

BRASIL. **Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021.** Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14284.htm. Acesso em: 28 fev. 2024. 140

BRASIL. **Lei nº 14.601, de 19 de Junho de 2023.** Brasília, DF, 2023b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14601.htm. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. **Medida Provisória nº 1.164, de 2 de Março de 2023.** Brasília, DF, 2023a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/mpv/mpv1164.htm#:~:text=MEDIDA%20PROVIS%C3%93RIA%20N%C2%BA%201.164%2C%20DE%20%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%202023&text=Institui%20o%20Programa%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia,desconto%20em%20folh%20de%20pagamento. Acesso em: 28 fev. 2024

BRASIL. **Ministério da Cidadania.** Secretaria Nacional de Renda e Cidadania SENARC/SAGI. Programa Bolsa Família e Cadastro Único. 2023. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/index.html>. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil. Brasília, DF: Unesco, 2009b. Disponível em: www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/concepcao_gestao_protecaosocial.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Cadastro Único. 2023. Brasil. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/#cadastrounico>. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Orientações Técnicas sobre o PAIF. Brasília: MDS, 2012. Disponível em: 141 https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília, DF, 2005. Disponível em: www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF: MDS, 2014. Brasil. Disponível em: [www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.p df](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf). Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012. **Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS**. Brasília: DF, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

CALGARO, C. **O programa bolsa família e a teoria da justiça de John Rawls: a emancipação e a autonomia dos beneficiários**. Revista Eletrônica Direito e Sociedades – REDES, v.4, n.2, nov. 2016. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/redes/article/view/2318-8081.16.26>. Acesso em: 28 fev. 2024.

CARMO, M. E.; GUIZARDI, F. L. **O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social**. Cadernos de Saúde Pública, v. 142 34, n. 3, 26 mar. 2018. Disponível em: www.scielo.br/j/csp/a/ywYD8gCqRGg6RrNmsYn8WHv. Acesso em: 28 fev. 2024.

CASTEL, R. **A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”**. Caderno CRH, 10(26), n. 26-27, p. 19-40, jan.-dez. 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18664/12038>. Acesso em: 28 fev. 2024.

CASTRO, H. C. de O. et al. **Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira**. Opinião Pública, v. 15, p. 333–355, 1 nov. 2009. Disponível em: www.scielo.br/j/op/a/ZsSgBnxGs9jJNWnBYz8Tz4Q/?lang=pt. Acesso em: 28 fev. 2024.

CHANCEL, Lucas et al. **World Inequality Report 2022**. [s.l], 2022. Disponível em: https://wir2022.wid.world/www-site/uploads/2022/03/0098-21_WIL_RIM_RAPPORT_A4.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CUNHA, A.C.S.; MAFRA, S.C.T. **Breve Histórico de Estado e Política Social no Brasil**. Oikos: Família e Sociedade em Debate, v. 34, n. 1, p. 1-21, 2023

D'ALBUQUERQUE, R.; SÁTYRO, N. **A demanda como determinante na execução dos serviços socioassistenciais nos municípios brasileiros.** Opinião Pública, v.26, n. 2, p. 246-282, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/N5xCWHQv4sbgDVCTYscyqqh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 fev. 2024

FAHEL, M.; TELES, L. R. **Measuring multidimensional poverty in the state of Minas Gerais, Brazil: looking beyond income.** Revista de Administração Pública, v. 52, n. 3, p. 386-416, jun. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/Xw83hnPLwhwntVzwb9NLp4g/abstract/?lang=en>. Acesso em: 28 fev. 2024

FREITAS, M. A. et al. **Who are They, what do They talk about and who listens to the poor?** Ciências e Saúde Coletiva, 22 (12), 3859-3882, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/ZTGPJxPHBgphgcmvfN4CrYN/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 28 fev. 2024.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. **Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 10, n. 2, p. 357- 363, abr. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/tw4jYGw65NMVCC4ryKNKzPv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 fev. 2024.

GUADAGNIN, E.; MOREIRA NETO, P.R.; VIANNA, P.V.C. **Bolsa Família: potencialidades e desafios na indução de políticas públicas a partir dos territórios.** Barbarói, p. 31-56, dez. 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/13971/0#:~:text=Resumo,exclus%C3%A3o%20social%20das%20fam%C3%ADlias%20acompanhadas> Acesso em: 28 fev. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades: Taquara.** 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/taquara>. Acesso em: 28 fev. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados: Rio Grande do Sul.** 2022a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs.html>. Acesso em: 28 fev. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama Censo.** Demográfico. 2022b. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 28 fev. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Atlas da **Vulnerabilidade Social**. 2023. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Acesso em: 28 fev. 2024.

KÜHN, D. D.; TONETTO, E. D. S. **O Programa Bolsa Família e os Indicadores Sociais de Combate à Pobreza no Rio Grande do Sul: Um olhar multidimensional**. 145 Desenvolvimento em Questão, v. 15, n. 39, p. 86-111, abr-jun/2017. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/5799>. Acesso em: 28 fev. 2024.

LAZARETTI, L. R.; TEIXEIRA, F. O.; OLIVEIRA, S. V. DE. **Desigualdades socioeconômicas e demográficas nos municípios do Rio Grande do Sul/ Brasil: um índice de vulnerabilidade à pobreza**. Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 11, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/gpC8TDgvCTvYCW7NvHsdDHk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 fev. 2024.

LISBÔA, L. C.; GIRIANELLI, V. R.; VASCONCELLOS, L. C. F. Características e demandas da população em situação de vulnerabilidade social acompanhadas em Belford Roxo (RJ). **Saúde em Debate**, v. 44, n. 125, p. 438 – 450, jun. 2020. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/sdeb/a/rYvJmGRRQMcWht65GmVMXmN/abstract/?lang=pt#:~:text=A%20maioria%20dos%20respons%C3%A1veis%20familiares,escolar%20\(26%2C4%25\)](https://www.scielo.br/j/sdeb/a/rYvJmGRRQMcWht65GmVMXmN/abstract/?lang=pt#:~:text=A%20maioria%20dos%20respons%C3%A1veis%20familiares,escolar%20(26%2C4%25)). Acesso em: 28 fev. 2024.

MAGALHÃES, K. A. et al. Entre o conformismo e o sonho: percepções de mulheres em situação de vulnerabilidade social à luz das concepções de Amartya Sen. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 21, n. 4, p. 1493 – 1514, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/8Jh35Ywj8dhXs44pvG4QMzx/?lang=pt> Acesso em: 28 fev. 2024.

MARIUCCI, P.; CARIO, S. A. F. **Vulnerabilidade e Vigilância em Regiões Socioassistenciais de Santa Catarina: uma avaliação da política pública no âmbito da assistência social**. Desenvolvimento Socioeconômico em Debate, v. 6, n. 2, p. 64, nov. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/RDSD/article/view/42>. Acesso em: 28 fev. 2024.

MASLOW, Abraham H. **Introdução à Psicologia do Ser**. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1974.

MEDEIROS, B.T.; SANTOS, V.F. **O perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família no município de Chapecó – SC.** Revista Grifos, v. 25, n.40, p. 99, Set. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5729/572967129005.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2024.

MENICUCCI, Telma; GOMES, Sandra. **Políticas Sociais:** Conceitos, trajetórias e a experiência brasileira. 22 ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; DAL PRÁ, Keli Regina. **Serviços sociais e responsabilização da família:** contradições da Política Social brasileira. In: MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria. **Familismo Direitos e Cidadania:** contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015, p. 147-178.

MOSER, C. O. N. **The asset vulnerability framework:** Reassessing urban poverty reduction strategies. World Development, v. 26, n. 1, p. 1–19, jan. 1998. Disponível em: https://www.academia.edu/8934518/The_asset_vulnerability_framework_Reassessing_urban_poverty_reduction_strategies. Acesso em: 28 fev. 2024.

MUNARETTO, L.F.; SILVA, J.D.F. **Programa Bolsa Família (PBF):** Um Estudo nos Municípios que integram a Associação dos Municípios da Zona da Produção (AMZOP). Revista de Gestão e Organizações Cooperativas, v. 3, n. 5, p. 13-16, Set. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/21177>. Acesso em: 28 fev. 2024.

MUSTAFA, P.S. et al. **Cadastro Único:** características, possibilidades e limites para a construção de diagnósticos socioeconômicos. Perspectivas em Políticas Públicas, Belo Horizonte, V. X, nº 20, p. 79-107, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/2872/1588>. Acesso em: 28 fev. 2024.

NAZARENO, B.R.; TORTATO, C.D.S.B. **Gênero e mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Pontal do Paraná.** Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, v.8, n.1, p. 02, abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/9650>. Acesso em: 28 fev. 2024.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). ODS em ação – **Objetivo 10 Redução das Desigualdades.** Brasília, 2022. Disponível em: www.undp.org/pt/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel#Redu%C3%A7%C3%A3o-Desigualdades. Acesso em: 28 fev. 2024.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (REDE PENSSAN). **Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil (II VIGISAN), Brasil, 2022.** Suplemento I. Insegurança Alimentar nos estados. Disponível em: www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2022/10/14/olheestadosdiagramacao-v4-r01-1-14-09-2022.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, W. R. **O circuito familista na política de assistência social** / Familist circuit on Social Assistance Policy. Textos e Contextos (Porto Alegre), v. 16, n. 2, p. 388, dez./2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/24250>. Acesso em: 28 fev. 2024.

SANTOS, M.C.M. et al. **A voz do beneficiário:** uma análise da eficácia do Programa Bolsa Família. Revista de Administração Pública, v. 48, n.6, p. 1381 – 1405, dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/L58vw3z5s4sqyZtGPdXwDrL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 fev. 2024.

SANTOS, L.; PIRES, A. **Percepções dos gestores de escolas públicas municipais de Campinas-SP sobre o Programa Bolsa Família.** Comunicações (Piracicaba), v. 25, n. 2, p. 43-58, mai.-ago./2018. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasunimep/index.php/comunicacoes/article/view/3390>. Acesso em: 28 fev. 2024.

SEN, Amartya. 2010. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras

SILVA, Í. D. C. P. et al. **Estresse parental em famílias pobres.** Psicologia em Estudo, v. 24, p. 1 – 17, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/m8DxYJDrrkzjRHtLK4xPjYK/?lang=pt#:~:text=%C3%89%20considerado%20consenso%20na%20literatura,e%20desenvolvimento%20dos%20mais%20jovens>. Acesso em: 28 fev. 2024.

SILVA, F.S. et al. **Programa Bolsa Família e vacinação infantil incompleta em duas coortes brasileiras.** Revista de Saúde Pública, n. 54, v. 98, p. 1 – 14, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/gcFKtfpKx4j7pSNqNGYbKfD/?lang=pt>. Acesso em: 28 fev. 2024.

SOUZA, F. S. C.; COSTA, D. D. A.; SILVA, F. D. A. DA. **Programa “Bolsa Família” e sua importância para as famílias em situação de vulnerabilidade social.** Environmental Smoke, v. 1, n. 1, p. 42-52, dez./2018. Disponível em: <https://environmentalsmoke.com.br/index.php/EnvSmoke/article/view/5>. Acesso em: 28 fev. 2024.

SOUZA, P. et al. Texto para Discussão 2499. **Os efeitos do programa bolsa família sobre a pobreza e a desigualdade:** um balanço dos primeiros quinze anos. 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9356/1/td_2499.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024

SPOSATI, Aldaíza. **Modelo brasileiro de proteção social não contributiva:** concepções fundantes. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Concepção e Gestão da Proteção Social não contributiva no Brasil. Brasília: MDS/UNESCO, 2009.

STRAPASSON, K.; PAMPLONA, D.A. **A escolha pública econômica para erradicar a pobreza extrema no Brasil.** Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 4, n.2, Mar. 2015. Disponível em: www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/2988/pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

TASSARA, C. **Políticas públicas de protección social y lucha contra la pobreza en Colombia:** logros y desafíos. Papel Político, v.20, n. 2, p. 323 – 351. Jul/Dez 2015. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/papel/v20n2/v20n2a02.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2024.

TEIXEIRA, S.M.; SILVA, R.N.L. **Política de Assistência Social: entre o familismo e a desfamíliação** (Social assistance policy: between familism and dafamilization). Emancipação, v. 20, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/13115>. Acesso em: 28 fev. 2024.

ZIMERMANN, C. R. **O princípio democrático e constitucional da dignidade da pessoa humana e a existência do programa bolsa-família:** apontamentos sobre direitos elementares dos cidadãos de baixa renda. Revista Do Direito, p. 128-140, 2009. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/763>. Acesso em: 28 fev. 2024

O PAPEL DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ESTUDO DA VITIVINICULTURA NO DISTRITO DE BOA ESPERANÇA, ROLANTE (RS)

Andressa Soares dos Santos¹

Aleteia Hummes Thaines²

Jorge Luiz Amaral de Moraes³

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O êxodo rural é um fenômeno global que tem provocado significativas mudanças nas estruturas socioeconômicas de muitos países ao redor do mundo. A migração em massa de áreas rurais para centros urbanos tem sido uma característica marcante das últimas décadas, com grandes implicações para as comunidades rurais, para a dinâmica demográfica e para o desenvolvimento regional como um todo. Esse fenômeno está associado a muitos problemas, principalmente o desequilíbrio da base econômica das regiões tradicionalmente agrícolas, que enfrentam as questões relacionadas à globalização, mudanças climáticas, escassez de recursos e às infraestruturas inadequadas.

Como reflexo disso, verifica-se, desde então, um esvaziamento dos territórios rurais e a exclusão social nos centros urbanos, pois esses não conseguem absorver todo o fator trabalho que chega. Esses fatores têm causado problemas, como a falta de qualidade de vida e a degradação ambiental, principalmente nas periferias dos centros urbanos maiores. Já é evidente que, no país, há muitas dificuldades para promover mecanismos para diminuir esse êxodo rural.

No entanto, ao lado desses desafios, há também oportunidades emergentes que podem ser exploradas para reverter a tendência do êxodo rural e tentar desenvolver essas regiões. Uma dessas oportunidades pode estar relacionada às Indicações Geográficas (IGs), que vêm se tornando uma ferramenta relevante para o desenvolvimento regional e para a preservação da cultura local. As IGs

1 Mestra em Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT – Taquara – RS – Brasil. E-mail: andressasantos@faccat.br

2 Doutora em Direito com estágio Pós-doutoral em Direito. Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Membro da Rede Brasileira de Pesquisa Jurídica em Direitos Humanos. Advogada. Administradora. E-mail: ale.thaines@gmail.com

3 Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT – Taquara – RS – Brasil. E-mail: jmoraes@faccat.br

constituem um tipo de ativo intangível, de produtos ou serviços que informam ao consumidor o seu local de origem. Isso lhes atribui reputação às características diferenciadas de uma área geográfica, que pode ser um local, uma cidade, uma região ou, em casos excepcionais, um país (INPI, 2017; Sperotto, 2021).

Para identificar um produto com potencial para o registro de IG é necessário que esse produto apresente qualidade, tipicidade, tradição e notoriedade. Dessa forma, o consumidor passa a associá-lo a uma determinada região específica, o que confere ao produto um diferencial competitivo e uma maior visibilidade no mercado. Isso pode gerar um aumento na demanda e, consequentemente, na produção, no emprego e na renda local.

Este estudo está delimitado pelo distrito de Boa Esperança, um território rural que pertence ao município de Rolante/RS, que ainda carece de iniciativas e investimentos que possam garantir as condições para a permanência da população local no território. Entende-se que essas iniciativas deveriam basear-se na construção de um sistema de produção de bens e serviços diversificado, via utilização e gestão dos recursos tangíveis e intangíveis disponíveis no território.

Assim, então, questiona-se: A produção vitivinícola do distrito de Boa Esperança, localizado no município de Rolante/RS, apresenta potencial para obter algum tipo de registro de Indicação Geográfica (IG)? Buscando responder essa questão, o objetivo geral deste estudo foi analisar o potencial de o distrito Boa Esperança, localizado no município de Rolante/RS, para obter o reconhecimento de Indicações Geográficas para algum dos produtos do setor vitivinícola local.

Para isso, foram formulados os seguintes objetivos específicos: a) Diagnosticar a possibilidade de o setor vitivinícola do distrito Boa Esperança vir a ter produtos com reconhecimento de Indicações Geográficas; b) Identificar os atributos referentes à qualidade, tipicidade, tradição e notoriedade no setor vitivinícola para obtenção do registro de Indicação Geográfica no distrito Boa Esperança; c) Analisar a viabilidade para a obtenção do registro de Indicação Geográfica no setor vitivinícola no distrito Boa Esperança.

Os procedimentos metodológicos adotados caracterizam-se, quanto aos objetivos, como exploratória e descritiva. Quanto aos procedimentos técnicos, bibliográfico, documental e de pesquisa de campo, realizou-se a consulta com base em matéria publicada, pois, “[...] tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos” (Gil, 2010, p. 29).

Em relação à abordagem, a pesquisa classifica-se como qualitativa, sendo utilizada para compreender o contexto social de um determinado elemento necessário para a pesquisa. E, ainda, caracteriza-se como uma pesquisa de campo, pois utilizou dados primários necessários ao estudo *in loco*, assim investiga as informações no local onde acontece o fenômeno ou que possui elementos para explicá-lo (Vergara, 2013).

Com relação à pesquisa de campo, esta contou com a participação de 5 representantes de entidades da sociedade civil que possuem relação com a produção de vinho do distrito de Boa Esperança/RS e 5 produtores de vinho que fazem parte da Associação Caminho das Pipas (ACAPI). Ressalta-se que, num primeiro momento, havia-se definido a participação de 7 produtores de vinho, contudo, após várias tentativas de agendar as entrevistas, 5 produtores propuseram-se a participar da pesquisa.

A coleta de dados, em um primeiro momento, consistiu em uma pesquisa bibliográfica e documental com o objetivo de verificar a relevância e conhecimentos sobre o tema, além de pesquisa em livros, periódicos da área, dissertações, teses e material disponível por meio eletrônico, bem como documentos relacionados ao assunto.

Após, essa etapa, deu-se início à pesquisa de campo, utilizando-se roteiro de entrevista semiestrutura para a realização das entrevistas. A vantagem da entrevista semiestruturada é o roteiro focalizado.

Para cada classe de entrevistado foi organizado um roteiro de entrevista. O roteiro utilizado é do autor Silva (2022), a partir dos instrumentos do SEBRAE e INPI. Os dados coletados foram categorizados para análise e interpretação. Utilizou-se a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Essa proposta caracteriza-se como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, com o objetivo de obter, por métodos sistemáticos, os objetivos de descrições do conteúdo das mensagens indicadores que possibilitem a conclusão de conhecimentos a respeito de condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas informações (Bardin, 2011).

Dessa forma, a interpretação dos dados apresentou-se por meio da fundamentação teórica, visando a construção de uma relação teórica, por meio da revisão da literatura e análise das informações alcançadas com a coleta de dados, com a finalidade de comparar e fundamentar os resultados obtidos na pesquisa.

O desenvolvimento do artigo está dividido em quatro etapas: inicialmente, apresentam-se conceitos necessários para a compreensão de toda a pesquisa relacionados ao desenvolvimento e a relação com as IGs. Em um segundo momento, descreve-se o cenário da pesquisa, a caracterização do distrito de Boa Esperança/RS, delimitando o espaço analisado. O capítulo contém os dados da realidade investigada e a discussão dos resultados, organizados em 5 seções a partir dos critérios de possibilidade de uma IP ou DO, o setor vitivinícola de Boa Esperança, Notoriedade, Modo de produção. E, por fim, foram apresentados os resultados obtidos por meio da pesquisa de campo, por meio da percepção dos produtores e demais atores ou entidades da sociedade civil.

2 AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS E A SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Uma abordagem sobre os aspectos territoriais é de suma relevância para se discutir as IGs e o desenvolvimento regional, uma vez que constituem um mecanismo de proteção de produtos e serviços regionais que podem contribuir para o desenvolvimento econômico e social das regiões onde estão inseridas.

O registro de uma IG é caracterizado pela associação de adjetivos que se relacionam à origem do produto (tradicional, local, *terroir*, único) e à organização da produção (qualidade superior, rastreável, segura) (Medeiros; Passador, 2021). A partir dessa certificação, as IGs podem estimular benefícios em diversas dimensões do desenvolvimento territorial, tais como agregação de valor ao produto, aumento da renda do produtor, expansão e acesso a novos mercados, preservação da biodiversidade, da cultura e dos recursos genéticos locais, bem como a preservação do meio ambiente.

Por meio do contexto histórico e das tradições, ampliam-se as possibilidades de constituir culturas que acrescentam fatores particulares a partir das relações, linguagens e de valores estruturados em torno de uma moral, de fundamentos étnicos, de sentido de participação e identidade. A perspectiva territorial propõe revalorizar esses elementos, atribuindo-lhes espaço adequado e incluindo-os às políticas de desenvolvimento rural, protegendo, fortalecendo e preservando as culturas rurais (Maia; Filippi; Riedl, 2009).

Nesse aspecto, já há meios de uma ocupação harmoniosa do espaço cultural produtivo, unindo o reconhecimento de um produto tradicional às características culturais e históricas, aliadas com a preservação da biodiversidade e o desenvolvimento rural, como mecanismos de competitividade e diferenciação para os produtores rurais que competem com grandes sistemas produtivos (Vieira *et al.*, 2016). Assim, de fato, as IGs podem ser consideradas como estratégia de ação territorial. Vitrolles (2007) afirma que as interligações do produto reconhecido com outras atividades econômicas na região, como a gastronomia e o turismo, bem como o potencial de exportação do produto para fora do território e, conseqüentemente, sua contribuição para o reconhecimento e atratividade da região em geral correspondem a indicadores que podem promover o processo de desenvolvimento para o território em questão.

No entanto, é necessário dizer que as IGs também enfrentam barreiras, conforme são apresentadas por Dallabrida, Baukart e Guinzani (2020); a falta de cooperação e o poder decisório em mãos de poucos atores podem comprometer as ações que buscam viabilizar o desenvolvimento do território e, em consequência, o reconhecimento de uma IG. Notavelmente, eles acreditam que a implementação da IG, por si só, não desenvolve o território e não é fator determinante no reconhecimento dos atores locais. Por isso, é fundamental a atuação e a participação

permanente da comunidade de produtores e do poder público, objetivando a articulação com outras políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento territorial que buscam potencializar as iniciativas e ações (Aguiar *et al.*, 2021).

Contudo, essas prioridades precisam estar além do crescimento econômico, devendo coadunar com o desenvolvimento em seu sentido amplo, ou seja, na perspectiva de Amartya Sen, melhorando, dessa forma, a qualidade de vida das pessoas, especialmente aquelas que, muitas vezes, são excluídas e marginalizadas. Somente assim é possível promover o desenvolvimento com mais igualdade e compartilhar o crescimento econômico a partir da geração de oportunidades de trabalho, melhores condições de estudo e do acesso às tecnologias e às inovações que criam oportunidades de vida para as famílias (Silva, 2018).

A partir dessas considerações, foi possível analisar os impactos positivos e negativos das IGs no desenvolvimento regional. A proteção legal e o reconhecimento não apenas envolvem a autenticidade e a qualidade dos produtos locais, mas também atuam impulsionando o desenvolvimento socioeconômico das regiões. Ao destacar as características de um determinado território, promove-se a valorização dos recursos locais e fomentam a identidade cultural, fortalecendo assim as relações entre os produtores e as comunidades locais.

Além disso, as IGs podem servir como ferramentas para promover o turismo, atrair investimentos e criar oportunidades de emprego nas principalmente nas áreas rurais. O reconhecimento de uma IG não apenas aumenta a visibilidade dos produtos regionais no mercado nacional e internacional, mas também contribui para a diversificação econômica e a sustentabilidade ambiental das regiões produtoras.

Dando continuidade ao tema, o próximo subcapítulo concentrar-se-á na vitivinicultura, uma atividade de grande relevância econômica e cultural no estado do Rio Grande do Sul (RS). A produção de vinho não só reflete a diversidade de *terroirs* e tradições locais, mas também gerou soluções para o desenvolvimento econômico, a permanência dos produtores nesses territórios e o fortalecimento da identidade regional.

3 O POTENCIAL DA VITIVINICULTURA NO DISTRITO DE BOA ESPERANÇA PARA O RECONHECIMENTO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

Este capítulo apresenta os dados da realidade investigada e a discussão dos resultados.

3.1 O distrito de Boa Esperança e o roteiro Caminho das pipas, no município de Rolante/RS

No contexto histórico, o processo de ocupação de Rolante ocorreu em 1880, pelos imigrantes alemães vindos de São Leopoldo, Taquara e São Sebastião do Caí. Naquela época, a economia regional era ligada à ação dos tropeiros, que condiziam o gado do Rio Grande do Sul até o estado de São Paulo. Em 1882, chegaram os primeiros colonizadores alemães, vindos das colônias velhas, estabelecendo moradia em Alto Rolante, atualmente distrito de Rolante. Por volta de 1905, chegaram os ítalo-brasileiros, originários de Caxias do Sul, Salvador do Sul, Farroupilha, Gramado, entre outras levas das primeiras e velhas colônias (Nandi, 2015). Após ser, por 71 anos, o 1º distrito do município de Santo Antônio da Patrulha/RS, Rolante foi emancipado em 28 de fevereiro de 1955.

Conforme Nandi (2015), o 1º distrito de Rolante passou por um período de crise produtiva e da economia agrícola local, dando início a um processo de êxodo rural. Isso gerou a necessidade de uma busca por alternativas produtivas e de renda rural, quando foram criadas algumas cooperativas e pequenas indústrias, além da busca por novos mercados para os produtos produzidos pelos colonos da localidade. Esses foram alguns dos principais fatores que impulsionaram o movimento emancipatório.

O município de Rolante está localizado no Nordeste do estado do Rio Grande do Sul e faz parte da região administrativa denominada Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Paranhana-Encosta da Serra, na região metropolitana de Porto Alegre.

Conforme dados do último censo (IBGE, 2022), o município de Rolante conta com 21.253 habitantes, com uma área territorial de 296,090 km² e densidade demográfica próxima de 71,78 hab/km². Referente ao território rural, o Censo Agropecuário de 2017 registrou 939 propriedades rurais no município (IBGE, 2021). Rolante é conhecida como a Capital Nacional da Cuca e possui atrativos gastronômicos, culturais e belezas naturais. As cucas destacam-se pelo “saber-fazer” tradicional do local e, na cidade, há um evento anual próprio, a Kuchenfest, ou festa das cucas, que foi criado pelos descendentes de alemães do município, ou seja, os primeiros habitantes do município (Rolante, 2022).

O distrito de Boa Esperança localiza-se a 18km do centro de Rolante/RS e é caracterizado como roteiro de enoturismo pela produção de vinhos, sucos e espumantes produzidos por vinícolas familiares. O cultivo de uva, de trigo e de milho eram as atividades agrícolas que mais se destacavam, sendo essas as principais fontes de alimentação dos italianos e seus descendentes na localidade (Gevehr; Nandi, 2015). O cultivo da uva, a produção e a comercialização do vinho na comunidade de Boa Esperança estavam entre as principais fontes de renda das famílias agricultoras e essa é a característica mais visível da localidade atualmente.

A partir de 1995, por meio do trabalho realizado pela EMATER, em parceria com a Prefeitura Municipal e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, iniciaram as atividades de conscientização da comunidade de Boa Esperança tanto para diversificar as atividades como para desenvolver ações de melhoria da infraestrutura social da comunidade e, por consequência, uma melhoria na renda familiar. A finalidade das atividades foi a permanência das pessoas no meio rural e diminuição do êxodo crescente de moradores da localidade para o centro da cidade.

Esse trabalho resultou na formalização das cantinas e do restaurante típico, conhecido como Restaurante Figueira Branca, melhorando tanto a segurança sanitária quanto a qualidade na produção de vinhos coloniais (Rolante, 2005). A singularidade desses produtos atrai turistas que usufruem de uma variedade de produtos e serviços, trazendo benefícios econômicos significativos para os negócios locais. Além disso, essa integração entre os setores da economia local não apenas gera vantagens diretas, mas também promove benefícios indiretos para o desenvolvimento territorial (Maiorki; Dallabrida, 2015).

Na região, a maioria das propriedades possui vinhedos e produção própria de vinhos armazenados em barris de grande porte, chamados popularmente de “pipas”, de onde vêm à denominação da rota “Caminho das Pipas”. A divulgação e a ampliação do turismo na região da rota “Caminho das Pipas” só foi possível com o convênio entre a Prefeitura Municipal de Rolante, as Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT) e o Fórum de Turismo do Vale do Paranhana. A participação da FACCAT deu-se por meio do curso de Turismo e do Programa de Extensão Empresarial (Rolante, 2005).

Visando alavancar o turismo no Caminho das Pipas, em maio de 2022, foi criada, oficialmente, a Associação Caminho das Pipas (ACAPI), organizada pelos produtores de uva e vinho do distrito Boa Esperança. O objetivo era estruturar o roteiro e buscar recursos para realizar melhorias, como também a divulgação mais ampla das atividades, visando fomentar o turismo. Dessa forma, destaca-se a importância do diálogo entre os atores como um elemento fundamental para consolidar a integração territorial de atividades como agricultura e turismo, as quais, por vezes, operam de maneira relativamente independente dentro dos territórios. Embora as relações entre as cadeias produtivas do vinho e as atividades turísticas sejam antigas e duradouras, o fato é que esses dois setores devem fortalecer suas interações, reconhecendo a crescente interdependência (Hirczak; Janin; Lapostolle, 2022).

A partir da articulação da ACAPI, criou-se o roteiro *Caminho das Pipas*, formado por onze empreendimentos. Esses são oito vinícolas, um restaurante, uma casa de massas e uma pousada. Cabe ressaltar que os proprietários das vinícolas ali localizadas são descendentes de imigrantes italianos e produzem vinho para consumo próprio desde 1930. Ressalta-se, também, que ainda há outras vinícolas e pousadas localizadas no distrito de Boa Esperança que não fazem

parte da ACAPI. Ademais, o roteiro Caminhos das Pipas também possui outros atrativos, tais como os baseados em seus recursos naturais, como a Cascata Três Quedas e o Morro de Voo Livre, além de pontos religiosos, como as visitas à Igreja Nossa Senhora do Caravaggio (Kinzel, 2015).

Schaidhauer (2011) comenta que a colaboração dos setores público e privado foi importante para o desenvolvimento do roteiro turístico denominado “Caminho das Pipas”, para o processo de registro e legalização das agroindústrias locais e nos trâmites para a criação da *Associação Caminho das Pipas* (ACAPI), a principal forma de capital social presente no distrito. Essas entidades não apenas uniram esforços, mas também implementaram iniciativas educacionais, como cursos e palestras, destinadas a qualificar os produtores rurais. A capacitação preparou os produtores para a prestação de serviços turísticos de qualidade aos visitantes. Essa integração não apenas fortaleceu a economia local, mas também promoveu o crescimento sustentável, transformando a região em um destino turístico culturalmente enriquecedor (Schaidhauer, 2011).

Conforme dados do Sistema de Declarações Vinícolas (SISDEVIN) da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação do estado do Rio Grande do Sul (2024), o município de Rolante apresenta uma produção de 285.500,00 kg de uva (2023), predominantemente da uva Bordô (ives), que representa 242.209,00 kg, seguido da uva Niágara branca 33.273,00 kg, Isabel (Brasileira) 5.488,00 kg, Goethe (Gota de Ouro/Pinet) 2.280,00 kg e Moscato Embrapa 2.250,00 kg.

Enfatiza-se que essa produção de uva não é exclusivamente destinada à produção de vinhos no estado, mas também para a produção de sucos de uva. Com relação à produção de suco, Rizzon (2007) esclarece que, no território brasileiro, a preferência é pela utilização das uvas Isabel, a Concord, a Bordô e a Niágara.

Realizada a caracterização do território onde se encontra o objeto de estudo do presente artigo, com informações sobre a produção de vinhos e a história da comunidade, passa-se à discussão dos conteúdos primários levantados na pesquisa.

3.2 O setor vitivinícola de Boa Esperança, no município de Rolante/RS

A vitivinicultura é uma atividade essencialmente agrícola, englobando o cultivo das uvas e a elaboração de vinhos. Para além desses aspectos, é uma atividade antiga realizada no estado do Rio Grande do Sul, atividade que foi trazida da Europa pelos imigrantes italianos. No entanto, foi somente nas últimas décadas que ela mostrou o seu dinamismo, tornando-se visível em outras regiões do Brasil. O seu crescimento pode ser atribuído ao fomento de pesquisa científicas nessa área, bem como à alteração do processo produtivo, empregando mão-de-

-obra qualificada e utilização de novas tecnologias, acarretando, inclusive, um aumento do turismo nas áreas de parreirais (Manfio, 2019).

Mattei e Triches (2009) argumentam que, analisando a vitivinicultura gaúcha, é possível constatar que a atividade permanece como uma das mais importantes para a economia do estado riograndense, destacando-se pelo número de pessoas empregadas na cadeia, o valor dos impostos gerados, as exportações realizadas e as ações correlatas proporcionadas por esta atividade produtiva. O estado apresenta um espaço consolidado e também organizado produtivamente com a vitivinicultura. Essa se associa à história gaúcha e também às novas dinâmicas da produção de vinhos vinculadas, principalmente aos vinhos finos e agroecológicos (Manfio, 2019).

Esse espaço também é ocupado pela comunidade do distrito Boa Esperança, que é uma comunidade formada por descendentes de italianos e manteve a relação com a produção vitivinícola por meio de um sistema de produção baseado em saberes, tradições e costumes produzidos e compartilhados ao longo de diferentes gerações. Essa atividade é marca expressiva nesse território e revelou-se um instrumento fundamental para recentrar o processo de desenvolvimento e o envolvimento da comunidade.

O destaque da produção é a uva bordô, também conhecida como uva tinta. A Bordeaux é um tipo de uva tinta comum, utilizada na produção de suco e vinho, além das geleias e doces. Esse tipo de uva consiste na principal matéria-prima dessa localidade, sendo que, manipulada de forma correta, com o auxílio da tecnologia e aliada às boas práticas na fabricação do vinho, resulta em um produto de boa qualidade (V4).

Para a comunidade de Boa Esperança, a produção de vinho tem suma importância. Conforme relato de um dos entrevistados, atualmente, se não fosse pela presença das vinícolas e dos produtores de uva, acredita-se que a comunidade estaria consideravelmente reduzida, uma vez que não há outra atividade que se equipare à importância da produção de uva nessa região (A5). A entrevistada reflete ainda que tudo acaba girando em torno da safra de uva, em torno da colheita. Assim, o produtor ou vende as uvas como matéria-prima para as vinícolas ou vende para o consumo in natura, uma vez que tal produto pode ser comercializado para diversas finalidades.

3.3 Indicação de Procedência para os vinhos produzidos no distrito de Boa Esperança

A Lei n. 9.279/1996, em seu artigo 177, define a IP como o “nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço”.

O autor Tonietto (2019) destaca a necessidade do Regulamento de Uso, delimitando a região geográfica na qual irá receber a IP, identificando onde os vinhos podem ser produzidos, estabelecendo também os requisitos para a produção desses vinhos. Esse regulamento pode incluir critérios, como as variedades de uvas permitidas, os métodos de cultivo e as práticas enológicas. Além disso, há necessidade de um Sistema de Controle para garantir que os vinhos certificados pela IP atendam aos requisitos estabelecidos. Esses aspectos são essenciais para assegurar a autenticidade e a qualidade dos vinhos associados à IP.

No distrito de Boa Esperança, objeto do estudo, a relação com a tradição na produção dos vinhos ocorre com a colonização, a chegada dos imigrantes italianos no início de 1900, que trouxeram com eles as videiras e a tradição na produção de vinhos. Contudo, por meio da coleta de dados, foi possível constatar que as vinícolas foram formalizadas, isto é, constituíram-se em pessoas jurídicas de direito privado somente a partir de 2002 (A4).

É necessário ressaltar que o distrito de Boa Esperança está destacando-se cada vez mais no mercado como produtor de vinhos de qualidade. Esse reconhecimento tem ocorrido, especialmente, a partir da divulgação do roteiro turístico Caminho das Pipas. Ainda, constata-se que esses vinhos não são somente comercializados nas vinícolas, mas também na Casa da Colônia, localizada no centro do município de Rolante/RS (A4).

Contudo, não é só o vinho que se destaca, mas também a produção de suco de uva. Apesar de esse produto não ser objeto da presente pesquisa, ele possui grande relevância para o distrito para fonte de renda (A1).

No decorrer da coleta de dados, foi possível observar a relevância da produção de uvas e dos vinhos para os produtores, para o distrito e para o município, indo ao encontro de uma proposta de IP, uma vez que essa região configura-se como uma área construída em função de uma série de critérios, como os saberes locais, a importância econômica e histórica do produto. Essa modalidade de IG é menos exigente em termos de estudos para a demonstração da ligação do produto com a origem (Silva *et al.*, 2010).

Um dos entrevistados comenta que a produção de vinho possui um bom reconhecimento, principalmente pela qualidade da matéria-prima produzida, pois, com uvas de melhor qualidade, é possível fazer vinhos melhores usando boas técnicas de produção. Assim, os consumidores reconhecerão a qualidade do produto.

Os relatos dos entrevistados da pesquisa vão ao encontro do que Anjos *et al.* (2014) esclarecem sobre o processo de solicitação de uma IP. Para os autores, o processo para solicitar a Indicação de Procedência no Vale dos Vinhedos gerou importantes efeitos para a região, tanto de cunho interno como externo. Nesse caso, os benefícios sobre os processos de produção trouxeram consigo a incorporação da rastreabilidade e de diversos mecanismos de controle da qualidade

da uva e do vinho e também a perspectiva do fortalecimento de uma identidade regional.

3.4 Reconhecimento de Denominação de Origem para os vinhos produzidos no distrito de Boa Esperança

O vinho e seus derivados possuem propriedades organolépticas, que são a expressão dos fatores naturais e fatores humanos para a produção da uva e na elaboração e envelhecimento do vinho. Apesar de utilizar a tecnologia e o mesmo manejo, os vinhos elaborados de diversas regiões apresentam-se distintos, com características próprias. Daí a importância do conceito de DO, que valoriza as peculiaridades das diferentes regiões e a originalidade dos produtos (Tonietto, 2002).

Para a concessão de uma, DO exige-se que as “características qualitativas” do produto estejam diretamente vinculadas à área geográfica em questão e que todos os procedimentos sejam ali realizados (Niederle; Vitrolles, 2010). Define-se como o “nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos” (art. 178, Brasil, 1996).

Dessa definição, entende-se como fatores naturais aqueles sobre os quais os indivíduos não possuem influência direta e que são determinantes da qualidade e características dos vinhos (latitude, altitude, formação geológica, declividade, textura, estrutura e composição do solo, precipitação pluviométrica e sua distribuição natural, dentre outros) (Tonietto, 1993). Já os fatores humanos são aqueles sobre os quais os indivíduos exercem influência direta e que também são determinantes da qualidade e características dos vinhos (porta-enxertos e variedades recomendadas, espaçamento, sistema de condução e poda, época de colheita, sistemas de vinificação e envelhecimento, dentre outros) (Tonietto, 1993).

Para confirmar a possibilidade de DO, é fundamental ter características e diferenciais que são comprovadamente resultado da interação com o meio ambiente de uma determinada região. A partir dessa definição, o entrevistado A1 acredita na possibilidade de o distrito de Boa Esperança preencher os requisitos para um reconhecimento de DO em virtude do terroir. Para ele, “a questão em Boa Esperança é topográfica, por apresentar um solo diferenciado no alto da montanha”.

A localização é propícia para uma melhor adaptação das videiras, pois elas têm todas as condições climáticas favoráveis, o solo, o relevo, a radiação solar, ou seja, uma série de características que fazem a diferença na produtividade das videiras e qualidade das uvas, resultando num produto de grande qualidade. A escolha do território tem relação com os descendentes, os italianos. Eles sempre escolheram, em todas as colonizações, regiões semelhantes, parecidas, com essa

altitude, com esse relevo, já pensando na produção da uva (A4).

Os entrevistados enfatizam que a uva Bordeaux é o “carro-chefe” da matéria-prima, tanto para a produção de vinhos quanto para as de suco de uva. Então, existe uma possibilidade de trabalhar com produtos diferentes e de trabalhar a questão da DO, pois as características encontradas nos produtos produzidos no distrito de Boa Esperança não serão encontradas em outros lugares por serem únicos e oriundos da região.

Ainda se observa que os produtos elaborados dessa uva também são diferenciados, pois são produtos varietais, que geralmente não usam misturas de uvas. Os produtores entrevistados da pesquisa enfatizaram que é raro encontrar um vinho varietal de uva bordô, porque ela é uma uva muito encorpada e muito “tintória”. Na maioria dos casos, em outras regiões, utilizam essa uva para fazer cortes, para misturas com outras uvas, com outras variedades, com menos intensidade de cor, de sabor, de aroma, para ter um equilíbrio, o que acaba padronizando. Essa padronização acaba misturando vários tipos de uva, perdendo a identidade única da uva Bordeaux (A5).

Os entrevistados destacaram a importância da autenticidade e da qualidade dos produtos oferecidos na região, ressaltando que eles mantêm uma relação comercial consolidada e que os clientes buscam especificamente por produtos típicos, sem misturas, o que leva a um diferencial positivo para a região. Essa observação indica que a reputação dos produtos locais, especialmente no que diz respeito à produção de uvas e vinhos, está solidificada e contribuindo, inclusive, para o desenvolvimento do turismo.

Analisando as DO, verifica-se que elas representam um elemento importante não só para o produtor daquela região, mas, também, é uma garantia para o consumidor, pois trazem uma informação clara e segura, estando alinhadas com as condições de mercado. O importante no reconhecimento das denominações de origem, por se constituírem numa propriedade de carácter coletivo, é ter claro que a titularidade, apesar de ser concedida em nome do substituto processual, pertencem aos viticultores que as implantam, competindo a esses a sua definição, defesa, melhoria e promoção comercial. Isso quer dizer que esses produtores devem se organizar e constituir uma associação ou cooperativa eficiente e forte que possa defender os interesses dessa coletividade (Tonietto, 1993).

Tonietto (1993) complementa ainda que DO é vontade exclusiva dos produtores e que não pode ser imposta. Para obterem êxito, as DO devem nascer da base, isso é, dos atores do setor produtivo vitivinícola, definindo regras que serão aplicadas, tendo por via de consequência a proteção do Estado.

Diante desses apontamentos, a pesquisa constatou que os vitivinicultores da região do distrito de Boa Esperança estão se organizando e podem ter, em um futuro próximo, potencial para o reconhecimento de uma IG dos vinhos produzidos naquela região, sendo, em um primeiro momento, uma IP e, posteriormente, uma DO.

3.5 A notoriedade envolvendo os vinhos produzidos no distrito de Boa Esperança

De acordo com a legislação brasileira, a existência de uma IG requer que o produto ou serviço esteja associado a um nome geográfico que tenha tornado-se notório como centro de produção, fabricação, extração ou prestação de determinado serviço. E, também, que os produtos apresentem características particulares ou específicas, que sejam reconhecidas pelos consumidores e que os territórios tenham seus recursos naturais específicos, criando uma notoriedade (Silva et al., 2014). Todo produto tem uma história que pode ser contada, por mais recente ou limitada que ela seja, mas nem todo produto possui notoriedade. Contudo, se o produto tem notoriedade, também tem história (Velloso et al., 2014).

O INPI estabelece alguns requisitos específicos que devem fundamentar o pedido de registro de uma IP, como, por exemplo, “[...] documento comprovando que o nome geográfico se tornou efetivamente conhecido como centro de extração, fabricação ou produção, ou ainda, de prestação de serviços” (Bruch; Copetti, 2014, p. 199). Observa-se que a notoriedade é um dos requisitos e pode abordar aspectos como história do desenvolvimento do produto, documentos, publicações, entrevistas, entre outros (INPI; SEBRAE, 2011).

Especificamente sobre o reconhecimento do distrito de Boa Esperança pelo mercado consumidor de vinhos, ainda não é possível mensurar esse reconhecimento, mas vem crescendo a procura por alguns produtos da região desde a pandemia de Covid-19.

Nesse sentido, por meio da presente pesquisa de campo, foi possível verificar que o distrito de Boa Esperança possui um reconhecimento regional e apresenta potencial para ampliar essa notoriedade, principalmente por meio do turismo e do roteiro turístico do Caminho das Pipas.

3.6 O Modo de Produção do Vinho no distrito de Boa Esperança

No mundo dos vinhos, durante muito tempo, as IGs foram a expressão máxima de um estilo de produção assentado na valorização do terroir, na institucionalização da raridade, da especificidade e de métodos tradicionais de viticultura e vinificação. Os pequenos empreendimentos também apostaram em alternativas locais, tentando beneficiar-se da crescente valorização de atributos territoriais específicos, nomeadamente por meio da associação dos vinhos com aspectos socioculturais de identidade e tradição, com a natureza e a paisagem, ou ainda com métodos peculiares de produção, conforme afirma Niederle (2009). Um cenário semelhante a esse é, também, o que se espera para os próximos anos como resultado da atual dinâmica de desenvolvimento do distrito de Boa Esperança.

Para isso, é importante a existência de uma coordenação e uma regula-

mentação da produção que possa definir uma forma específica de fazer vinhos e sucos de qualidade no distrito de Boa Esperança a partir de características locais, socioeconômicas e culturais específicas do território. Com relação a isso, a entrevistada V1 enfatiza que isso é uma questão individual, pois cada produtor segue a sua forma de produzir, pautado na tradição de família, de forma artesanal. Ela complementa, ainda que: “a gente caminha junto, mas paralelo. Cada um com a sua forma de produzir”.

As percepções dos entrevistados são importantes para um possível pedido de IGs, pois as de vinhos do Estado do Rio Grande do Sul utilizam um sistema de controle assemelhado, estruturado nos Conselhos Reguladores (CR) de cada uma das associações de produtores gestoras de IG (Tonietto, et al. 2022).

Os CR são órgãos sociais integrantes dos estatutos de cada uma das associações. Nos estatutos, estão definidas as competências e atribuições em termos de gestão da IG e a sua composição, incluindo a representação dos produtores e de instituições externas. A gestão inclui o controle, a proteção e a promoção da IG (Tonietto, et al. 2022).

Após, questionou-se os entrevistados sobre o sistema de controle de qualidade da produção dos vinhos produzidos no distrito de Boa Esperança, sendo que a resposta também foi de que esse sistema de controle de qualidade ocorre de forma artesanal. No entanto, são realizadas as análises físico-químicas e emitidos laudos, sendo que, por meio desses laudos, é possível verificar inadequações e realizar as correções necessárias. Os entrevistados ainda enfatizam que são fiscalizados pela Secretaria Estadual da Agricultura, por meio de visitas dos fiscais às vinícolas (A4, A5, V1).

Ressalta-se que os vinhos com IG devem ser produzidos atendendo ao conjunto de requisitos de produção, definidos no Caderno de Especificações Técnicas (antes denominados de Regulamentos de Uso). Existem dois níveis de controle. Um deles é exercido pelos produtores, por meio do Autocontrole. Outro é realizado pelo Conselho Regulador (CR), correspondendo à etapa do Controle Interno (Tonietto, et al. 2022).

Conforme mencionado, o regulamento de produção, bem como o sistema de controle de qualidade dos vinhos produzidos no distrito de Boa Esperança segue, ainda, o modelo tradicional que foi passado de pai para filho.

Observa-se que esses regulamentos não estão documentados, nem mesmo pela ACAPI. Os checklists de boas práticas de produção são fornecidos pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), por meio da Secretaria da Agricultura Estadual que também realiza as análises para comprovar se o produto está apto para o consumo.

Quanto à documentação dos registros do modo tradicional de produção do vinho no distrito de Boa Esperança, os entrevistados são unânimes em afirmar que o conhecimento é passado, muitas vezes, de forma oral de geração para gera-

ção, pois os produtores não veem a necessidade de documentar, de forma escrita o modo de produção. Ainda, quanto à implementação de novos processos produtivos, a entrevistada A4 relata que os produtores são convidados a participar de capacitações promovidas pela Embrapa, sendo que os técnicos da Embrapa vêm, de forma gradual, acompanhando a implementação de inovações no processo produtivo pelos vitivinicultores do distrito de Boa Esperança. A Embrapa também fornece, a esses produtores, manuais que orientam o processo produtivo do vinho auxiliando, assim, na produção de vinhos de melhor qualidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vitivinicultura possui significativa relevância no estado do Rio Grande do Sul. Isso se confirma tanto pela expansão contínua das áreas dedicadas a essa atividade no território ao longo dos anos, pelo reconhecimento e pela sua consolidação como produtora de vinhos diante da qualidade. Além disso, a vitivinicultura carrega consigo um profundo valor identitário, influenciado pelos imigrantes envolvidos na produção de uvas e vinhos.

O estudo teve como objetivo analisar o potencial do distrito Boa Esperança, localizado no município de Rolante/RS, para a obtenção do reconhecimento de IGs no setor vitivinícola. Justifica-se a relevância pela necessidade de compreender as potencialidades da produção de vinhos da comunidade de Boa Esperança, reconhecida como o “Caminho das Pipas”, devido à tradição na produção de vinhos, sucos e espumantes, como também o turismo rural.

Verificou-se, por meio do referencial teórico, experiências já consolidadas e reconhecidas de IGs, no sentido de dar base para essa iniciativa que está surgindo. É crucial destacar a importância do pioneirismo do trabalho no Vale dos Vinhedos, que não só serviu como referência para a maioria das experiências consolidadas de IGs no Brasil, mas também continua a inspirar aqueles que buscam o reconhecimento. Esse pioneirismo atua como um estímulo para outros territórios considerarem estratégias semelhantes em suas agendas de desenvolvimento, devido aos impactos positivos gerados naquele território.

A partir da análise e da discussão, foi possível identificar que muitos produtores exercem a atividade vitivinícola pela familiaridade e vínculo familiar que a atividade possui. Esse saber fazer foi passado de gerações para gerações, enraizando-se na cultura local. Além disso, a tradição familiar na vitivinicultura não apenas preserva técnicas na produção do vinho, mas também fortalece os laços comunitários e a identidade regional, contribuindo para a sustentabilidade econômica e social da região.

Os resultados focaram-se, primeiramente, nas possibilidades do setor de vitivinicultura no distrito Boa Esperança para IGs, pois a pesquisa verificou aspectos positivos, destacando-se a qualidade das uvas cultivadas na região, as

características do terroir local, a produção tradicional, a pureza dos vinhos, o comprometimento dos produtores e a união da comunidade local. Todavia, percebem-se dificuldades em relação aos reflexos negativos causados pelo êxodo rural, que causou uma redução drástica na mão de obra disponível, afetando diretamente a produção agrícola.

Em relação à tradição na produção de vinhos, conforme os entrevistados, começou com a chegada dos imigrantes italianos no início do século XX. Eles trouxeram as videiras e os métodos antigos de fazer vinho. É importante destacar que, nos últimos anos, o distrito de Boa Esperança vem ganhando cada vez mais reconhecimento também por meio do roteiro turístico “Caminho das Pipas”. Conforme comentado anteriormente, o roteiro foi criado em 2002, com o objetivo de fortalecer a economia local, mas também promover o crescimento sustentável, transformando a região em um destino turístico culturalmente enriquecedor.

Apesar de não ser o objetivo do presente estudo, faz-se necessário destacar a relação do turismo nessa região. Em Boa Esperança, o turismo rural, por meio do roteiro turístico “Caminho das Pipas”, está sendo uma ferramenta importante para a permanência e o fortalecimento de pequenas propriedades rurais familiares. A análise da relação entre a construção e o desenvolvimento da rota é positiva e está contribuindo muito para o desenvolvimento da comunidade, já que a rota “Caminho das Pipas” proporcionou uma maior visibilidade dos produtos daquela localidade, o que incentivou um aumento da produção de vinhos e conquistou um nicho no mercado consumidor, que busca produtos diferenciados como o suco natural, que algumas agroindústrias passaram a produzir. Esse aumento da produção significou uma importante estratégia de sustentabilidade para os agricultores, viabilizando, assim, a permanência das gerações mais novas no meio rural.

Todavia, um grande problema é a falta de mão de obra qualificada, já que a comunidade não conta com pessoas disponíveis para trabalhar nas atividades da propriedade, nas agroindústrias ou mesmo no atendimento aos turistas ou nos estabelecimentos comerciais. A dificuldade de encontrar mão de obra pode ser um empecilho para a ampliação da produção e nos atendimentos aos visitantes.

Contudo, outro fator analisado, obrigatório para obter a IG, é a notoriedade. Foi possível verificar que o distrito de Boa Esperança possui um reconhecimento regional e apresenta potencial para ampliar essa notoriedade, principalmente por meio do turismo e do roteiro turístico “Caminho das Pipas”. Prova disso ficou evidente nas entrevistas, com o aumento de turistas na região após a pandemia de Covid-19.

Refletindo sobre o último objetivo proposto, que foi analisar a viabilidade para a obtenção do registro de Indicação Geográfica no setor vitivinícola no distrito Boa Esperança, apesar de não ser a intenção de, nesse primeiro momento

solicitar o registro, os produtores de uva e vinho formalizaram a Associação Caminho das Pipas (ACAPI), que pode ser o primeiro passo para a solicitação do registro.

Outra questão é a relevância da produção de uvas e dos vinhos para os produtores, para o distrito e para o município, indo ao encontro de uma proposta de Indicação de Procedência (IP), uma vez que essa região configura-se como uma área construída em função de uma série de critérios, como os saberes locais, a importância econômica e histórica do produto.

Ademais, ao longo dos anos, houve transformações no contexto rural, principalmente no que diz respeito às tecnologias, o que impacta diretamente nas dinâmicas de trabalho e na diversidade da produção agrícola. Sendo assim, surgiram também instituições, bem como programas e políticas públicas de caráter municipal e federal que, de alguma forma, fomentam e/ou auxiliam no desenvolvimento rural. O papel do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da EMATER foi fundamental para a busca por alternativas para o rural e para as pessoas que vivem e/ou dependem dele. Isso porque as necessidades do rural não estão relacionadas apenas ao processo de produção de vinhos ou geração de renda, mas também com ações que implicam nas diferentes instâncias do desenvolvimento local e/ou regional.

No entanto, esse esforço nem sempre é suficiente diante do desconhecimento dos produtores e demais atores nas mudanças que a IG propõe. Contudo, é relevante apontar que a proposição de organizar a IG é a defesa de melhorar a qualidade do vinho, ampliação da geração de renda e de valor, proteção do saber fazer, a notoriedade, além de outros benefícios indiretos relacionados com o turismo. A defesa não é por um rural modernizado, mas, ao contrário, de um rural que deve manter suas raízes e seu modo de vida, já que estaria sendo revalorizado e, principalmente, pela ampliação do consumo local e regional que poderiam alcançar se ajustassem a produção aos novos mercados mais exigentes do setor de vinhos.

Este estudo apresentou como limitação a dificuldade de acesso aos produtores, devido às enchentes ocorridas em 2023, durante a coleta dos dados. Outro fator, também, por se tratar de uma abordagem qualitativa, dificultando a generalização dos seus resultados para todo o universo da pesquisa. Além disso, limita-se por não ser possível quantificar o público total que visita as cantinas de Boa Esperança.

Por fim, sugere-se a realização de outras pesquisas, tais como: 1) Análise do patrimônio cultural imaterial da comunidade de Boa Esperança; 2) Avaliação da viabilidade econômica da implementação de uma indicação geográfica na região, incluindo análise de custos, benefícios e impacto financeiro para os produtores locais e comunidades envolvidas; 3) Análise das características geográficas, climáticas, geológicas e topográficas da região para determinar o seu

potencial de *terroir*; 4) Avaliação dos impactos socioambientais da implementação da indicação geográfica na região, incluindo aspectos como preservação do meio ambiente, desenvolvimento socioeconômico local, empoderamento das comunidades rurais e melhoria da qualidade de vida; 5) Estudo sobre o suco de uva produzido no distrito.

Espera-se que este estudo possa contribuir para a reflexão sobre a importância das agroindústrias e vinícolas de vinho para as comunidades, buscando-se a cada dia alternativas para a manutenção dessas no campo. Isso porque as suas atividades são essenciais, não só para a produção de sucos e vinhos, mas também para a conservação das características culturais das regiões, a proteção ambiental no meio rural e a manutenção de um contexto socioeconômico rural.

Por fim, espera-se que esta pesquisa possa contribuir com outros estudos adicionais sobre Indicações Geográficas (IG), como resposta às crescentes exigências por produtos de qualidade diferenciada em uma sociedade que procura estabelecer uma nova dinâmica entre o ser humano, o meio ambiente e o consumo. Esse impacto é relevante para fortalecer e promover o desenvolvimento da comunidade rural de Boa Esperança, localizada no município de Rolante, no estado do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm>. Acesso em: 25 nov. 2021.

BRUCH; Kelly Lissandra; COPETTI, Michele. Procedimento de Registro das Indicações Geográficas. In: PIMENTEL, L. O. (Org.). **Curso de propriedade intelectual e inovação no agronegócio**. 4. ed. Florianópolis, SC: FUNJAB, 2014. Módulo II – Indicação Geográfica. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 415 p.

DALLABRIDA, V. R.; BAUKART, K. S.; GUINZANI, W. Signos distintivos territoriais e indicação geográfica: uma avaliação de experiências com a aplicação de instrumental metodológico. **Interações**, Campo Grande, v. 21, p. 195–211, 27 fev. 2020.

DOS ANJOS, F. S. *et al.* São as indicações geográficas um instrumento para o desenvolvimento dos territórios? Estudo de caso sobre duas experiências no estado do Rio Grande do Sul. **Política & Sociedade**, v. 13, n. 26, p. 163, 14 jun. 2014.

GEVEHR, Daniel Luciano; NANDI, Aline. Patrimônio Cultural da Imigração Italiana no Sul Do Brasil: os capitéis como espaços de (Re) Produção de Memória e de Identidade. 2015. **ANAIS DO VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**, 2015. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/13380/2545>>. Acesso em: 12 set. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HIRCZAK, M.; JANIN, C.; LAPOSTOLLE, D. A Cesta de Bens e Serviços Territoriais face à transição: o papel da inteligência coletiva na construção da qualidade territorial. **Raízes, Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 22–40, 2022. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/776>. Acesso em: 15 nov. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades Rolante**. 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/rolante/pesquisa/15/11863?tipo=grafico&indicador=12067>>. Acesso em: 30 out. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL- INPI. **Indicações Geográficas**. Disponível em: <<https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL- INPI; SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS- SEBRAE. **Guia de implementação de indicações geográficas para produtos: orientações para o desenvolvimento de projetos para o reconhecimento de uma indicação geográfica no INPI**. Brasília, 2011.

KINZEL, Eunice. **A organização do turismo: uma análise do Município de Três Coroas – RS**. 2015. 62 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132239/000979916.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 set. 2022.

MAIA, Cláudio Machado; FILIPPI, Eduardo Ernesto; RIEDL, Mario. Território, ruralidade e desenvolvimento regional. **Revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional**, v. 5, n. 1, 2009. Disponível em: <<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/189/150>>. Acesso em: 26 set. 2022.

MAIORKI, G. J.; DALLABRIDA, V. R. A indicação geográfica de produtos: um estudo sobre sua contribuição econômica no desenvolvimento territorial. **Interações**, Campo Grande, v. 16, n. 1, p. 13–25, jun. 2015.

MANFIO, Vanessa. A vitivinicultura no espaço geográfico do Rio Grande do Sul, Brasil: uma abordagem sobre a Campanha Gaúcha. **Caminhos de Geografia**, v. 20, n. 70, p. 433-447, 2019.

MATTEI, L.; TRICHES, V. Análise da Competitividade da Cadeia Vitivinícola do Rio Grande do Sul através do Ambiente Institucional. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 27, n. 52, p. 161-183, set. 2009.

MEDEIROS, M. DE L.; PASSADOR, J. L. Examining the development attributed to geographical indications. **The Journal of World Intellectual Property**, v. 25, n. 1, p. 86–105, 8 dez. 2021. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jwip.12208>>. Acesso em: 22 abr. 2022.

NANDI, Aline. **Entre saberes e afazeres: a dinâmica das atividades rurais das mulheres agricultoras familiares no contexto do desenvolvimento regional (Rolante/RS)**. 2015. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Faculdades Integradas de Taquara, Taquara, 2015. Disponível em: <https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/Aline%20Nandi_dissertacao.pdf>. Acesso em: 24 set. 2022.

NIEDERLE, Paulo André. Controvérsias sobre a noção de indicações geográficas enquanto instrumento de desenvolvimento territorial: a experiência do Vale dos Vinhedos em questão. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. 2009.

NIEDERLE, Paulo André; VITROLLES, Delphine. Indicações geográficas e qualificação no setor vitivinícola brasileiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2010. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/319/315>>. Acesso em: 05 fev. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Ministério da Agricultura e Pecuária e cadastrados no SISDEVIN/SEAPI-RS (2024). **Produção de vinho e suco de Rolante/RS**. 2024. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/w?r=eyJrIjojNDZhMTkyM2EtOTU2Yy00OTVjLTkxNDctZjRkZDIwZmQ2MDBiIiwidCI6IjE1ZGNkOTA5LThkYzAtNDBlOS1hMWU1LWNlY2IwNTNjZGQxYSJ9>>. Acesso em 16 jan. 2024.

RIZZON, Luiz Antenor. **Suco de uva**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2007. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/11888/2/00081370.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2024.

ROLANTE. **O que fazer em Rolante!** 2022. Disponível em: <<https://rolante.atende.net/cidadao/pagina/o-que-fazer-em-rolante>>. Acesso em: 20 set. 2022.

ROLANTE. **Projeto de divulgação e promoção do “Caminho das Pipas”**. Rolante: Prefeitura Municipal de Rolante, 2005.

SCHAIDHAUER, Mauricio. **Assistência Técnica e Extensão no Desenvolvimento e Promoção do Turismo Rural**. 2011. 148 f. Dissertação (Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) - UFRGS, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36393/000816705.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 nov. 2023.

SILVA, Enid Rocha Andrade da. Os objetivos do desenvolvimento sustentável e os desafios da nação. Parte XVI, cap. 35 - Sustentabilidade. In: **Desafios da Nação**. Artigos de Apoio. Vol. 2. 11 abr. 2018. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=329832018>. Acesso em: 24 set. 2022.

SILVA, Yuri Vinicius. **Diagnóstico do potencial de indicações geográficas da abacaxicultura da região central do Tocantins**. 2022. 253f. Dissertação (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação - Profnit) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação, Palmas, 2022. Disponível em: <<http://umbu.uft.edu.br/handle/11612/3754>>. Acesso em: 19 abr. 2023.

SPEROTTO, Fernanda Queiroz. Indicações geográficas. In: GRIEBELER Marcos Paulo Dhein. **Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos**. 2. ed. Uruguaiana: Conceito, 2021.

TONIETTO, J *et al.* As Indicações Geográficas de vinhos do Rio Grande do Sul. IN: Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Indicações Geográficas do Rio Grande do Sul registradas até março de 2021**. Brasília: MAPA/AECS, 2022. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1142177>>. Acesso em: 30 jan. 2024.

TONIETTO, J. **O conceito de denominação de origem**: uma opção para o desenvolvimento do setor vitivinícola brasileiro. Bento Gonçalves: EMBRAPA-CNPUV, 1993. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/26013/1/Doc08.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2024.

TONIETTO, Jorge. **O conceito de denominação de origem como agente promotor da qualidade dos vinhos**. 2002. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1054861/1/ToniettoSMVEp1511642002.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2024.

VELLOSO, C. Q.; BRUCH, K. L.; CADORI, A.P.; LOCATELLI, L. Identificação dos produtos potenciais e organização dos produtores. *In*: PIMENTEL, L. O. (Org.). **Curso de propriedade intelectual e inovação no agronegócio**. 4. ed. Florianópolis, SC: FUNJAB, 2014. Módulo II – Indicação Geográfica. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 415 p.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VIEIRA, Adriana Carvalho Pinto, *et al.* Políticas Públicas Como Instrumento de Desenvolvimento de Indicações Geográficas/Public Policies As An Instrument For Development Of Geographical Indications. **Revista FOCO**, v. 9, n. 2, July-Dec. 2016.

VITROLLES, D. **Construction sociale du lien à l'origine dans le cadre de l'émergence des indication géographiques au Brésil: le cas de la viande do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional**. 2007. 146 f. Dissertação (Mestrado em Estudo Rurais – Geografia) – Université Lumière Lyon 2, França, 2007.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INFÂNCIA E JUVENTUDE: UMA ANÁLISE DOS CONSELHOS TUTELARES DO VALE DO PARANHANA/RS

Fernandes Vieira dos Santos¹
Marcos Paulo Dhein Griebeler²

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A estratificação social separa e opõe, assim, os brasileiros ricos e remediados dos pobres, e todos eles dos miseráveis, mais do que corresponde habitualmente a esses antagonismos. Nesse plano, as relações de classes chegam a ser tão infranqueáveis que obliteram toda comunicação propriamente humana entre a massa do povo e a minoria privilegiada, que a vê e a ignora, a trata e a maltrata, a explora e a deplora, como se esta fosse uma conduta natural. (RIBEIRO, 1995, p. 24).

São com as palavras vivas de Darcy Ribeiro que ilustramos o contexto social brasileiro vivenciado por milhares de crianças e adolescentes que convivem cotidianamente com a violação de direitos, de modo que, como anunciado pelo autor, como se natural fosse essa realidade. É sobre essas crianças e adolescentes que nascem, crescem, e se desenvolvem em ambientes vulneráveis que emerge o interesse da academia por conhecer, analisar e propor caminhos, assim como novos estudos.

Segundo relatório da UNICEF, o impacto nas áreas de educação e ensino causado principalmente em razão dos efeitos da pandemia de COVID-19, aumentou a pobreza de aprendizagem em um terço nos países de baixa e média renda, onde cerca de 70% das crianças com 10 anos de idade são incapazes de compreender um texto simples. Esse índice era de 57% antes da pandemia, no entanto, agora, a crise de aprendizagem se intensificou (UNICEF, 2023).

Diante dessa realidade social, o presente estudo analisa a percepção de atores sociais sobre a infância e juventude de uma amostragem da população e identifica se existem ou não, em uma determinada região do Rio Grande do Sul, indicadores que contribuam com políticas públicas na promoção de ações para o enfrentamento das violações de direitos. A pesquisa se justifica na medida em que inexistem estudos no meio acadêmico acerca da temática protetiva ofertada às vítimas de violência.

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional-FACCAT.

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional-FACCAT. Doutor em Desenvolvimento Regional pela UNISC.

Em termos investigativos, tem-se como objetivo geral analisar a percepção sobre as políticas públicas para infância e juventude a partir da visão dos atores sociais vinculados a rede de atendimento na região do Vale do Paranhana/RS, por meio da aplicação de métodos de entrevistas semiestruturadas e questionários.

Como problema de pesquisa, denota-se a percepção dos atores sociais sobre a atuação dos Conselhos Tutelares do Vale do Paranhana/RS e a análise das políticas públicas para infância e juventude.

Como objetivo geral, o estudo pretende analisar a atuação dos Conselhos Tutelares e nos objetivos específicos, buscou-se conhecer o perfil dos Conselhos Tutelares do Vale do Paranhana/RS; identificar e analisar os indicadores de atendimento e identificar ações e estratégias que possam ser utilizadas para a execução de políticas públicas de enfrentamento à violência infantojuvenil.

Como primeira etapa, foi realizada uma pesquisa de diagnóstico com o objetivo de conhecer a realidade dos atuais Conselhos Tutelares, nesse momento foram realizados contatos com um representante de cada um dos municípios destacados buscando compreender como acontecem os atendimentos nesse órgão protetivo e quais estruturas possuíam para executar administrativamente suas atribuições.

Após realizada essa etapa, iniciou-se a realização das entrevistas individuais, de acordo com a disponibilidade de um conselheiro ou conselheira tutelar de cada cidade, dos gestores municipais responsáveis por executar as políticas públicas da infância e juventude, assim como do representante da Promotoria de Justiça e Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Taquara.

A estrutura desse estudo, compõe-se por cinco seções: o primeiro é a introdução, na qual consta a apresentação do tema, do problema de pesquisa, dos objetivos e da justificativa.

Na segunda seção apresenta-se as referências utilizadas, desde os dispositivos legais internacionais, passando pelas diversas fases no ordenamento jurídico brasileiro até a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil.

A terceira seção descreve o caminho dos aspectos metodológicos percorridos, como está classificada a pesquisa, sua unidade de análise, quais os sujeitos, como aconteceu a coleta de dados, quais os métodos utilizados para a análise e interpretação dos dados coletados e sobre as questões éticas do referido estudo.

Na quarta seção são apresentados os resultados desse estudo, expondo a percepção dos atores sociais participantes da pesquisa sobre as políticas públicas para a infância e juventude, e, por fim, a análise sobre os desafios e possibilidades frente a implementação do Princípio da Prioridade Absoluta na Infância e na Adolescência.

No quinto e último capítulo, apresenta-se as considerações finais sobre o estudo, seguido das referências bibliográficas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente estudo destaca a evolução histórica que os Direitos Humanos de Crianças e de Adolescentes alcançaram no Brasil, bem como a influência de documentos internacionais de garantias humanitárias tiveram nos dispositivos legais dispostos na Carta Magna de 1988 e que contribuíram para a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990.

Como documento originário de direitos humanitários, destaca-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH (ONU, 1948), verdadeiro marco na história dos direitos humanos. Destaca ainda, em seu Art. 25, que “2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais” (ONU, 1948, p. 6).

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças foi adotada pela Assembleia Geral da ONU, nos indica que “[...] a criança, em virtude de sua falta de maturidade física e mental, necessita de proteção e cuidados especiais, incluindo a devida proteção legal, tanto antes quanto após seu nascimento” (UNICEF, 1989³).

Essa gama de garantias de atendimento às crianças influenciou na evolução da legislação de proteção de crianças e adolescentes no Brasil, sendo tema recorrente no processo de discussão de nossa Constituição Federal de 1988, que resultou no Art. 227, destaca ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar as crianças e adolescentes com absoluta prioridade seus direitos fundamentais (BRASIL, 1988).

O presente dispositivo previsto na Constituição Cidadã, em resumo dá o tom do que mais tarde se tornaria o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, instituto ímpar que inaugura a Política da Doutrina Integral, como assevera Fonseca (2015, p. 17), que tem por objetivo reconhecer todos os dispositivos legais normativos que tem por finalidade proteger integralmente as crianças e adolescentes.

Em se tratando da evolução legislativa brasileira, cabe realizar um pequeno retrospecto do tratamento dado à infância no ordenamento jurídico nacional, como destaca Azambuja (2021). No Brasil, a legislação atual na área da infância, refletindo a cultura dominante, foi antecedida de dois momentos principais, assim nominados: a) Doutrina Penal do Menor e b) Doutrina da Situação Irregular.

3 Como o texto original, extraído da Internet, não apresentava paginação, não foi possível, neste trabalho, indicar a página da citação direta (N. A.). A mesma nota vale para todas as citações diretas que não consta a paginação.

Segundo Maciel (2015, p. 48), durante a ditadura militar, os menores foram elevados, à categoria de “problema de segurança e defesa nacional”, com iniciativas que visavam propiciar maior proteção à infância, mas que na prática, eram mais um instrumento de controle do regime político exercido pelos militares.

Para Azambuja (2010, p. 287), “[...] embora a lei disciplinasse a situação de menores abandonados e delinquentes, não se ocupou o Código de Menores com o reconhecimento dos seus direitos”.

Com a promulgação da Constituição de 1988 e a previsão de uma lógica de garantia de direitos humanos, em especial no que tange à criança e ao adolescente, diversos direitos foram categorizados e organizados, de modo que atribuiu-se ao Poder Judiciário a defesa desses direitos, ao Ministério Público e Conselhos Tutelares a sua promoção e a fiscalização, e aos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais a formulação das políticas pública para infância e juventude.

Com o advento do ECA, inaugura-se uma nova fase no Estado Brasileiro, a criação de um órgão em nível municipal para atuar frente às violações de direitos da infância e juventude, o Conselho Tutelar; órgão assim descrito no Art. 131 do ECA: “O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei” (BRASIL, 2019).

Conforme TAVARES, (2015), a referida repartição vinculada a administração municipal, tem autonomia em suas decisões administrativas na aplicação das medidas protetivas, e tem por finalidade atuar na prevenção de situações de violência contra crianças e adolescentes, assim como na orientação às famílias; advertindo pais, órgãos públicos ou privados, quando estes forem os agentes violadores de direito.

Segundo Nascimento et al (2009, p. 148, grifo dos autores), “[...] o conselho tutelar é um órgão sui generis; qualquer tentativa de compará-lo a outras instituições não captará sua singularidade”.

Conforme Paseet al. (2020), o Conselho Tutelar atua quase que exclusivamente por provocação; ou seja, quando os casos chegam por meio de denúncia. A partir daí os conselheiros iniciam seu trabalho fazendo a triagem do caso, requisitando serviços, averiguando a denúncia in loco, ou acionando o Ministério Público.

De acordo com Betiate (2015), a primeira atribuição apresentada pelo Art. 136 do ECA é, sem sombra de dúvidas, a mais importante de todas: Atender crianças e adolescentes cujos direitos estão ameaçados ou violados. Essa atribuição é, de fato, a alma do Conselho Tutelar (2015, p. 5).

A legislação apresenta em especial destaque o instituto inovador do órgão Conselho Tutelar, que segundo TAVARES, (2010, p. 376), é órgão formado por pessoas escolhidas pela sociedade e encarregado de adotar em âmbito municipal providências concretas destinadas à tutela dos direitos individuais de crianças e adolescentes.

No art. 98, do mesmo instituto legal, autoriza o Conselho Tutelar a aplicar medidas protetivas sempre que os direitos forem ameaçados, ou violados por: a) ação, ou omissão da sociedade, ou do Estado; b) ação, omissão, ou abuso dos pais, ou responsável; e c) em razão da conduta da criança e do adolescente (BRASIL, 2019).

O princípio da Prioridade Absoluta determina a atuação comprometida e eficaz do Poder Público na defesa dos interesses da criança e do adolescente que sofre maus tratos praticados, muitas vezes, por aqueles que teriam legitimidade e possibilidade de defendê-las (SCHREIBER, 2014, p. 103).

3 ASPECTOS METODOLOGICOS

Este estudo classifica-se, quanto a sua abordagem, como qualitativo, Gil (2019), visto que houve interesse por experiências e interações de determinados indivíduos, buscando detalhar como as pessoas compreendem as políticas públicas na área da infância e juventude do Vale do Paranhana/RS, sendo isso necessário para se alcançar os objetivos da presente pesquisa.

Considera-se, também, o critério de classificação de pesquisa proposto por Gil (2019), que classifica a pesquisa em relação a dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios. Em relação aos fins, a pesquisa é descritiva e exploratória.

A pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população, ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Enquanto exploratória, a pesquisa tem o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato (GIL, 2019).

Quanto aos meios, a pesquisa é bibliográfica, documental e de campo. Bibliográfica porque, para a fundamentação teórico-metodológica do trabalho, realizou-se uma investigação acerca das palavras-chave do estudo. Gil (2019) e Minayo (2009) consideram que a pesquisa bibliográfica é feita mediante consulta a múltiplas fontes. Entre essas estão livros, periódicos científicos, anais de encontros científicos, teses e dissertações, ou seja, material disponível ao público em geral.

A pesquisa também se classifica como documental, pois, segundo Gil (2019), a pesquisa documental faz uso de dados disponíveis nos órgãos públicos ligados ao setor de serviços e dados municipais. Caracteriza-se ainda como uma pesquisa de campo, com coleta de informações, observações, aplicação de questionário e entrevista.

A população amostral, é uma parte do universo escolhida segundo critério de representatividade, é um subconjunto do universo (LAKATOS e MARCONI, 2017). O estudo analisou o conjunto dos atores sociais que atuam no atendimento de violações de direitos de crianças e adolescentes, com o objetivo de se conhecer as percepções destes, o que corresponde ao primeiro objetivo específico desta pesquisa.

A amostragem entrevistada foi composta pelos seguintes atores sociais: a) Conselheiros Tutelares; b) Gestores municipais; c) Juizado da Infância e Juventude e d) Ministério Público (Promotoria da Infância e Juventude).Essa amostragem é classificada por tipicidade, que consiste em selecionar como elementos um subgrupo da população que, possa ser considerado representativo de toda a população (GIL, 2019). Essa amostragem também se classifica por acessibilidade e conveniência.

Quadro 1 – Sujeitos da pesquisa

Ator social	Identificação no texto	Nº de perguntas	Tempo de entrevista	Data da entrevista
Conselheiro (a) Tutelar	CT Rolante (CT 1)	12	30min. 54seg	08/12/2022
	CT Igrejinha (CT 2)	12	33min.50seg.	09/12/2022
	CT Riozinho (CT 3)	12	14min. 59seg.	12/12/2022
	CT Taquara (CT 4)	12	23min.33seg.	13/12/2022
	CT Três Coroas (CT 5)	12	24min.56seg.	22/12/2022
	CT Parobé (CT 6)	12	47min.53seg.	12/01/2023
Gestor municipal	Gestor 1 (Taquara)	14	1:25:32seg	05/12/2022
	Gestor 2 (Riozinho)	14	26min.13seg.	12/12/2022
	Gestor 3 (Igrejinha)	14	14min.12seg	20/12/2022
	Gestor 4 (Três Coroas)	14	36min.35seg.	22/12/2022
	Gestor 5 (Parobé)	14	25min.18seg.	12/01/2023
Juizado da Infância e Juventude	Juiz de Direito (RJ 1)	14	22min.41seg.	12/12/2022
Promotoria da Infância e Juventude	Promotora de Justiça (RJ2)	14	18min.35seg.	15/12/2022

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Quanto a entrevista do tipo semiestruturada, Gil (2019) define tipicamente como entrevistas abertas, em que os entrevistadores podem respondê-las livremente. As respostas relatadas pelos entrevistados foram gravadas com o auxílio de um meio eletrônico, Gil (2019) afirma que a gravação eletrônica é o melhor modo de preservar o conteúdo da entrevista.Os dados coletados em forma de áudio serão posteriormente apresentados em forma de textos. A análise dos textos será conduzida mediante o método da análise de conteúdo

Com base na conceituação de Bardin (2016), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas que abrange várias maneiras de analisar materiais de pesquisa. Mediante uma leitura compreensiva das transcrições das entrevistas e dados coletados, foram configuradas as Categorias de Análise do presente estudo, ressaltando que categorias são conceitos que expressam padrões que emergem de

dados e são utilizadas com o propósito de agrupá-los de acordo com a similitude que apresentam (GIL, 2019), sendo apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Categorias de Análise

Categorias		
1	2	3
Percepções sobre as políticas públicas para a infância e juventude por um viés dos Conselheiros (as) Tutelares	Percepções sobre as políticas públicas para a infância e juventude por um viés dos Gestores(as) Municipais	Percepções sobre as políticas públicas para a infância e juventude por um viés dos operadores da justiça

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Como forma de ampliar o entendimento quanto ao caminho metodológico percorrido, expõe-se, no quadro a seguir, a metodologia utilizada para análise e posterior discussão de cada um dos três objetivos específicos propostos para a pesquisa.

Quadro 3 - Objetivos X Procedimentos Metodológicos

Objetivos Específicos	Procedimentos metodológicos
a) Identificar a situação atual das políticas públicas da infância e adolescência no do Vale do Paranhana/RS;	Por meio de entrevistas com os participantes, realizar um diagnóstico da realidade da Rede / SGD-Sistema de Garantia de Direitos, no atendimento à infância e juventude e avaliar, a partir dessas percepções, a eficácia dos atendimentos públicos nos reflexos da violência nessa faixa etária da população.
b) Analisar as percepções da rede de atendimento sobre o atendimento realizado pelos Conselhos Tutelares;	
c) Sugerir ações que contribuam para o aprimoramento de projetos e programas sociais que possam ser utilizados estrategicamente na elaboração e execução de políticas públicas na infância e juventude;	Com base nas respostas adquiridas e na teoria pesquisada serão elaboradas ações que contribuam para o enfrentamento à violação de direitos infantojuvenis no Vale do Paranhana/RS.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A presente metodologia propõe-se a estruturar teoria e prática no que se refere ao tema de estudo, a fim de verificar como se apresentam as percepções dos atores sociais sobre as Políticas Públicas para a Infância e Juventude do Vale do Paranhana, conforme a análise e a discussão dos resultados apresentados no próximo capítulo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta os dados da realidade investigada e a discussão dos resultados, organizados a partir dos objetivos específicos propostos nesta dissertação: a) identificar a situação atual das políticas públicas da infância e adolescência no Vale do Paranhana/RS; b) analisar as percepções da rede de atendimento sobre o atendimento realizado pelos Conselhos Tutelares; c) sugerir ações que contribuam para o aprimoramento de programas sociais e políticas públicas na infância e juventude no Vale do Paranhana/RS, assim como em outros municípios brasileiros.

É importante que atores sociais relacionados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente no Brasil possam propor políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência social evidenciadas pelas desigualdades sociais.

No quadro a seguir é possível observar as informações quanto ao perfil dos entrevistados:

Quadro 4 - Perfil dos entrevistados

Entrevistado	Idade	Gênero	Formação	Tempo de atuação na área
CT1 Rolante	53 anos	Masc.	Ensino Médio	4 anos
CT2 Igrejinha	44 anos	Masc.	Ensino Médio	9 anos
CT3 Riozinho	27 anos	Masc.	Ensino Médio	3 anos
CT4 Taquara	54 anos	Fem.	Ensino Médio	12 anos
CT5 Três Coroas	63 anos	Masc.	Ensino Médio	23 anos
CT6 Parobé	45 anos	Fem.	Ensino Superior (Serviço Social)	6 anos
G1 Taquara	42 anos	Masc.	Superior (Gestão Pública)	12 anos
G2 Riozinho	53 anos	Fem.	Ensino Médio	2 anos
G3 Igrejinha	39 anos	Masc.	Pós Graduação	6 meses
G4 Três coroas	36 anos	Fem.	Ensino Superior (Serviço Social)	2 anos
G5 Parobé	39 anos	Masc.	Ensino Superior (Pedagogia)	6 meses
RJ1 Juiz	44 anos	Masc.	Superior (Direito)	7 anos
RJ2 Promotora	Não inf.	Fem.	Superior (Direito)	11 anos

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Observa-se que há predominância do gênero masculino entre os entrevistados, sendo destes 60% do gênero masculino e 40% do gênero feminino. Parte desse percentual está em consonância com a maioria do gênero masculino presente na região, parte enaltece as dificuldades históricas de atuações femininas em todas os setores da economia, o que também se observa na gestão pública.

Entre as idades verificadas, encontram-se pessoas entre 27 e 63 anos, sendo que aproximadamente 65% dos entrevistados têm mais de 40 anos, demonstrando que a grande maioria das pessoas possuem a maturidade mínima exigida para a função. Entre os entrevistados, existe uma leve preponderância de formação com nível superior em diversas áreas do conhecimento (Direito, Serviço Social, Pedagogia, Gestão Pública), sendo que o Direito teve maior número de incidência.

Com relação ao tempo de atuação, como atores sociais que incidem direta ou indiretamente nas políticas públicas da infância e juventude, apresenta-se uma disparidade de experiências, desde seis meses de atuação, até vinte e três anos, sendo que o maior percentual de profissionais com tempo de atuação aponta para pessoas com mais de 8 (oito) anos de atuação.

4.1 Perfil da infância e juventude do Vale do Paranhana/RS

Na presente seção, apresenta-se o perfil da infância e juventude no Vale do Paranhana/RS, dados importantes para conhecer a dinâmica de atendimento desse público e compreender se o que a região oferece em nível de atendimentos é condizente com suas necessidades, bem como conhecer como os Conselhos Tutelares, principal órgão protetivo responsável por atender denúncias referentes à crianças e adolescentes, têm organizado sua dinâmica de atendimento, assim como saber quais equipamentos e serviços são oferecidos pela municipalidade.

Nesse subcapítulo, destaca-se o seguinte objetivo específico: (a) identificar a situação atual das políticas públicas da infância e adolescência no Vale do Paranhana/RS, sendo que de acordo com o último censo demográfico, ocorrido no ano de 2010, havia 185. 468 habitantes, sendo que de acordo com estimativas do IBGE haverá um incremento populacional de aproximadamente 24.682 habitantes, elevando para 210.150 habitantes, segundo estimativas. IBGE (2021).

Com relação ao perfil da infância e juventude no Vale do Paranhana/RS, verificamos inicialmente os dados da população de 0 à 17 anos nos seis municípios que compõem a região, sendo que, de acordo com as estimativas do IBGE, a região contava com 59.010 crianças e adolescentes, correspondente a aproximadamente a 28,1% de uma população total de 210.150 pessoas conforme observasse na tabela a seguir:

Tabela 1 - Dados da população infantojuvenil no Vale do Paranhana/RS

Município	Crianças (0 a 3 anos)	Crianças (4 a 5 anos)	Crianças (6 a 14 anos)	Adolescentes (15 a 17 anos)	Total crianças e adolescentes	Popula- ção total	% da po- pulação total
Taquara	3.008	1.521	8.371	2.877	15.777	57.740	27,3%
Parobé	3.504	1.658	9.462	3.433	18.057	59.419	30,4%
Igrejinha	1.997	1.027	5.373	1.954	10.351	37.754	27,4%
Três Coroas	1.595	765	4.055	1.461	7.876	28.948	27,2%
Rolante	1.049	544	2.947	1.124	5.664	21.591	26,3%
Riozinho	210	113	715	247	1285	4.698	27,4%
Total	11.363	5.628	30.923	11,096	59.010	210.150	28,1%

Fonte: Estimativas populacionais enviadas para o TCU pelo IBGE, estratificadas por idade pela Fundação Abrinq. (2021), elaborado pelo autor (2022).

Conforme verificado na tabela, apenas Parobé apresenta crescimento populacional acima dos demais municípios, embora não seja percentualmente muito elevado, tal índice indica que a população, aproximadamente um terço de crianças e adolescentes, caracteriza ser um município em franco crescimento populacional, o que justifica maiores ações voltadas para essa faixa etária.

4.1.1 Perfil dos Conselhos Tutelares no Vale do Paranhana/RS

Com relação ao perfil dos Conselhos Tutelares no Vale do Paranhana/RS, verifica-se que nos seis municípios que compõem a região existe o órgão colegiado funcionando atuando de acordo como a lei nº 8.069/90, estabelece, totalizando 30 conselheiros tutelares. Para conhecer melhor o perfil desses conselheiros tutelares, realizamos a divisão em algumas categorias conforme segue:

A primeira categoria presente no estudo tem por objetivo conhecer e identificar possíveis distorções de gênero, ou discriminação, bem como avaliar se a faixa etária dos conselheiros tutelares é algo considerado no momento da escolha pela comunidade.

De acordo com os dados coletados, verifica-se que nos Conselhos Tutelares pesquisados a maioria, ou seja 64%, eram de conselheiras tutelares do sexo feminino e apenas 36% do sexo masculino, com isso constata-se que neste segmento não há, neste momento, algum tipo de discriminação em razão do gênero das pessoas.

Já por sua vez, quanto à faixa etária dos atuais conselheiros e conselheiras tutelares, podemos observar que 50% dos atuais mandatários, possuem mais de 40 anos de idade, sendo que ainda 34% possuem entre 31 e 40 anos de idade e apenas uma parcela de 16% possui entre 21 à 30 anos de idade.

A segunda categoria pesquisada e demonstrada na tabela a seguir, tem por objetivo conhecer o nível de escolaridade, sendo que de acordo com os dados,

constata-se que 54% dos conselheiros e conselheiras tutelares possuem o Ensino Médio, enquanto 40% possuem graduação em nível superior completa e outros 6% estão cursando o nível superior no momento. Destes que atualmente ocupam os cargos de conselheiras e conselheiros tutelares, a maioria possui graduação no campo da educação (Educação Física; História; Pedagogia; Ciências Físicas e Biológicas); mas também encontramos pessoas formadas em Serviço Social; Direito e Gestão Pública.

A próxima categoria pesquisada ilustra a renda por faixa salarial dos conselheiros tutelares, nesse interim, optou-se por estabelecer como referência o salário mínimo nacional, todavia, ressalta-se que os valores pagos a estes agentes públicos têm por base legislações municipais e não estão associados ao salário mínimo nacional, por isso optou-se apenas como indicador de referência.

A presente seção tem por interesse conhecer se os proventos são compatíveis com o encargo e a dedicação exclusiva que lhes são exigidos, uma vez em que tal dedicação requer, além dos horários de atendimento ao público na sede do Conselho Tutelar, cumprir também horários de sobreaviso e plantões de finais de semana em sistema de revezamento.

Com base nos dados, verifica-se que a maioria, ou 83%, percebe ganhos entre dois e três salário-mínimo em média, e apenas uma cidade, recebe valores superiores à quatro salários mínimo. Como a questão salarial é uma atribuição de legislação municipal e não há no momento um regramento nacional a respeito, cada município legisla conforme acredita ser o mais adequado, com base nos indicativos, verifica-se que nenhum município percebe apenas um salário-mínimo nacional na atualidade.

A categoria a seguir demonstra o tempo de experiência dos conselheiros e conselheiras tutelares, verifica-se que a metade, ou seja 50%, dos atuais mandatários estão desempenhando a função em seu primeiro mandato, ilustrando que nesse campo houve uma grande renovação no último pleito eleitoral, sendo que outros 16% estão em seu segundo mandato; seguidos de 14% em seu terceiro mandato; e outros 16% em seus quartos mandatos e apenas 4% com mais de cinco mandatos.

A última categoria a ser evidenciada visa demonstrar a estrutura administrativa e equipamentos de apoio que os conselheiros e conselheiras tutelares têm à sua disposição para a execução da proteção integral, com base nos dados pesquisados, é possível afirmar que a maioria dos municípios oferecem condições muito semelhantes de atendimento aos Conselhos Tutelares, proporcionando as condições básicas para a execuções de suas atribuições, sendo que apenas um município não oferta equipe administrativa de apoio e motorista exclusivos, e outro município que utiliza de motoristas compartilhados com outros setores da administração municipal.

4.2 Percepções dos atores sociais da infância e juventude do Vale do Paranhana/RS

Um dos objetivos específicos da presente pesquisa consiste em: Analisar as percepções da rede de atendimento sobre o atendimento realizado pelos Conselhos Tutelares; a partir de entrevistas com Conselheiros Tutelares, gestores municipais e rede de justiça da infância e juventude.

Sendo que para cada categoria foram apresentadas perguntas com o objetivo de conhecer suas:

- a) Percepções quanto aos desafios e perspectivas do trabalho com a infância e juventude na atualidade;
- b) Percepções quanto a compreensão da sociedade sobre o órgão Conselho Tutelar e o Princípio da Prioridade Absoluta;
- c) Percepções sobre a rede de atendimento;
- d) Percepções quanto aos indicadores de atendimento, transparência e políticas públicas;

De acordo nos relatos dos atores sociais do Vale do Paranhana/RS, atuantes nas diversas frentes das políticas públicas da infância e da juventude, bem como dados secundários da pesquisa utilizados neste estudo, foi possível atingir o objetivo específico: (c) Sugerir ações que contribuam para ações, programas sociais e elaboração de políticas públicas voltadas à infância e na juventude.

Entre as propostas do presente estudo, é indicar e planejar ações a partir dos desafios e perspectivas indicadas pelos atores sociais participantes, sendo que diante da análise dos resultados consolidaram-se hipóteses mencionadas ainda no planejamento do estudo, embora não em sua totalidade, onde sugeriu-se que:

- a) As atribuições dos Conselhos Tutelares não são conhecidas pela comunidade;
- b) Os Conselhos Tutelares não apresentam uma estrutura adequada para o atendimento da comunidade;
- c) Não existe uniformidade de atendimento em nível regional, bem como indicadores de atendimentos;
- d) Os Conselhos Tutelares não prestam contas de seus atendimentos à população;
- e) Os atendimentos apresentados pelos Conselhos Tutelares não contribuem para elaboração de políticas públicas de enfrentamento à violência infantojuvenil;

Com relação à questão “a”, quanto ao conhecimento da comunidade sobre as atribuições do Conselho Tutelar, evidenciou-se que para maioria dos entrevistados, em específico para 11 dos 13 participantes da pesquisa, apresentam a percepção de que a sociedade não conhece o papel e as atribuições deste órgão protetivo.

Quanto à hipótese “b”, observou-se que para 12 dos 13 entrevistados, exis-

te a percepção de que os Conselhos Tutelares da região apresentam estrutura adequada para realizar atendimento à comunidade, sendo que apenas um dos entrevistados destacou necessidades a serem sanadas. A não confirmação dessa hipótese é uma boa surpresa para o estudo, verifica-se neste momento, que a maioria dos municípios vêm ofertando as condições necessárias para a manutenção deste órgão.

Quanto a sugestão hipotética “c”, com relação à uniformidade de atendimento e a formulação de indicadores de atendimentos, confirma-se o fato de que não existem, no momento, procedimentos unificados nos diversos órgãos da região, bem como a existência de indicadores de atendimento padronizados.

Com relação a hipótese “d”, quanto a prestação de contas dos Conselhos Tutelares à comunidade, verifica-se novamente a veracidade da mesma, sendo que apenas um dos seis Conselhos Tutelares da região realiza anualmente prestação de contas à comunidade.

Novamente, restou verificada a hipótese “e”, no que tange a contribuição dos indicadores de atendimento dos Conselhos Tutelares para a elaboração de políticas públicas de enfrentamento à violência infantojuvenil, sendo que a totalidade dos entrevistados não lembraram de alguma ação ou política pública formulada a partir dos atendimentos realizados pelo órgão de defesa contra a violação de direito.

Reitera-se, ainda, que para os participantes da pesquisa, o desconhecimento da sociedade sobre os direitos da criança e do adolescente e o papel dos Conselhos Tutelares, contribuiu para as percepções negativas quanto as perspectivas e desafios da infância ao posicionarem-se indicando necessidades de efetivação de políticas públicas e de maior participação da comunidade na defesa desses direitos.

De forma a modificar tal cenário, é possível propor um conjunto de estratégias para fazer com que a comunidade tenha melhor compreensão sobre o que seja um ambiente familiar livre de violações de direitos infantojuvenis e para que seja, efetivamente, implementado na sociedade, através do aprimoramento de políticas públicas já existentes e através de novas ações sociais.

No quadro 5 apresentam-se algumas estratégias e propostas dos atores sociais de acordo com as categorias desse estudo:

Quadro 5 - Estratégias e propostas a partir dos desafios e perspectivas da infância

Dimensões	Estratégias e propostas
Rede de atendimento	Processos de formação continuada na comunidade e rede de atendimento com vistas ao mapeamento dos saberes comunitários sobre a infância no sentido de orientar vivências familiares e comunitárias no combate às violações de direito envolvendo crianças e adolescentes.
Gestão pública	Estratégias de implementação de políticas públicas sociais a partir dos indicadores de atendimento para enfrentamento às violações de direitos de acordo com as demandas.
Participação comunitária	Criação de espaços públicos para a realização de processos formativos, garantindo a participação comunitária e o controle social, exercidas pela sociedade através de assembleias de prestações de contas, eventos formativos e ações preventivas quanto aos cuidados com a infância.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023) com base em Lehn (2022).

A partir das três dimensões citadas, e considerando as propostas de estratégias apresentadas pelos atores sociais, é possível verificar que o Conselho Tutelar é o órgão capaz de articular e mobilizar o poder público, a comunidade em geral, e sobretudo, a população de maior vulnerabilidade com vistas à efetividade das estratégias propostas.

Contudo, verifica-se, conforme já evidenciado, que os atores sociais apresentam dificuldades e falta de compreensão quanto a seus modos de atuação em rede, principalmente quanto ao relacionamento interpessoal de seus membros, ocasionando sérios prejuízos ao atendimento de crianças e de adolescentes.

A partir da percepção dos atores sociais quanto aos desafios da infância apresentados durante a análise desse estudo, apresenta-se quadro sintético com os principais fatores apontados, proposta de plano de ação; identificação dos problemas; metas a serem alcançadas; ações necessárias; responsáveis pelas ações e monitoramento dos resultados.

Quadro 6 - Proposta de plano de ação frente aos desafios

1 Problemas detectados	2 Metas a serem alcançadas	3 Ações para o alcance das metas	4 Responsáveis pelas ações	5 Como avaliar os resultados das ações
a) Falta de padronização de atendimento e de sistema informatizado;	a) Utilização do SIPIA;	a) Aquisição de equipamentos de informática que comportem o uso do sistema informatizado; b) Instalação de internet com capacidade para uso do sistema; c) Instalação do SIPIA; d) Formação específica para utilização do SIPIA;	a) Gestão municipal; b) Conselho Tutelar; c) Assessoria para formação;	a) Relatório de atendimentos mensais; b) Reuniões de rede; c) Prestações de contas públicas dos atendimentos;
d) Falta de políticas públicas;	a) Políticas públicas em número suficiente com relação às demandas;	a) Identificação das demandas sociais de atendimento; b) Formulação de políticas públicas a partir das demandas; c) Implementação das políticas públicas indicadas; d) Pactuação com governos estaduais e federal para garantia de recursos;	a) Gestor(a) municipal; b) Conselhos Tutelares; c) COMDICA's; d) COMAS;	a) Conferências municipais da criança e adolescente; b) Reuniões de Rede; c) Dados e Indicadores de atendimento;
e) Dificuldades no funcionamento da Rede de atendimento;	a) Rede de atendimento à criança e ao adolescente funcionando de modo satisfatório;	a) Manutenção das reuniões de Rede sistêmicas; b) Equipamentos e serviços da Rede com o número de funcionários adequado; c) Diminuir a rotatividade dos funcionários e funcionárias; d) Valorização salarial;	a) Gestor(a) municipal; b) Rede de atendimento;	a) Reuniões mensais de Rede; b) Indicadores sociais de atendimento;

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).
(Continua)

Quadro 7 - Proposta de plano de ação frente aos desafios
(Conclusão)

1 Problemas detectados	2 Metas a serem alcançadas	3 Ações para o alcance das metas	4 Responsáveis pelas ações	5 Como avaliar os resultados das ações
g) Pouco reconhecimento público do papel dos Conselhos Tutelares;	a) Conhecimento por parte da comunidade das atribuições do Conselho Tutelar;	a) Formação continuada para crianças e adolescentes nas escolas; b) Formação continuada na rede de atendimento sobre as atribuições dos Conselhos Tutelares; b) Divulgação permanente dos direitos da criança e do adolescente; c) Maior espaço nos meios de divulgação sobre o papel do Conselho Tutelar;	a) Gestor(a) municipal; b) Rede de atendimento; c) Comunidade em geral;	a) Indicadores de atendimento; b) Reuniões de Rede; c) Pesquisa sobre as percepções sociais sobre a infância e a juventude;
i) Dificuldades de atendimento para casos de violações de direito;	a) Atendimento e prazo adequado para o atendimento de crianças e de adolescentes vítimas de violência;	a) Instalação de equipamentos e serviços para atendimento de vítimas de violência infantojuvenil; b) Constituição de equipes com número suficiente e com a formação necessária para prestar os atendimentos; c) Recursos suficientes para a manutenção de serviços e recursos humanos;	a) Gestor(a) municipal; b) Rede de atendimento;	a) Indicadores de atendimento; b) Reuniões de Rede;

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Em síntese, como verificado a partir dos problemas elencados pelos atores sociais do presente estudo, verifica-se que a rede de atendimento possui a maioria das ferramentas necessárias para elucidação das demandas sociais, todavia, ainda existe um longo caminho para a conscientização da população quantos aos riscos e violações de direitos aos quais são expostos diariamente crianças e adolescentes.

A coordenação e a articulação ampla de políticas públicas e de atores sociais são fundamentais para alcançar resultados transformadores, promovendo a dignidade humana e rompendo com os ciclos de vulnerabilidade em que muitas famílias convivem.

O principal objetivo da política social é alcançar o maior nível de bem-estar possível das pessoas e das comunidades, com seus respectivos benefícios em matéria de produtividade, capacidades e resiliência. (CEPAL, 2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs a realizar a análise das políticas públicas da infância e da juventude, de modo a compreender o perfil dos atores sociais, bem como

suas percepções sobre a atuação dos Conselhos Tutelares. O recorte territorial foi a região geográfica do Vale do Paranhana, no Estado do Rio Grande do Sul, com a amostragem de atores sociais composta por 13 pessoas.

Como problema de pesquisa, a pesquisa analisou as políticas públicas para a infância e para a juventude a partir das entrevistas dos atores sociais atuantes na região. Como objetivos específicos, a pesquisa buscou então, identificar os atores sociais desse segmento da sociedade; analisar suas percepções sobre a temática e avaliar a existência e a eficácia de ações que contribuam para o combate às violações de direitos infantojuvenis.

O estudo oportunizou a reflexão regional sobre as fragilidades das políticas públicas de enfrentamento às violações de direitos infantojuvenis e, também a compreensão quanto às percepções de três categorias envolvidas com a temática, sendo elas os Conselheiros e Conselheiras Tutelares; os Gestores e Gestoras municipais e os atores da Rede de Justiça da Comarca de Taquara/RS, com vistas a conhecer e compreender os três objetivos específicos elencados.

Quanto as percepções dos entrevistados em relação aos desafios da infância no futuro, a maioria apresentou observações pessimistas ou negativas, descrevendo principalmente as dificuldades diárias no enfrentamento às violações de direitos, da visão equivocada que a sociedade possui sobre as atribuições do Conselho Tutelar e sobre as dificuldades de atendimento e relacionamento da rede de atendimento.

Com relação aos indicadores de atendimento, verificou-se que os Conselhos Tutelares da região não apresentam uma padronização como prática diária, embora a maioria efetivamente realize o registro em prontuários individuais, houve relato em que um dos órgãos protetivos admitiu não realizar registros individuais de atendimentos.

Todavia, outro dado importante relacionado aos atendimentos realizados pelos Conselhos Tutelares foi a falta de transparência e divulgação dos indicadores de atendimentos para a municipalidade, conselhos municipais, rede de atendimento e comunidade em geral, apenas um dos Conselhos Tutelares realiza anualmente prestações de contas de seus atendimentos, gerando indicadores e possibilitando estudos comparativos para avaliação das ações a serem realizadas.

Sendo Taquara, a única cidade que, inclusive, pautou essa exigência por meio de lei municipal, prevendo a obrigatoriedade de prestação de contas anualmente.

Com relação a percepção sobre a efetividade de políticas públicas a partir de indicadores de atendimento, apenas um dos treze entrevistados mencionou a formulação de uma política pública a partir dos registros e indicadores sociais, sendo que os demais não lembraram, ou não conheciam exemplos de ações, projetos ou programas organizados a partir de indicadores de atendimento.

As vivências diárias dos atores sociais, que rotineiramente labutam pela

defesa de crianças e de adolescentes, evidencia mais uma das constatações desse estudo, o fato de que, atualmente, os direitos da criança e do adolescente não são uma prioridade absoluta conforme preconiza o ECA, e registro uma das manifestações de um dos entrevistados quando afirma que “apenas se torna prioridade absoluta quando já existe um direito violado!” (G5, 2022).

As propostas sugeridas no presente estudo são viáveis e necessárias, sendo fundamental o trabalho compartilhado, a partir de parcerias e a sensibilização em prol da mudança coletiva. As lideranças políticas serão exigidas a convocar a comunidade, a participação dos atores sociais, os conselhos municipais e a rede de atendimento no compromisso com a infância e a juventude.

Este estudo apresentou como limitações sua abordagem qualitativa, dificultando a generalização dos seus resultados para todo o universo, além de não ter sido possível entrevistar mais categorias, de modo a aprofundar e ampliar as percepções sobre a temática proposta. Aponta-se, também, a falta de indicadores como um dos limitadores, não dispondo de dados oficiais atualizados para o estudo.

Como possibilidades para estudos futuros, sugere-se:

- a) a replicação desta pesquisa em outros municípios e regiões;
- b) a coleta e análise de informações sobre as políticas de atendimento do SUAS, dos serviços de atendimento às vítimas de violações;
- c) ampliar a coleta de entrevistas com a análise de um número maior de atores sociais;
- d) realizar estudo comparativo com outras regiões do país e com organismos de atendimento similares ao Conselho Tutelar em outros países;
- e) realizar análise da temática a partir das ODS's; e
- f) construção de um modelo de protocolo de atendimento às vítimas de violações de direitos para que possa ser replicado em outros municípios.

Espera-se que este estudo possa contribuir para a reflexão da importância do cuidado preventivo e para as políticas públicas de atendimento às vítimas de violência infantojuvenil. É desejável que o presente estudo contribua com a vida digna de crianças e de adolescentes, ao conhecimento das atribuições do Conselho Tutelar e para a valorização dos profissionais da rede de atendimento, assim como, também, para outros estudos sobre a infância e a juventude.

REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. **A criança, o adolescente: aspectos históricos**. 2009. 14 p. Disponível em: http://www.mprs.mp.br/areas/infancia/arquivos/aspectos_historicos_maregina.doc. Acesso em: 19out. 2021.

_____. O adolescente autor de ato infracional: aspectos jurídicos. **Revista Brasileira de Psicoterapia**, Porto Alegre, v. 12, n. 2-3, p. 284-296, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 set. 2021.

_____. **ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2021.

_____. Ministério da Saúde. **Teoria e Prática dos Conselhos Tutelares e Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Brasília: Fiocruz, 2009.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE - CEPAL. **Construir um novo futuro: uma recuperação transformadora com igualdade e sustentabilidade**. Trigésimo Oitavo Período de Sessões CEPAL. Santiago, 2020. Disponível em https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46619/S2000668_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12 out. 2022.

DIGIÁCOMO, Murillo J. **O Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente e o desafio do trabalho em “rede”**. 2014. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/conselhos_direitos/Sistema_de_Garantias_ECA_na_Escola_II.pdf. Acesso em: 29 jan. 2023.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em 19 de outubro de 2021.

_____. **70% das crianças com 10 anos de idade encontram-se agora em situação de pobreza de aprendizagem, incapazes de ler e compreender um texto simples**. 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/70-por-cento-das-criancas-com-10-anos-de-idade-encontram-se-agora-em-situacao-de-pobreza-de-aprendizagem>. Acesso em: 19 jan. 2023.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. @Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/pesquisa/37/30255?tipo=ranking>. Acesso em: 12 out. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Atlas da Vulnerabilidade Social**. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/sobre>. Acesso em: 30 jan. 2023.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina A. **Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MINAYO, Maria C. de S. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Revista Brasileira De Saúde Materno Infantil**, v. 1, n. 2, p. 91-102, 2001.

_____. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ. Vozes: 2009.

NASCIMENTO, Alexandre Ferreira do *et al.* Conselhos tutelares. In: ASSIS, Simone Gonçalves *et al* (Orgs). **Teoria e prática dos conselhos tutelares e conselhos dos direitos da criança e do adolescente**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2009. p. 139-224.

PASE, Hemerson Luiz *et al.* (2020). O Conselho Tutelar e as políticas públicas para crianças e adolescentes. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 1000-1010, 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Índice de Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos.html>. Acesso em: 18 out. 2021.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. Companhia das Letras: 1995. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4411235/mod_resource/content/0/Darcy%20Ribeiro%20-%20O%20povo%20Brasileiro%20-%20a%20forma%20B%C2%BA%20B%C3%BAo%20e%20o%20sentido%20do%20Brasil.pdf. Acesso em: 24 mar. 2023.

SCHREIBER, Elisabeth; MANGUEIRA, Renata Torres da Costa. **A violência intrafamiliar na infância**: uma abordagem jurídica e psicológica: estudo multidisciplinar. Porto Alegre: Arana, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 19 out. 2021.

TAVARES, Patrícia Silveira. O conselho tutelar. *In*: MACIEL, Kátia. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente**: aspectos teóricos e práticos. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010. p. 375-412.

VERONESE, Josiane Rose Petry. A proteção integral da criança e do adolescente no direito brasileiro. **Revista TST**, Brasília, v. 79, n. 1, p. 38-54, jan./mar. 2013.